



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FABIANO ALMEIDA NEGREIROS

**PARA ALÉM DA EXTERIORIDADE DOS MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA
REMOÇÕES: UMA ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS
DESALOJADAS PELAS OBRAS DA COPA DE 2014
NA AVENIDA MOAB CALDAS E ARREDORES, EM PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE/RS

2024

FABIANO ALMEIDA NEGREIROS

**PARA ALÉM DA EXTERIORIDADE DOS MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA
REMOÇÕES: UMA ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS
DESALOJADAS PELAS OBRAS DA COPA DE 2014
NA AVENIDA MOAB CALDAS E ARREDORES, EM PORTO ALEGRE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Stricto Sensu em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Davide Carbonai

PORTO ALEGRE/RS

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Negreiros, Fabiano Almeida

PARA ALÉM DA EXTERIORIDADE DOS MOVIMENTOS DE LUTA
CONTRA REMOÇÕES: UMA ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO DAS
FAMÍLIAS DESALOJADAS PELAS OBRAS DA COPA DE 2014 NA
AVENIDA MOAB CALDAS E ARREDORES, EM PORTO ALEGRE /
Fabiano Almeida Negreiros. -- 2024.

149 f.

Orientador: Davide Carbonai.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Remoções forçadas. 2. Mobilização . 3. Tensões
internas . I. Carbonai, Davide, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FABIANO ALMEIDA NEGREIROS

**PARA ALÉM DA EXTERIORIDADE DOS MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA
REMOÇÕES: UMA ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS
DESALOJADAS PELAS OBRAS DA COPA DE 2014
NA AVENIDA MOAB CALDAS E ARREDORES, EM PORTO ALEGRE**

Tese de doutorado apresentada para obtenção do título de doutor em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davide Carbonai
Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Alfredo Gugliano
Membro interno
UFRGS

Prof. Dr. Sávio Campos de Azevedo
Membro externo
UNIPAMPA

Prof. Dr. Diego Coletto
Membro externo
UNIVERSITÀ DI MILANO

Defesa realizada em 05 de fevereiro de 2024.

RESULTADO: APROVADO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

No dia **05 de fevereiro de 2024**, reuniu-se a Banca Examinadora, a seguir especificada, para realizar a arguição de qualificação da Tese de Doutorado apresentada pelo candidato **FABIANO ALMEIDA NEGREIROS**, intitulada: **“PARA ALÉM DA EXTERIORIDADE DOS MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA REMOÇÕES: UMA ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DESALOJADAS PELAS OBRAS DA COPA DE 2014 NA AVENIDA MOAB CALDAS E ARREDORES, EM PORTO ALEGRE”**, e a referida banca deliberou pela aprovação. Tendo o candidato completado os requisitos necessários para defender tese a fim de obter título de doutor em Ciência Política.

Prof. Dr. Davide Carbonai/UFRGS

Prof. Dr. Alfredo Gugliano/UFRGS

Prof. Dr. Sávio Campos de Azevedo/UNIPAMPA

Prof. Dr. Diego Coletto/UNIVERSITÀ DI MILANO

PORTO ALEGRE/RS

2024

“É, eu cresci ali, conheço todo mundo. A gente vai para um bairro que a gente não conhece, também, e tudo. Infelizmente, é assim a vida, a gente não escolhe pra onde a gente vai. Eu tinha a minha casa, hoje eu não tenho mais.”

Trecho de uma das entrevistas sobre as consequências dos desalojamentos forçados.

RESUMO

Famílias que viviam nos arredores da Avenida Moab Caldas, no bairro Santa Tereza, em Porto Alegre, foram removidas a partir de 2012 em nome das obras da Copa do Mundo de 2014. Até hoje, o poder público não construiu suas residências definitivas. Buscando superar uma visão dualista da literatura correlata que apresenta uma arena de atuação entre o Estado e os movimentos de luta contra as remoções forçadas, este trabalho visa investigar, através de uma metodologia qualitativa, como se deu processo de mobilização pela luta por moradia a partir de uma visão endógena do processo, buscando uma investigação das relações internas e tensões que ocorreram entre determinados grupos com posições diferentes sobre as remoções. Utilizamos como metodologia geral da pesquisa a técnica da coleta dos dados a partir de entrevistas semiestruturadas com membros das famílias desalojadas. O material foi depurado a partir da análise de conteúdo.

Palavras-Chave: remoções, mobilização, tensões internas, cidadania, Copa do Mundo de 2014.

RESUMEN

Familias que vivían en las afueras de la Avenida Moab Caldas, en el barrio de Santa Tereza, en Porto Alegre, fueron desalojadas a partir de 2012 en nombre de las obras de construcción para el Mundial de 2014. Hasta la fecha, las autoridades públicas no han construido sus viviendas permanentes. . Buscando superar una visión dualista de la literatura relacionada que presenta un campo de acción entre el Estado y los movimientos que luchan contra los desalojos forzosos, este trabajo pretende investigar, a través de una metodología cualitativa, cómo se dio el proceso de movilización para la lucha por la vivienda desde una perspectiva endógena del proceso, buscando investigar las relaciones internas y las tensiones que se produjeron entre ciertos grupos con posiciones diferentes sobre las expulsiones. Como metodología general de investigación, utilizamos la técnica de recolección de datos a partir de entrevistas semiestructuradas a miembros de familias desplazadas. El material fue refinado a partir del análisis de contenido.

Palabras Clave: destituciones, movilización, tensiones internas, ciudadanía, Mundial 2014.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 - Mapa topográfico sobre a localização onde ocorreram os desalojamentos.....	16
Figuras 2 e 3 - Obra que tomou lugar das residências das famílias desalojadas.....	91
Figuras 4 a 12 - Registros fotográficos dos imóveis que seriam destinados para a construção das habitações populares.....	139 a 147

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 - Quadro dos entrevistados com informações acerca do perfil dos mesmos.....	94 e 95
Tabela 2 - Quadro descritivo cronológico dos fatos relevantes relacionados a nossa pesquisa.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCOP - Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa
CDS - Conselho Distrital de Saúde
COHRE - Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
CPC - Comitê Popular da Copa
DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre
DHP - Demanda Habitacional Prioritária
LPJ - Levante Popular da Juventude
MCMV - Programa Minha Casasa, Minha Vida
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NAT/BRASIL - Organização Não-Governamental Amigos da Terra
OP - Orçamento Participativo
PAC FAVELAS - Programa de Urbanização de Assentamentos Precários
PACS - Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul
PMC - Programa Morar Carioca
PT - Partido dos Trabalhadores
TMR - Teoria da Mobilização de Recursos
VILA VIVA - Programa de Urbanização de Favelas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O “INTERESSE PÚBLICO” QUE ATACA O PÚBLICO.....	13
1 CONTEXTUALIZAÇÃO: DAS RESISTÊNCIAS ÀS TENSÕES INTERNAS.....	20
1.1 REMOÇÕES FORÇADAS – UMA REALIDADE HISTÓRICA.....	20
1.2 BRASIL: UM HISTÓRICO DE REMOÇÕES.....	28
1.2.1 Rio De Janeiro: Cidade Maravilhosa Para Poucos.....	29
1.2.2 São Paulo: A garoa que molha os despossuídos.....	38
1.2.3 Belo Horizonte: Cidade jardim das remoções.....	40
1.2.4 Porto nem um Pouco Alegre.....	42
2 TEORIA: O DIÁLOGO CONSTRUTIVO.....	52
2.1 DA HISTÓRIA À COMPREENSÃO DE CIDADANIA.....	52
2.2 DOS RISCOS COMO VETOR DE MOBILIZAÇÃO.....	58
2.3 OS RECURSOS COMO VARIÁVEL DA AÇÃO.....	61
3 MÉTODO: EM BUSCA DE CAMINHOS PARA A TRAVESSIA EPISTEMOLÓGICA.....	68
3.1 A CONDIÇÃO DO PESQUISADOR NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	68
3.2 A PESQUISA E SUAS VARIÁVEIS CONSTITUINTES.....	72
3.3 O CAMINHO PARA PRODUÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO.....	75
3.4 DO MATERIAL PRODUZIDO AO CONHECIMENTO CONSTRUÍDO.....	81
4 ANÁLISE DO CONTEÚDO: EM BUSCA DAS ENTRELINHAS.....	96
4.1 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS E SUAS INTERAÇÕES SOCIAIS.....	98
4.2 OS GRUPOS EM DISPUTA E A LÓGICA DA AÇÃO.....	113
4.3 O DESFECHO DAS HISTÓRIAS.....	123
5 CONCLUSÕES.....	129
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXO I – O RETRATO DO DESCASO.....	141
ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO.....	150

INTRODUÇÃO: O “INTERESSE PÚBLICO” QUE ATACA O PÚBLICO

A história da humanidade é marcada por cenários que se apresentam com certa originalidade de acordo com as inúmeras variáveis que constituem a realidade, mas que guardam entre si determinadas similaridades de forma atemporal. Uma das mais emblemáticas está representada na relação poder e terra.

As disputas de territórios sempre moldaram as relações sociais e de desigualdade nas sociedades capitalistas: de um lado uma minoria de privilegiados e detentores do poder econômico que sempre atuaram e atuam na busca constante do acúmulo de patrimônio, na outra ponta encontramos os despossuídos, representados pela maior parte da população que via-de-regra sobrevive e sucumbe grande parte de sua vida em busca de um local para morar e que possa dizer: “essa casa é minha”.

É a partir dessa constatação que iniciamos as primeiras reflexões e percepções sobre um fenômeno exemplificativo ocorrido na periferia de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, cujo direito à moradia foi duramente violentado pelo Estado.

A presente tese de doutorado corresponde ao projeto de pesquisa voltado para o estudo de famílias que sofreram uma remoção forçada de suas residências por conta de obras públicas decorrentes da Copa do Mundo de 2014, na Avenida Moab Caldas, no bairro Santa Tereza, em Porto Alegre. Este trabalho foi desenvolvido a partir da observação do pesquisador sobre o campo empírico no que tange às idiossincrasias das mobilizações ocorridas em face da violação de direitos durante os desalojamentos dos moradores. Busca trazer elementos que via de regra passam despercebidos pelas literaturas afins como a dinâmica interna dos movimentos, particularmente a relação das comunidades com seus líderes. Trabalhos sobre a temática abstraem as contradições internas que influenciam diretamente nos resultados das mobilizações, como foi o caso das desapropriações nas imediações da Avenida Moab Caldas, em Porto Alegre.

Na presente apresentação faremos uma síntese dos capítulos a fim de oferecer ao leitor uma visão panorâmica do trabalho, bem como os caminhos e

estratégias utilizadas para construção de nossa tese, dessa forma, buscando oferecer uma leitura mais situada e direcionada.

O primeiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema, abordando o impacto das remoções em várias localidades do planeta, comumente nas comunidades periféricas. Como “legado” da Copa de 2014 ou dos Jogos Olímpicos de 2016, por exemplo, as cartografias das cidades foram transformadas. Em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, há décadas existem movimentos pela “desfavelização”, mas esses megaeventos esportivos são a “desculpa” perfeita para empreender mudanças e ceder aos apelos do capital imobiliário e financeiro. O enfoque principal da “desfavelização” está representado na “limpeza” das chamadas áreas nobres em nome de grandes interesses econômicos e organização da cidade para benefícios das classes dominantes. Mais recentemente, os grandes eventos serviram de pretexto para diferentes governos retirarem as pessoas de suas moradias.

No final dessa parte do trabalho, apontamos a lacuna desses artigos, teses e dissertações. Embora apresentem a questão do direito à cidade e exponham a segregação dessas famílias retiradas de suas moradias, falta abordar a dinâmica interna dos movimentos de resistência para além da dicotomia entre poder público e moradores atingidos pelas remoções forçadas.

No segundo capítulo, abordamos o arcabouço teórico vislumbrando teorias que dialogam com nossa pesquisa social, dessa forma, oferecendo um embasamento que contribua para uma melhor inteligibilidade do material empírico produzido, e proporcionando ao leitor um texto mais consistente e dinâmico.

No terceiro capítulo, procuramos trabalhar com um método passível de suporte ao desenvolvimento do nosso estudo. Nesse sentido buscamos uma metodologia que proporcione uma melhor elaboração do questionário de perguntas, bem como ofereça uma maior abertura na abordagem analítica dos dados. E por se tratar a presente pesquisa de análise de material empírico, a partir da fase de coleta de dados e o seu devido cotejo, será o momento decisivo para a consolidação da teoria do trabalho. A partir da Teoria da Mobilização de Recursos e dos conceitos de cidadania brasileira (CARVALHO, 2002, 2004) e liderança comunitária (NEGREIROS, 2019), fizemos uma

pesquisa qualitativa, com trabalho de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com membros de famílias atingidas para ulterior abordagem dos dados através da análise de conteúdo. Essa técnica consiste na decodificação do texto para sua interpretação a partir de uma categorização, ou seja, classificação dos conteúdos começando por sua diferenciação, seguida de um reagrupamento baseado em pontos análogos (BARDIN, 2011).

Nesse sentido, nos parece relevante refletirmos acerca da dinâmica dessas articulações em relação à violação de direitos, comumente o direito à moradia em relação às famílias diretamente envolvidas nos desalojamentos. Tais mobilizações, como o Comitê Popular da Copa (CPC), tiveram como uma marca indelével a inclusão de integrantes de movimentos sociais ou mesmo alguns militantes da localidade.

Visamos contribuir para o debate teórico voltado às condições que levam à mobilização social diante da violação de direitos perante uma atuação direta do Estado. Para tanto, buscamos identificar como se deu a mobilização das famílias com o desalojamento e verificar a influência da disputa dos líderes comunitários na (des)motivação dos moradores em um cenário de conflitos com o poder público.

Nesse sentido, a contribuição de Carvalho (2002, 2004) acerca de suas considerações sobre a frágil democracia brasileira e da Teoria da Mobilização de Recursos (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008), que pressupõe meios formais e ou informais através dos quais as pessoas se engajam em ações coletivas. Resgatamos ainda as considerações da nossa dissertação de mestrado, que versou sobre o papel dos líderes comunitários no engajamento dos moradores na região da Grande Cruzeiro, localizada no bairro Santa Tereza, em Porto Alegre, que engloba justamente a região onde as famílias foram desalojadas. Na ocasião da dissertação, entrevistamos três líderes com destacada atuação na comunidade. Algumas das conclusões podem nos servir agora para analisar as relações internas do movimento comunitário. Ainda mais que houve disputas e tensões no processo de retirada das famílias de suas moradias no entorno da Avenida Moab Caldas.

Em seguida, fazemos um cotejo sobre o caminho metodológico do trabalho. Abordamos a questão da objetividade *versus* subjetividade do pesquisador, as particularidades da pesquisa das humanidades, no caso das

Ciências Sociais, a investigação qualitativa – mais identificada com esse campo, a técnica que utilizaremos para depurar o material obtido nas entrevistas. Ao longo dessa trajetória epistemológica, identificamos a melhor forma de responder ao nosso problema de pesquisa.

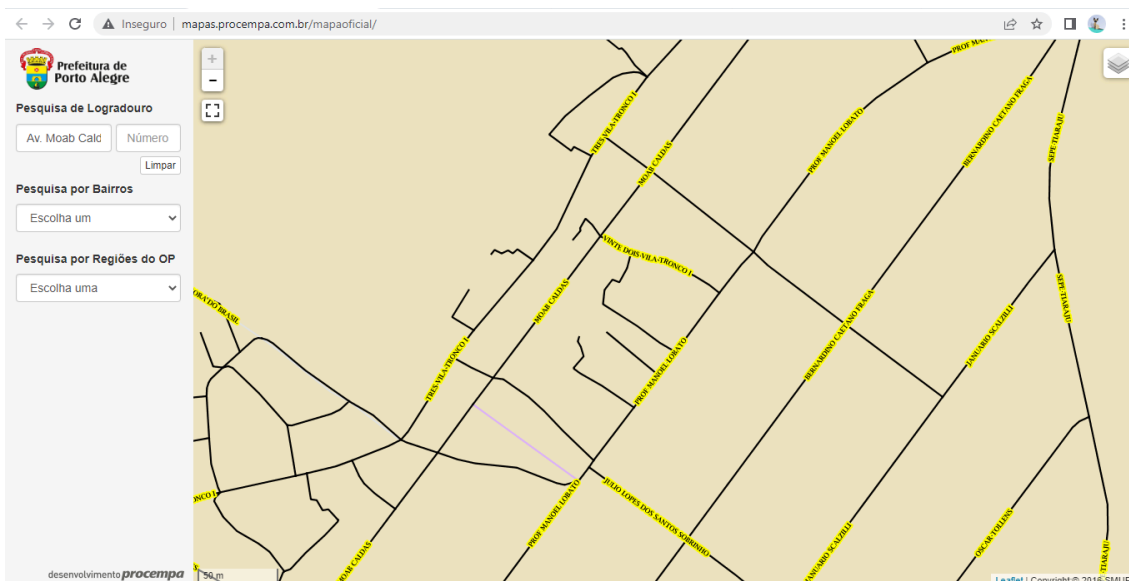
A partir da escolha do Brasil em 2007 como anfitrião da Copa do Mundo de futebol de 2014, foram aprovadas inúmeras obras de mobilidade urbana nas cidades-sede dos jogos. Em Porto Alegre não foi diferente. Como as intervenções do poder público não ocorreram no tempo planejado, seus efeitos ainda hoje são sentidos pela população. No caso da duplicação de 5,4 quilômetros da Avenida Moab Caldas, no Bairro Santa Tereza, o andamento dos trabalhos desalojou 1,5 mil famílias de sete vilas (ARAUJO, 2014), deixando centenas sem moradias ainda hoje, uma vez que as construções previstas de suas residências sequer foram iniciadas, ficando na dependência do aluguel social, que muitas vezes é pago com atraso pelo poder público, o que gera um risco iminente de despejo dessas pessoas¹.

O mapa topográfico abaixo, disponibilizado no site² da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, demonstra a localização exata da Av. Moab Caldas, no bairro Santa Tereza, onde ocorreram os desalojamentos.

¹ O documentário *Entresonhos* apresenta a história de uma dessas famílias que se encontra no aluguel social aguardando a construção das habitações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8NWkw-jgVwc>. Acesso em 15 jul 2022. O documentário *Morro Santa Teresa: da resistência às câmeras de vigilância* também retratou as pressões sofridas pelas famílias no mesmo território. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aEziy3AKzkk>. Acesso em: 15 jul 2022.

² Disponível em: <http://mapas.procempa.com.br/mapaoficial/>. Acesso em: 13 set 2022.

Figura 1: Mapa topográfico sobre a localização onde ocorreram os desalojamentos.



Com a definição da duplicação da referida avenida, o município de Porto Alegre aprovou a lei complementar n. 636 de 13 de janeiro de 2010³, visando instituir o programa federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e então viabilizar a construção das habitações nas proximidades do território atingido pelas obras.

O parágrafo único do art. 3 da aludida norma determinou:

Art. 3º Ficam incluídas, entre as ações passíveis de serem realizadas no Programa Minha Casa, Minha Vida – Porto Alegre, dentre outras: I – a produção de novas unidades habitacionais; II – a produção de lotes urbanizados; e III – a reurbanização de áreas degradadas e requalificação de imóveis já existentes em áreas consolidadas.

Parágrafo único. O Programa Minha Casa, Minha Vida – Porto Alegre atenderá a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da DHP (Demanda Habitacional Prioritária) por região de planejamento, em áreas identificadas nas próprias regiões. (Grifo nosso.)

Ou seja, o texto é taxativo no sentido de que as habitações para as famílias mais vulneráveis deveriam ser construídas em áreas nas próprias regiões onde residiam anteriormente. Entretanto, em dezembro de 2010, a

³ Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030879.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahmtl%2Fsiel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 4 out 2021.

legislação sofreu alteração através do projeto de lei n. 854/2010 (BARROS, 2013)⁴, que, em seu art. 74, asseverou: “Para os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida destinados ao reassentamento de famílias em função de obras da Copa de 2014, não se aplica o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei Complementar 636”.

Logo, não havia mais a exigência legal de construção das moradias na região atingida pelas obras. Assim, não permanecendo mais a garantia de que as famílias pudessem ser realocadas no próprio território.

A municipalidade então afirmara que não havia espaços disponíveis na localidade para desapropriações, e, por isso, realizaria as construções em pontos mais distantes como o bairro Restinga. Perante esse movimento do município, o Comitê Popular da Copa rastreou e indicou propriedades no território que poderiam ser objeto de desapropriação para as habitações. E depois de reuniões e pressões sobre o poder público, a prefeitura recuou e acatou a demanda apresentada. Todavia, nunca se iniciaram as construções (BARROS, 2013)⁵. Em anexo, seguem as fotos com as respectivas identificações dos logradouros que nitidamente é possível verificar a total situação de abandono dos imóveis onde deveriam ocorrer as construções das moradias populares para as famílias desalojadas.

Diante da questão das desapropriações desses terrenos, nosso trabalho pretende responder como se deu o processo de luta das famílias desalojadas pelo direito à moradia, cujo desdobramento poder-se-ia refletir na construção de suas habitações no território. Qual foi a influência dos líderes comunitários da região?

A investigação se debruça sobre o processo de mobilização⁶ das famílias em face da violação direta de seus direitos a partir da dinâmica de relação com os representantes dos movimentos sociais. Para tanto, desenvolvemos um estudo aprofundado que pretende contribuir para a elucidação do fenômeno.

⁴ Disponível em: <https://apublica.org/2013/02/chave-por-chave-porto-alegre-copa-2014>. Acesso em: 4 out 2021.

⁵ Disponível em: <https://apublica.org/2013/02/chave-por-chave-porto-alegre-copa-2014/>. Acesso em: 4 out 2021.

⁶ O conceito de mobilização e engajamento no presente trabalho traduz-se pela perspectiva de ação coletiva apresentada por Melucci, qual seja: “A ação coletiva tem que ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções” (MELUCCI, 1989, p. 52).

Em uma região marcada por uma geração que empreendeu uma forte luta comunitária, as famílias atingidas pelas obras da Copa encontraram-se em um verdadeiro plano de invisibilidade na sociedade, ou seja, a despeito de terem perdido suas casas por conta do chamado “interesse público”, suas demandas por moradia não entraram na agenda da prefeitura como prioridade. Logo, nos parece relevante um estudo sobre o engajamento político dessas famílias a partir da perspectiva de interação com os líderes comunitários no que tange à luta por moradia em relação à atuação estatal. Assim, procurando teorizar sobre a temática da mobilização social em um contexto de violação direta de direitos dentro de uma perspectiva de análise endógena do cenário.

Pesquisa de Silva, Portella e Pereira (2017) analisa o caso da Avenida Moab Caldas, em Porto Alegre, no contexto das obras da Copa de 2014. Em entrevistas com moradores, desvelaram o processo sem, contudo, mencionar os movimentos internos em função dos desalojamentos.

As abordagens acerca de temas análogos em comunidades de periferias apresentam um cenário quase homogêneo no que tange às dinâmicas internas dos movimentos de luta locais. Ou seja, não aprofundam a investigação sobre as contradições como uma possível variável de influência na mobilização por direitos. De forma alguma o presente trabalho tem a pretensão de esgotar o debate sobre as condições que levam ou não à mobilização social, mas trazer alguns aspectos que nos parecem relevantes e que podem contribuir para um aprofundamento do referido debate.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO: DAS RESISTÊNCIAS ÀS TENSÕES INTERNAS

No presente trabalho, compreendemos como estratégica a devida contextualização empírica do objeto de pesquisa a partir de um raciocínio dedutivo que orienta a busca de literaturas em um espectro mais geral em direção ao cenário específico. Assim, temos a possibilidade de situar o trabalho em um cenário ampliado.

As remoções compulsórias constituíram-se em um fenômeno frequente ao longo dos séculos e um verdadeiro instrumento de segregações e opressões territoriais nos quais o direito à moradia, em regra geral, sempre foi relativizado em nome de interesses econômicos e estratégicos direcionados à manutenção da lógica elitista traduzida na relação direta entre bairros residenciais e classes sociais.

Na contemporaneidade, mesmo com as invenções de supostas convenções normativas constitucionais, a moradia para as classes populares sempre esteve em xeque representando mais uma retórica do que propriamente a existência de condições minimamente adequadas ao acesso à habitação.

Nesse sentido, o presente capítulo busca evidenciar com dados empíricos o fenômeno mencionado, dessa forma, oferecendo ao leitor uma visão mais ampla e histórica que dialoga com o objeto de estudo.

1.1 REMOÇÕES FORÇADAS – UMA REALIDADE HISTÓRICA

A epígrafe que inaugura o presente trabalho traz uma passagem de um dos entrevistados para a presente tese que simboliza as chagas que a humanidade foi acometida a partir da lógica de remoções forçadas como estratégia histórica para os interesses de poucos em prejuízo da maioria. Nas suas palavras constatamos o nível de violência que traduz a verdade inexorável do direito à moradia como um privilégio e as remoções forçadas de populações menos favorecidas em diversas localidades do planeta.

Em via de regra, sob à égide de discursos que visam legitimar o deslocamento forçado de pessoas, sempre para regiões distantes daquelas

centrais das cidades, seres humanos sofrem profundas violações e rupturas traduzidas na saída de locais onde cresceram e se desenvolveram, onde tiveram suas relações familiares e sociais consolidadas, onde aprenderam a reconhecer como seu lar. Todavia, sob o embuste do chamado “interesse público”, que deveria ser chamado pelo que de fato é – interesse privado –, famílias são condenadas a abandonarem suas residências e se realocarem em regiões distantes e periféricas. Podemos observar esse fenômeno em várias regiões do planeta desde os tempos mais longínquos.

Terminski (2015) vai às raízes da questão das remoções forçadas pelo mundo, remontando ao tempo do Império Romano, à China ancestral e à Europa Feudal e, mais recentemente, nos séculos XVIII e XIX, à colonização, quando “projetos de desenvolvimento mantidos e estabelecidos em diversas partes do globo resultaram em exclusão social e discriminação contra setores vulneráveis da população” (tradução livre, p. 75). No caso das Américas, o autor cita a expulsão de indígenas de suas terras, o que, conseqüentemente, alterou as suas condições e o modo de vida.

O processo de colonização pelos europeus na América Latina representou, segundo Grondin e Viezzer (2018), o maior genocídio da história da humanidade, ocasionando a morte de 70 milhões de seres humanos dizimados por conta dos interesses em riquezas de metais e grandes extensões de terras. Chama a atenção o apagamento desse holocausto na história local e mundial, segregado a uma subclasse de importância de forma análoga à compreensão que os colonizadores tinham em relação aos povos originários das Américas.

Com o impacto direto nas comunidades, nasceram os movimentos de luta que reagiram a essas medidas. Terminski (2015) lembra o *Mulshi Satyagraha*, quando um grupo gerou conflito por causa da construção de uma represa no rio Mula, na Índia, em 1920. A barragem se fazia necessária para suprir as demandas de energia com o crescimento econômico. Atualmente, existem pelo menos 4 mil construções desse tipo (TERMINSKI, 2015). Nos anos 1940, continua o autor, desalojaram 53 mil pessoas (Tungabhadra), 110 mil (Hirakud) e até 61 mil (Gandhi Sagar). Hirakud se constituiu como um símbolo da independência do país.

Na China, a política foi semelhante, causando 100 mil desalojamentos apenas entre 1958 e 1962 (TERMINSKI, 2015). Como se não bastasse a consequência direta dessas construções, acidentes causaram milhares de vítimas. Um resultado positivo lembrado foi no Egito, quando a barragem no Lago Nasser, entre 1961 e 1970, trouxe benefícios à agricultura, ao gerar proteção contra cheias e seca. O autor, porém, não deixa de apontar que a obra provocou o desalojamento de até 120 mil pessoas. Na consolidação da União Soviética, 20 anos a partir dos anos 1920, houve o realocamento de populações, processo que culminou, nos anos 1950, com a retirada de 1,5 milhão de pessoas motivada pela construção de barragens (TERMINSKI, 2015). Projetos hidrelétricos e de irrigação teriam inundado uma área equivalente à da Bulgária, acabando com 170 cidades e 2,6 mil vilas, prossegue o autor.

Os estudos em torno dessa temática tiveram a antropologia como ponto de partida e, mais recentemente, passaram a interessar diferentes campos, incluindo os direitos humanos. Nos anos 1990, lembra Terminski (2015), o sociólogo Michael M. Cernea, em cooperação com o Banco Mundial, realizou um estudo apontando os riscos desse público, citando, entre outros, a perda da propriedade, que pode gerar consequências sociais a comunidades inteiras; a falta de trabalho em zonas rurais, a partir da expulsão da terra, e a dificuldade de recolocação no mercado no caso das áreas urbanas; a maior prevalência de morbidades e mortalidade devido a questões sanitárias, além de afetar a saúde mental; insegurança alimentar; o afastamento de recursos naturais, a exemplo de grupos indígenas e quilombolas; e a desarticulação social, com o enfraquecimento de redes formais e informais. Theodore Downing (apud TERMINSKI, 2015) cita ainda que essas comunidades têm rompido o acesso a serviços públicos, como educação e outros direitos.

Em geral, as mudanças compulsórias são associadas a interesses públicos, como barragens, transporte e transformações urbanas, enquanto quem se desloca por questões privadas é considerado um “migrante voluntário” (TERMINSKI, 2015, p. 89). Mas nesses casos, alerta o autor, devem ser levadas em conta a pressão, intimidação e ameaças.

Avalia que grande parte dos desalojamentos urbanos envolve “uma deliberada violação da lei” (p. 152) em prejuízo de populações de favelas.

Mesmo que muitos não tenham títulos de propriedade, devem ser compensados pela expulsão do seu terreno e de suas casas, reforça.

O crescimento da exclusão dessas populações se associa à realização de megaeventos, desde as Olimpíadas de Berlim, em 1936, e do México, em 1968. “Desejos de elevar o prestígio internacional do Estado e criar uma ilusão de prosperidade de Potemkin resultou, portanto, na crescente exclusão social das camadas mais pobres da sociedade”, atesta Terminski (2015, p. 154). O estabelecimento de alojamentos e arenas esportivas, na sua avaliação, resulta de ações mal planejadas de despejos. Isso porque o poder público quer reduzir os recursos empregados às custas de uma compensação inadequada a essas populações desalojadas.

Isso se agrava em países da América Latina, África e Ásia, conforme o autor (2015), que inclusive lembra o caso do Brasil. Entidades como o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE) atuam para amenizar os impactos advindos dos megaeventos, mas não conseguem barrar essa situação. O não reconhecimento do direito à propriedade desses moradores faz os governos removê-los para áreas afastadas sem a devida notificação prévia e com a demolição de suas antigas residências por escavadeiras. Como não são vistos como sujeitos de direitos, acabam sem a justa compensação por suas perdas.

Segundo Terminski (2015), as recentes estatísticas globais de despejos forçados apontam para 15 milhões de pessoas afetadas a cada ano. Constata que a maioria dos casos não envolve financiamento de organizações internacionais, fazendo com que esses atores apenas condenem práticas mal conduzidas, mas não tenham poder de preveni-las. Para o autor, entidades independentes deveriam ter voz para impedir decisões prejudiciais às populações envolvidas. Mas duvida da possibilidade. “Levando-se em consideração a percepção dominante de que os desalojamentos são fenômenos puramente internos e os estados soberanos na criação de princípios da economia doméstica, esse postulado parece impossível de se implementar” (TERMINSKI, 2015, p. 316).

Dados do COHRE (apud TERMINSKI, 2015) dão conta de que, entre 2003 e 2006, foram 4,27 milhões de casos de remoções – 152.949 nas Américas. A Ásia e o Pacífico lideram, com 2,1 milhões, seguidos pela África

(1,9 milhão). Outra questão levantada pelo autor é a adaptação dessas comunidades nos novos locais de moradia. Ele defende que o poder público acompanhe sua situação socioeconômica e ofereça oportunidades de emprego ou microcrédito para a abertura de negócios.

Estudos realizados ao redor do mundo mostram que essas experiências resultam no empobrecimento da população desassistida e entregue à própria sorte.

A grande maioria das comunidades afetadas pelo deslocamento não tem qualquer oportunidade de restabelecer a sua situação socioeconômica ao nível anterior. A restauração dos meios de subsistência é geralmente um processo muito mais longo e associado a um maior risco de fracasso do que no contexto do reassentamento. (TERMINSKI, 2015, p. 350) (tradução livre).

Aqueles que sofrem com essa mudança de vida geralmente não usufruem dos benefícios do desenvolvimento, alerta (2015). A maioria não possui carro para passar pela nova avenida. A construção de barragens que gera redução no valor da energia não beneficia, por exemplo, comunidades indígenas.

A implementação desses projetos pode levar à “grave violação dos direitos humanos fundamentais” (TERMINSKI, 2015, p. 353). Pondera que há casos em que o realocamento pode conduzir a resultados eficientes de melhoria das condições de vida se comparadas com as anteriores às da remoção se forem deslocadas para lugares mais prósperos. Admite, porém, que muitas vezes são mais benéficas para esses moradores as ocupações ilegais em locais que lhes garantem a subsistência. Quando o poder público os transfere para agrupamentos urbanos recém-criados, pode haver falta de serviços sociais, oportunidades de trabalho, além de problemas de habitação e saneamento. Por isso, sublinha o autor (2015), muitos preferem ter liberdade para escolher seu destino.

A realocação deve atender a alguns critérios: “Caráter planejado, consulta às comunidades reassentadas, levando-se em conta suas opiniões, compensação adequada e apoio no novo local de residência” (TERMINSKI, 2015, p. 354). Em países em desenvolvimento, acredita-se que os dois últimos itens são os que apresentam mais falhas.

O fundamental, em sua análise, é encarar a questão como um fenômeno coletivo e não individual. Observa a perda da propriedade ou a ausência de compensação financeira como fatores preocupantes, mas acredita que a pauperização dessa população se deve mais à realocação para áreas sem oportunidades de trabalho e educação. Para ele, “numa perspectiva de longo prazo, as particularidades demográficas, econômicas e sociais do território habitado são muito mais importantes” (p. 359). Por isso, faz-se necessária a análise mais aprofundada e um acompanhamento dos habitantes por maior período. As consequências são percebidas por gerações, atesta o autor.

Em muitas situações, um projeto de desenvolvimento envolvendo moradores de favelas que vivem em áreas ilegais pode ser positivo. Terminski (2015) constata que em alguns países, porém, essas pessoas são despejadas em vez de reassentadas. Mesmo que finalizado o processo de realocação das famílias, advoga pela necessidade de continuidade de apoio por parte do poder público. A obra traz ainda outro aspecto negativo desse fenômeno: a desintegração social no caso do impacto de grandes grupos. Muitas comunidades com relações econômicas acabam se desintegrando. Lembra que, em países pobres, o local de moradia muitas vezes está associado com esses laços. “Uma significativa mudança de local de residência pode, portanto, provocar a desintegração dessa cultura” (TERMINSKI, 2015, p. 362).

Se o grupo é deslocado como um todo, as antigas relações socioeconômicas podem se dar no novo território. Isso o fortalece e contribui durante o processo de mudança. Com novas interações e um ambiente favorável, aposta Terminski (2015), há possibilidade de melhoria das condições de vida. Avalia que o caráter comunitário pode limitar as decisões individuais e familiares na busca por outros caminhos.

No caso de despejos forçados em áreas urbanas, a falta de laços comunitários pode levar à pobreza extrema. As favelas são muitas vezes vistas como um espaço caracterizado por fortes relações socioeconômicas entre seus habitantes. Contra as aparências, é uma forma de organização econômica com base instável (TERMINSKI, 2015, p. 368) (tradução livre.)

O projeto de realocação coletiva nem sempre traz consequências favoráveis. A mudança para outro local nem sempre resulta na restauração das relações anteriores.

Lembra ainda que esses habitantes ou seus ancestrais são migrantes e/ou não possuem laços firmes. Com a remoção, esses vínculos podem ser quebrados e enfraquecê-los mais ainda. “Famílias despejadas à força em áreas urbanas têm, portanto, chances muito limitadas de melhorar sua situação econômica por causa da desintegração das comunidades existentes e falta de apoio de grupos sociais maiores e autoridades estatais”, continua (2015, p. 369). Quando removidos, acabam voltando às áreas demolidas ou ingressam em novos terrenos sem comprovação legal de posse.

A restrição econômica dessas famílias as coloca em uma posição subordinada, analisa o autor (2015). “A falta de recursos econômicos significa que as comunidades mais pobres e vulneráveis ao reassentamento não têm os meios para impactar o espaço político” (TERMINSKI, 2015, p. 426), o que resulta na sua exclusão como atores políticos. Isso leva à falta de representação de seus interesses. Além disso, constata o autor, “uma proporção significativa de exemplos de deslocamento do século XX ocorreu em regimes autoritários” (TERMINSKI, 2015, p. 427). Países esses onde não houve conciliação entre o que as elites querem e as necessidades da população.

Criação de associações e partidos políticos têm minimizado essa lacuna. O mais comum, no entanto, são “casos em que os membros das comunidades reassentadas não participam de nenhuma manifestação da vida política” (p. 427). “Sua cultura política é, portanto, baseada na falta de participação e rechaço proposital de todas as formas de participação política” (TERMINSKI, 2015, p. 427) (tradução livre).

Como ferramenta para os atingidos por essas remoções, o autor aponta a expansão de instituições sociais e o engajamento de partidos políticos. Atesta que esse tema raramente é foco de reivindicações em nível mais amplo, enquanto deveria estar presente na mídia e ser alvo de pressões.

As realocações, em geral, segundo o autor (2015), não levam em conta demandas mais básicas das comunidades. Os mecanismos de pressão usados por elas geralmente têm impacto muito restrito e caráter pacífico. Algumas ações são o bloqueio de vias ou áreas de projetos de desenvolvimento, enquanto poderiam ter maior alcance, pois, “até mesmo conflitos de interesse locais podem adquirir um caráter fortemente político”, pois “a politização de um

determinado conflito de interesses aumenta o número de atores envolvidos e pode abrir um precedente, afetando outras práticas e a legislação de casos semelhantes” (TERMINSKI, 2015, p. 428) (tradução livre).

Um caso empírico que ficou muito conhecido foram os desalojamentos na cidade de Barcelona, na Catalunha/Espanha, oriundos dos jogos olímpicos de 1992, conhecidos como o megaevento *Barcelona'92*, que impactou a vida de 624 famílias, segundo Lima (2018).

No período que antecedeu os referidos jogos olímpicos, a especulação imobiliária elevou o valor das moradias na cidade espanhola ao percentual de 240%, apontou o autor (2018). Nesse cenário, a população de baixa renda enfrentou problemas maiores ainda para a compra ou aluguel de imóveis. Outra consequência das remoções foi que inúmeras famílias foram obrigadas a deixarem seus bairros de origem, gerando imenso impacto psicológico como é uma consequência típica dessas remoções forçadas.

Lima (2018) foi taxativo ao descrever o impacto das remoções em Barcelona: “comunidades foram totalmente suprimidas através de projetos de regeneração urbana e de novos (e/ou de readequação dos existentes) empreendimentos de mobilidade” (p. 17). No que tange às narrativas construídas, o autor menciona a dicotomia criada entre a marca “Barcelona”, apresentada como um modelo de gestão para a efetivação de megaeventos com desdobramentos no turismo local, e o profundo encarecimento dos valores relacionados à habitação local. Em outros megaeventos, como as olimpíadas de Seul em 1988 e os jogos da China em 2008, foram atingidas mais de 2 milhões de pessoas, em decorrência da política de construção estética das cidades, bem como de projetos de infraestrutura e exorbitantes valorizações imobiliárias, segundo o autor.

Os exemplos empíricos trazidos pelos autores denunciam a sempre presente tensão entre os setores mais vulneráveis das sociedades e as classes dominantes que notadamente se articulam pelos interesses econômicos voltados ao rentável setor imobiliário.

1.2 BRASIL: UM HISTÓRICO DE REMOÇÕES

Para a devida contextualização do problema da presente pesquisa, percorremos uma significativa e ampla literatura sobre as remoções forçadas no Brasil que têm como pano de fundo os mega eventos ocorridos no início do século XXI. Embora a busca abranja um escopo mais amplo acerca das experiências empíricas, direcionamos a investigação para os casos com mais semelhanças e, principalmente, eventuais achados que tratem especificamente da localidade das remoções que compõem nosso objeto.

Nesse sentido, buscamos compreender o grau do debate dessas produções teóricas sobre as mobilizações sociais com enfoque em seus movimentos internos de articulação e organização em um contexto de violação de direitos, comumente o direito à moradia.

Muitas cidades brasileiras, principalmente as capitais, têm como marca significativa a submissão de famílias pobres a interesses privados em uma clara intenção de realocar espaços. Movimentos tentam resistir, mas, em geral, o poder público procura negociar com os moradores de forma isolada, dessa maneira, reduzindo as possibilidades de unirem forças em nome do objetivo em comum. Conforme verificamos durante o presente trabalho, essa tática de “dividir para conquistar” alcançou espaço privilegiado no contexto das remoções das famílias na Av. Moab Caldas.

Brum (2013) faz uma macroanálise da política de remocionismo no Brasil a partir da ditadura militar de 1964 e persistindo até os dias atuais. No regime militar, havia uma estratégia de erradicação das favelas. Chegou-se ao ponto de trabalhar com o “estigma como política de Estado” (p. 184), apontando a ilegalidade da posse da terra e o não pertencimento do cidadão àquele local. Pretendia-se sua transferência para conjuntos habitacionais onde perderia o status de “favelado”.

Acerca do período da redemocratização do Brasil, durante a Assembleia Nacional Constituinte, Motta (2011) discorre sobre as mobilizações ocorridas por uma reforma urbana que, apesar de ter alcançado resultados tímidos, contribuiu para o desenvolvimento de um conceito de integração acerca dos temas relacionados e pertinentes à cidade, bem como uma descentralização de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano que possibilitaram uma

maior eficiência e democratização das políticas públicas, mas também teve efeitos adversos devido à escassez de recursos dos municípios.

A autora (2011) apresenta ainda o que chamou de “tipologia dos conflitos” (p. 11), na qual apresenta variações das mobilizações, como os diálogos com o poder público acerca da construção de moradias, linhas de crédito e regularização fundiária, buscas de melhorias de infraestrutura como o saneamento básico. E, por derradeiro, as lutas relacionadas ao impacto de obras públicas no direito de moradia dos cidadãos, haja vista que via de regra implicam mudanças na forma de vida dos moradores atingidos.

Durante a nossa revisão da literatura sobre remoções, algumas capitais se destacaram em relação ao histórico de desalojamentos de suas populações, comumente, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, conforme evidenciaremos nos próximos subcapítulos.

1.2.1 Rio De Janeiro: Cidade Maravilhosa Para Poucos

Após a redemocratização, sucedeu-se um período de urbanização, mas logo atribuiu-se a esses espaços urbanos problemas como violência. O tema da remoção voltou à tona também sob a justificativa de proteção à natureza e eliminação do risco a áreas vizinhas. Brum (2013) lembra que as chuvas de 2010 e os deslizamentos que causaram mortes fortaleceram essa ideia de esvaziar as favelas no Rio de Janeiro, também identificada como cidade maravilhosa. Os acontecimentos levaram à transferência de populações inteiras.

Mais recentemente, atesta o autor (2013), os grandes eventos suscitam novamente a questão em nome de um bem maior, a cidade. Nem que isso signifique um aprofundamento das desigualdades sociais. A intenção seria colocar essas áreas a serviço do mercado e contentar a classe média que mora em áreas próximas. É interessante observarmos como os casos de remoção dos mais pobres apresentam similaridades tanto em relação ao método quanto às justificativas para as remoções.

Como caso específico, Brum (2013) trata da tentativa de retirada de moradores da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, para realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007. A principal motivação desses empreendimentos é

pelo “bem comum a toda a cidade” (p. 202), atraindo investimentos. Diferentemente do período ditatorial, observa a articulação de associações de moradores que resistiram às pressões e mantiveram as famílias no local. O autor enfatiza o movimento de resistência, entretanto, sem apresentar detalhes de como se deram essas articulações internas. Assim, sugerindo um alinhamento de forças destituídas de eventuais disputas internas.

Reportagem do jornal El País dá conta das repercussões de outros megaeventos na vida dos moradores da Vila Autódromo – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Depois de mais de dois anos de demolições, das quase 600 famílias (3 mil pessoas), apenas 20 conseguiram permanecer na favela vizinha do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca (SASTRE, 2016). A prefeitura se responsabilizou em construir novas moradias para elas. As demais foram transferidas para o complexo Parque Carioca, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. As negociações foram individuais. Os que ficaram tiveram de enfrentar a opressão do aparato estatal. O texto faz um apanhado histórico, lembrando que foram inúmeras tentativas de esvaziar o local.

Acerca dos eventos mega esportivos, os estudos de Melo e Gaffney (2010) focaram nos Jogos Pan-Americanos de 2007, na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro e nos impactos nos espaços urbanos e de moradia nos bairros mais vulneráveis principalmente no que se refere ao direito à cidade. Para tanto, utilizaram como base de análise os documentos oficiais disponibilizados pelo poder público, bem como as experiências relativas a megaeventos anteriores. Os autores trazem os interesses empresariais como um vetor sempre presente em situações de remoções forçadas que envolvem lucros vultuosos tanto em relação aos serviços contratados pelo Estado, como a própria privatização dos espaços públicos.

As remoções não apenas representam o acúmulo de riquezas econômicas nas mãos das elites, como articulam o próprio funcionamento do Estado para os seus interesses. Tudo isso em prejuízo daqueles que mais necessitam de políticas públicas voltadas para as suas necessidades mais elementares, como é o caso da moradia.

Apontaram os autores (2010) que, mesmo de maneira modesta, grupos vêm se articulando e desacelerando os processos de desapropriações. Acreditam que suas armas são buscar o poder judiciário e usar a mídia e canais alternativos para repercutir suas reivindicações. Ainda que tratem de localidades diversas em que houve algum nível de mobilização, ao se focarem nas medidas de sucessivos governantes, abordam o aprofundamento das desigualdades sem se dedicarem a explorar o funcionamento dos movimentos de resistência e suas articulações internas.

Essa remoção da Vila Autódromo é vista como um modelo de “uma forma de planejamento urbano elitista e segregadora do fracassado projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro” (GONÇALVES; VALE, 2019, p. 452). Somam dez anos ininterruptos de organização de eventos internacionais – a começar com os Jogos Pan-Americanos de 2007 e culminar com as Olimpíadas de 2016 –, tendo um saldo devedor para a cidade e o estado em termos de orçamento. Os autores (2019) lembram que a preparação para esses espetáculos é midiática, pregando uma renovação urbana. “A noção de cidade-espetáculo implica a reorganização de uma nova visibilidade urbana que permita atrair capitais internacionais. Para tanto, é preciso forjar uma nova visão de cidadania. A participação popular é valorizada no discurso, mas descaracterizada na prática.” (GONÇALVES; VALE, 2019, p. 444) A estratégia de uma espécie de “ilusionismo político” resta evidente, na medida em que a aparência física e organizacional da cidade é utilizada e instrumentalizada para ludibriar sob o manto da democracia.

No caso da Vila Autódromo, lembram que fica entre a Barra da Tijuca e Jacarepaguá. O primeiro bairro é caracterizado pela presença de condomínios de classe média alta agregando vários serviços. Portanto, os arredores são visados pelo mercado imobiliário. Depois dos Jogos Olímpicos, quando a vila recebeu o Parque Olímpico, a área foi destinada a empreiteiras para a realização de módulos residenciais, comerciais e no ramo da hotelaria, informam os autores (2019).

A partir de entrevistas com moradores, Gonçalves e Vale (2019) tratam como foi o processo de remoção. Eles relatam que contaram com suporte de militantes, pessoas ligadas a universidades e políticos. Muitos se negaram a se cadastrar para deixar o local. Alegam que a prefeitura fez uma negociação

individual visando desmobilizá-los e recorreu à pressão, realizando inúmeras chamadas telefônicas. Com o movimento, começou a aumentar os valores das indenizações. Famílias chegaram a receber mais de uma moradia como compensação. Mesmo apresentando com detalhes a resistência de 20 famílias – das cerca de 800 no total – e o processo de desapropriação, os autores (2019) não especificam como atuaram os grupos de apoio, fazendo-nos deduzir que se portaram de maneira uniforme.

Bogado (2020) estudou essa comunidade e fez uma comparação com o bairro 6 de Maio, em Amadora, Portugal, destacando estratégias do poder público de remover populações das periferias em prol de interesses do mercado imobiliário. Realizou Oficinas de Memória com moradores para promover a recuperação dos seus vínculos. Com base em Lefebvre (1968), aponta o trabalho como uma possibilidade de dar relevo a novas formas de ver o espaço. Ela inclusive coordenou a criação de um museu para apontar pontos emblemáticos da Vila Autódromo em meio aos escombros e assim garantir a preservação da memória. Alunos da Universidade Anhanguera criaram esculturas para simbolizar a passagem a um novo momento.

Os mecanismos utilizados pelo Estado para remover são denominados de “biopolíticos”, porque extrapolam aspectos jurídicos e adentram aspectos da vida, tendo a desarticulação da luta como consequência. Tais estratégias atingem a rede de relações comunitárias, a estabilidade psicológica e a própria identidade das pessoas e famílias (BOGADO, 2020, p. 138).

As remoções têm repercussões muito mais profundas do que apenas os deslocamentos físicos de pessoas, ou seja, atingem as dimensões subjetivas no escopo da saúde mental que causam consequências negativas de grande importância.

Na visão da autora (2020), o que essas comunidades sofrem se deve aos efeitos produzidos pelo paradigma neoliberal.

Harvey (2005) explica que se trata de uma tentativa de recuperação do controle do espaço urbano por meio de ‘acumulação por desapropriação ou despossessão’, no contexto de uma nova ordem moral marcada por certa radicalização do individualismo e do consumismo (apud BOGADO, 2020, p. 129).

As moradias da população vulnerável viraram moeda de troca nos exemplos estudados do Rio de Janeiro e Lisboa. A primeira sob a desculpa dos eventos esportivos, expulsando 22 mil famílias de casa, e a segunda devido ao turismo. As intervenções não foram apenas geográficas, aponta Bogado (2020), mas tiveram reflexos mais sérios, como traumas psicológicos, prejuízos à memória coletiva e até morte de moradores após o processo de retirada de seus lares.

Magalhães (2019) informa que, a partir de 2009, 21 mil famílias foram retiradas de suas moradias na cidade do Rio de Janeiro. Na chamada cidade maravilhosa, os menos favorecidos são reduzidos a guetos de exclusão nos quais os direitos orbitam apenas no campo da retórica. O trabalho do autor também ficou adstrito aos mecanismos utilizados pelo poder público para concretizar as políticas remocionistas.

Assim como Brum (2013), Magalhães (2019) advoga que as chuvas de 2010 e a preparação para os jogos foram os principais motivos alegados para a renovação urbana. Investigou a Vila Recreio II, no Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, que teve remoções em 2010 e 2011 para a construção da Transoeste. A retirada chegou a acontecer às vésperas do Natal, mesmo com a trégua aceita pelo secretário de Habitação, o que evidencia “certo jogo de expectativas operado por agentes públicos num universo relacional atravessado por relações desiguais de poder” (MAGALHÃES, 2019, p. 227). Em fevereiro de 2011, os moradores ingressaram na Justiça e as demolições foram suspensas. O perito que foi ao local comunicou-os que não poderia conceder-lhes o preço real porque se tratava de posse e não propriedade, passível de questionamento por “interesse público”. Magalhães reflete que “a própria existência histórica das favelas se situa num limiar tênue entre o reconhecimento legal e a ilegalidade” (2019, p. 228).

A conhecida frase “as leis são como as serpentes, só picam os descalços”, atribuída a um camponês de El Salvador, guarda imensa precisão em relação às remoções forçadas, uma vez que as normas são aplicadas sob à égide da correlação de forças que leva necessariamente a uma efetivação seletiva do Estado de Direito. Apenas para exemplificar esse cenário, de um lado temos o providencial “interesse público”, que via de regra atende às pretensões da classe dominante, e por outro lado temos o Estatuto da Cidades,

cuja aplicação plena resolveria em grande medida os problemas de habitação no Brasil. Todavia, é simplesmente ignorado pelos estamentos de poder, como diria Raimundo Faoro.

Nesse cenário de tensões e desigualdade na aplicação das leis, as populações mais pobres ficam vulneráveis a violências que atingem até mesmo as suas condições mínimas de sobrevivência, como são os casos das remoções forçadas.

A demolição das construções é usada, segundo Magalhães (2019), como uma forma de pressão, pois os moradores que persistem têm de viver entre os escombros. Energia cortada e desabastecimento de água tornam o lugar inabitável, “um conjunto de obstáculos que eram, ao mesmo tempo, físicos e simbólicos” (p. 229). E essa estratégia evita também que a casa seja ocupada por outras pessoas.

Na profusão de documentos, os removidos ficam com diversas dúvidas e não sabem exatamente a que destino se submeteram. Muitos deles assinam papéis em branco.

Em relação a esse tipo de prática, isto é, documentos que são assinados sem se saber o seu teor ou sequer se ter acesso a uma cópia, é possível destacar outra situação que configura uma ocasião em que há certo embotamento entre o legal e o ilegal, em cujas dobras se organizam diferentes práticas caracterizadas pelos próprios moradores como pressão e coação (MAGALHÃES, 2019, p. 231).

Outra questão levantada pelo autor como consequência das remoções é o endividamento. Muitos moradores perderam o emprego com o deslocamento. Grande parte precisou passar por vários obstáculos até conseguir se restabelecer.

Em um país já historicamente desigual, as condições de sobrevivência são elevadas a um grau de dificuldade extrema devido à retirada das famílias dos locais onde se estabeleceram e buscaram minimamente a sua subsistência econômica.

Todas essas estratégias, interpreta Magalhães (2019), são utilizadas para coagir a população afetada. Esses fatos o fazem lembrar os dispositivos de segurança citados por Foucault, “mecanismos com base nos quais se intervém não mais sobre um indivíduo ou um conjunto específico de indivíduos

cerrados em um determinado espaço, mas sobre o conjunto da população” (MAGALHÃES, 2019, p. 234).

Levantamento feito pelo autor mostrou o remanejamento urbano do Rio de Janeiro, com o deslocamento, entre 2009 e 2012, das Zonas Sul, Norte/Subúrbio e Baixada de Jacarepaguá (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes) para a Zona Oeste. Lembrando novamente Foucault, “o governo dos mecanismos de segurança organizaria suas formas de atuação através da condução das condutas, que seriam operacionalizadas mediante uma ação à distância, mas também valendo-se de uma intervenção no meio” (MAGALHÃES, 2019, p. 237). A política remocionista, aponta, não busca “acabar com determinados problemas, mas restabelecer fluxos interrompidos ou mesmo modificar aqueles já existentes, reconfigurando suas direções” (MAGALHÃES, 2019, p. 238).

Nunes (2012) enfoca políticas públicas voltadas para essas favelas, como o Programa Morar Carioca (PMC), em face dos megaeventos. Questiona em seu trabalho os limites éticos entre planejamento da cidade e os direitos humanos. Ao analisar o discurso em favor das remoções, a autora evoca a necessidade de retomada do controle sobre a segurança pública e os riscos de deslizamentos como aspectos levados em conta na argumentação.

Tratando o tema como uma meta urgente, os governantes não deixam espaço para o debate. “Resta aos moradores, assim como toda a sociedade, o papel de meros espectadores dos acontecimentos noticiados pela imprensa, torcendo para que não impliquem em drásticas consequências para suas vidas particulares” (NUNES, 2012, p. 3).

O Morar Carioca, informa a pesquisadora, visava, até 2020, a urbanização total das favelas do Rio de Janeiro, “soluções casuísticas e pontuais” (NUNES, 2012, p. 14). Uma parcela foi diagnosticada como inviável ao uso residencial ou em situação de risco, ficando de fora desse montante.

Diferentemente de uma política pública de verdadeira inclusão no que se refere à moradia, temos medidas seletivas e populistas acompanhadas de retóricas direcionadas a apresentar uma realidade ficta em total divergência e ocultação dos interesses dominantes.

Nunes (2012) faz um apanhado de obras e remoções forçadas ao longo dos anos a partir de reportagens publicadas na imprensa.

Aos removidos cabem as alternativas: ocupar uma moradia produzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, no bairro distante da Zona Oeste, muitas destas em no conjunto situado na Vila Cosmos; aluguel social, até que seja providenciada nova moradia; ou, nos casos de muita sorte, transferência para conjuntos localizados no próprio bairro, como é o caso de parte das remoções da Providência (NUNES, 2012, p. 11).

Segundo essa pesquisa, não houve espaço para as mobilizações. Quando ocorreram, reduziram-se às comissões para se informar sobre o destino das famílias. De maior visibilidade, cita a Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa (ANCOP), formada por líderes locais de cidades impactadas pelos megaeventos. Esse grupo fez um documento denunciando o desrespeito aos direitos dos cidadãos.

Mesmo tema de Galiza, Vaz e Silva (2014), que iniciam sua análise no final do século XIX. Apontam sofrimento e reações às desapropriações, entre essas, disputas judiciais e manifestações. Concentram-se na cultura de remoção de sucessivos governantes, sem esmiuçar os movimentos contrários.

Almeida e Ferreira (2017) analisam o tema sob o enfoque das reivindicações das Jornadas de Junho (2013). Embora os manifestantes tivessem sido motivados pelo preço da passagem escolar, os atos reuniram várias demandas da sociedade. A realocação forçada de moradores para os megaeventos esportivos também gerou revolta, derrubando a tese do “legado” em infraestrutura e serviços. O direito à cidade, em Lefebvre, é reivindicado:

[...] esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudaria a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada. Aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 138-139 apud ALMEIDA; FERREIRA, 2017, p. 21).

Citam ainda Rolnik (2015), lembrando que os ex-prefeitos Carlos Lacerda e Pereira Passos ficaram conhecidos por suas políticas higienistas, de afastar as comunidades, mas Eduardo Paes (que teve dois mandatos – entre 2009 e 2016, e é o atual mandatário da capital, até 2024) os superou. E isso não apenas em termos numéricos. Para a arquiteta, a mediação entre público e privado ultrapassou os limites, levando o ramo imobiliário a vultosos ganhos.

Almeida e Ferreira (2017) atestam que Paes obteve financiamento de empreiteiras quando candidato ao cargo.

Para o artigo, fizeram uma busca na mídia tradicional e alternativa, bem como em dossiês sobre o tema. Concluem que o público participante das Jornadas de Junho era, em sua maioria, multifacetado, de vários setores. Segundo as pesquisadoras, deram voz à cidadania no sentido de expor as reivindicações por direitos nas mais diversas áreas⁷. No caso das remoções, o coletivo ficou de lado para beneficiar interesses individuais. Na sua análise, as autoras (2017) ressaltam o papel dos movimentos sociais urbanos, mas abstraem possíveis perspectivas de análise em relação à dinâmica interna das articulações dos moradores, focando-se apenas na exterioridade desses processos.

Discorrendo sobre a política habitacional no país, Motta (2011) menciona alguns tipos de conflitos, entre os quais os motivados por remoções compulsórias devido a obras. Os processos de resistência, na pesquisa da autora, buscam reivindicar melhores critérios e valores de indenização. Destaca dois exemplos: o Programa de Urbanização de Favelas (Vila Viva), em Belo Horizonte, o PAC Favelas, no Rio de Janeiro, e a construção de muros em volta de algumas favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Motta (2011) descreve o primeiro caso, no qual as famílias foram reassentadas em apartamentos, gerando mudanças no modo de vida, longe do espaço habitual, sem o cultivo de sua horta residencial e das suas relações.

Sobre a construção de muros, destaca a ênfase no aspecto estético da cidade. “Parece haver a pretensão de realizar um projeto civilizatório que se apoia na ideia de que a produção de novos espaços possa gerar uma nova e ‘melhor’ ordem social que seja reflexo desse novo espaço” (REBOUÇAS, 2000 apud MOTTA, 2011).

É possível observarmos que, embora a autora apresente os resultados e efeitos das mobilizações, a mesma não apresenta dados mais aprofundados sobre esses processos de resistência e suas construções inter-relacionais na localidade. Assim, sugerindo tacitamente ao leitor uma inexistência de tensões internas desses movimentos.

⁷ Não deixa de chamar atenção a letargia desses movimentos, que impulsionaram as manifestações de 2013, no cenário político, econômico e social posterior mais dramático que aquele vivido no período.

Oliveira (2020) propõe-se a uma revisão bibliográfica sobre remoção no espaço urbano carioca, fazendo um recorte para a questão da raça. Segundo a autora, pessoas não brancas tendem a sofrer dupla opressão (de classe e etnia). Atesta o viés judicial das ações das famílias, com apoio da Defensoria Pública. Seu trabalho parte da premissa de que o espaço urbano é uma produção capitalista. Baseia-se em autores como Lefebvre, Harvey e Smith, que relacionam a cidade ao capital. Desde o prefeito Pereira Passos, as reformas urbanas visam redefinir os bairros conforme a lógica mercantilista. Dentro do seu enfoque, lembra a tese de Andreilino Campos (2010) que relaciona a atual configuração como uma “transmutação de quilombos periurbanos” (OLIVEIRA, 2020, p. 3).

À luz da ampla literatura colacionada, podemos verificar os profundos impactos de ordem anímica, patrimonial e simbólica na vida dos cidadãos cariocas causados pelas remoções forçadas. O que nos irressignamos a questionar: Rio de Janeiro, cidade maravilhosa para quem?

Ainda no que se refere à nossa pesquisa, restou evidente a inexistência de abordagens intramuros sobre as mobilizações de luta por moradias, não aprofundando as complexidades de tais movimentos.

1.2.2 São Paulo: A garoa que molha os despossuídos

O levantamento de Oliveira (2020) mostra que em São Paulo, conhecida como a terra da garoa, também houve segregação com os pobres e negros ocupando espaços em desconformidade com a lei ao longo dos anos depois do fim da escravidão. O referencial de Oliveira (2020) é Karl Marx para explicar as expropriações voltadas à acumulação de capital. Também se baseia em David Harvey e sua leitura da teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo para explicar a busca obsessiva pelo lucro com a participação do Estado. A terra passa a ser vista sob essa lógica. Nesse ponto entram as remoções forçadas, com maiores prejuízos para a população negra.

Quanto às mobilizações, aponta a organização em comitês, fóruns e associações com apoio de pesquisadores e pessoas ligadas a universidades. Menciona que uma das estratégias utilizadas foi recorrer à Justiça e fazer uso também do aparato estatal na busca do “direito a ter direitos” parafraseando

Hannah Arendt (OLIVEIRA, 2020, p. 17). A exemplo dos outros autores, Oliveira (2020) foca o seu apanhado tão-somente na exterioridade desses movimentos, sem adentrar propriamente no campo de análise das relações endógenas que constituem essas articulações.

Na favela do Jardim Humaitá, em São Paulo, segundo Gobbi (2021) ocorreu mais uma típica remoção de famílias em um contexto de disputas territoriais como desdobramento das especulações imobiliárias. Nesse caso empírico, a autora destaca o impacto das expulsões territoriais na vida das crianças e suas consequências no desenvolvimento da infância em condições de vulnerabilidade habitacional, cuja impossibilidade de constituir vínculos com pessoas e lugares denunciam mais uma forma de violação de direitos.

As remoções pelas obras da Copa do Mundo teve na comunidade de Pinheirinho, em São Paulo, o seu impacto mais significativo, segundo o Portal Popular da Copa (citado no artigo “A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil”), haja vista o desalojamento de mil e seiscentas famílias que atingiu aproximadamente seis mil pessoas. Os autores mencionaram as diversas estratégias de mobilização contra as remoções: ocupação de prédios públicos, manifestações, abaixo-assinados e as articulações via redes sociais. Embora citem a variedade de atuações no enfrentamento das remoções, não adentraram na perspectiva interna das relações desses grupos que se mobilizaram.

Na comunidade do Jardim Paraná, o cenário foi semelhante: aproximadamente mil famílias viviam sob o risco das remoções para construção do trecho da Rodoanel, conforme Paiva, Medeiros e Álvares (2013). Ainda que os autores tenham discorrido acerca das tensões vivenciadas por essas famílias, não adentraram nas dinâmicas internas das articulações dos atingidos.

Como apresentado por vários autores, as remoções forçadas representam diversas violações de direitos que se desdobram até mesmo em relação à destituição de relações sociais. Na terra da garoa, como São Paulo é conhecida, os despossuídos são aqueles que se molham mais, uma vez que são destituídos de um direito elementar, como é o direito à moradia. A literatura apontada também ratifica a lacuna empírica do presente trabalho, haja vista

que não adentrou nas complexidades das relações que constituem as articulações de luta.

1.2.3 Belo Horizonte: Cidade jardim das remoções

Libânio (2016) concentra-se no exemplo da cidade jardim, como é reconhecida Belo Horizonte, que procedeu a desfavelização, indo contra os preceitos da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto das Cidades. Conclui que houve um verdadeiro processo de segregação social, no qual as pessoas foram alijadas de seus direitos resguardados na Carta Política.

Primeira cidade planejada do país, não reservou espaço aos moradores que a construíram, constata a autora (2016). Hoje são quatrocentos e cinquenta mil habitantes e mais de duzentas áreas de ocupação irregular, além da expansão para outros municípios metropolitanos. Entre 2014 e 2017, aponta que acima de seis mil famílias foram removidas. Justamente por se tratar de uma cidade planejada, denota, de forma inequívoca, a estratégia dos setores dominantes em relação à apropriação dos espaços públicos centrais a partir da lógica privada em detrimento da democratização e convivência social dos espaços coletivos.

Na década de 1990, havia maior envolvimento das comunidades com o uso do Orçamento Participativo na aprovação das obras de Belo Horizonte, destaca, embora o instrumento, adotado em 1993 na cidade, tenha caído depois na burocratização dos processos e ficado com atuação restrita (correspondendo a 3% da arrecadação). “Infelizmente, nos últimos 10 ou 15 anos, a cidade tem visto o retrocesso da atenção integrada e participativa nas favelas” (LIBÂNIO, 2016).

Lógica de segregação da participação popular que vem sistematicamente tornam-se a regra principalmente nas cidades que implementaram instrumentos de participação popular para deliberação de políticas públicas.

Embora tenham existido iniciativas de reurbanização, no contexto atual a desfavelização vem ganhando força. Há duas perdas em voga: “Os moradores das favelas têm perdido duas garantias ao mesmo tempo: a garantia (direito) de permanência em seus locais de moradia e a garantia (direito) de

participação na tomada de decisões que lhes afetam diretamente” (LIBÂNIO, 2016).

A autora observa um avanço na “institucionalização da prática participativa”, com a adoção de conselhos. A maioria dos integrantes é aposentada, “especialista”, com pouca capacitação e enfrenta falta de infraestrutura (AVRITZER, 2010 apud LIBÂNIO, 2016). Segue considerando que não existe um trabalho de base preparando os cidadãos para cumprirem esse papel.

Não por acaso é possível verificarmos em razoável medida o esvaziamento de tais conselhos, a despeito de sua premissa existencial como controle social. Os dados de Negreiros (2019, p. 31) sobre a arrefecimento da participação popular no Conselho Distrital de Saúde (CDS) da localidade da presente pesquisa (Santa Tereza, Porto Alegre) denota tal fenômeno:

As reuniões são a cada 15 dias no auditório do PACS (Pronto-Atendimento Cruzeiro do Sul) para tratar das questões relacionadas à saúde pública da região. Em consulta in loco nas atas de presenças das referidas reuniões, constatamos os seguintes números:

- Em 2017, foram 22 reuniões, com uma participação total de 659, com uma média presencial de 29,95 pessoas;
 - Em 2018, foram 20 reuniões, com uma participação total de 417, com uma média presencial de 20,85 pessoas;
 - Em 2019, foram 16 reuniões até a data de 1º/11/2019, com uma participação de 381, com uma média presencial de 23,81 pessoas.
- Outrossim, de acordo com o Censo de 2010, a densidade demográfica acumulada dos referidos bairros é de 70.154 habitantes. A partir do cenário apresentado, sem prejuízo de outras análises, podemos constatar uma média presencial nos últimos três anos de 24,87 pessoas nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde que abrange uma população de mais de 70 mil habitantes.

Libânio (2016), todavia, acredita em indícios de que os pobres começam a se incluir no debate. “Santos Júnior (2008) é otimista ao constatar que parte importante das lideranças que participam nos conselhos e de outras instâncias formalizadas também integra os movimentos sociais, em suas diversas modalidades de luta e ativismo” (apud LIBÂNIO, 2016). Se de um lado exige-se que as cidades sejam atrativas (no sentido de belas e com boas oportunidades econômicas) e busquem o desenvolvimento, a autora cita Harvey, para quem essa opção pelo “empreendedorismo” aprofunda o empobrecimento. “Aos poucos, as favelas vão dando espaço a grandes obras viárias e, junto com a

vitória do urbanismo, vão-se as histórias e a cultura das favelas na cidade” (LIBÂNIO, 2016).

O próprio território onde ocorreram as remoções forçadas que compõem o presente trabalho são mais um exemplo do que aponta a autora, haja vista que a duplicação da Avenida Moab Caldas e sua extensão pela Avenida Cruzeiro do Sul apresenta um cenário urbanístico que agrada mais aos olhos de quem passa de veículo pela localidade do que propriamente um benefício para os moradores. Exemplo dessa disparidade é a total ausência de quadras esportivas e de lazer para a população, que, para praticar esportes, precisa se deslocar para espaços públicos mais distantes de suas comunidades. Locomoção que muitas vezes fica totalmente inviabilizada pela territorialidade do tráfico de drogas.

A partir de uma revisão da bibliografia e das políticas públicas em Belo Horizonte, a autora aponta um processo de expulsão das populações vulneráveis das favelas ao mesmo tempo em que os movimentos sociais arrefecem suas lutas. A busca pela efetivação do valor social da terra sucumbe diante de interesses econômicos. Esse artigo mergulha na questão da participação diante da remoção das famílias, trata do contexto quase “profissional” das diferentes entidades de representação, mas, ainda assim, não se refere à atuação dos atores em conjunto com seus pares.

Planejada, conhecida como Cidade Jardim, Belo Horizonte representa a regra do planejamento urbano a partir da perspectiva da elitização dos espaços, nos quais os moradores pobres são vilipendiados de seu direito à moradia devido a interesses econômicos. Se os jardins são belos na capital mineira, tais atributos são ofuscados pela política de remoções que subtraem a condição de seus cidadãos como sujeitos de direitos.

1.2.4 Porto nem um Pouco Alegre

No que tange ao nosso foco de estudo, a prefeitura de Porto Alegre advogava pela ideia de que a Avenida Moab Caldas precisava de uma duplicação como um eixo estruturador da cidade, facilitando a mobilidade à zona sul de Porto Alegre e visando dar acesso ao tráfego de veículos em dias de jogos da Copa do Mundo de 2014.

As famílias desalojadas receberiam unidades habitacionais incluídas no programa federal Minha Casa Minha Vida, obras que sequer foram iniciadas. Araujo (2014) informa que uma lei municipal de 2010 decretou que os reassentamentos não precisavam ser feitos na região de origem. Para acelerar o processo, o governo municipal passou a conceder aluguel social de R\$ 500,00 mensais ou bônus-moradia de R\$ 52.340,00 – o mesmo valor da unidade habitacional a ser construída, explica a autora. “A assinatura do contrato autoriza a prefeitura a demolir imediatamente as casas desocupadas, e os entulhos não são recolhidos para evitar que os terrenos sejam reocupados” (ARAUJO, 2014, p. 164). Isso ocorre mesmo que haja outra moradia no terreno. Cabe ressaltar que a discrepância do valor do aludido bônus moradia em relação aos valores de mercado dos imóveis da região praticamente inviabilizava a permanência das famílias em seus territórios, uma vez que a localidade representa grande valor econômico pela sua proximidade com o centro da cidade.

Em contraponto às ações governamentais para o megaevento, foi criado, em 2010, o Centro Popular da Copa de Porto Alegre. Araujo (2014) reconhece que a intervenção na Moab Caldas foi o principal alvo porque seu traçado atravessa áreas ocupadas irregularmente. A mobilização do coletivo visava manter as pessoas na própria região. Segundo a autora, o comitê resultou de articulação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude (LPJ), a Organização Não Governamental (ONG) Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil), o Quilombo do Sopapo e a ONG Cidade. Um dos motivos para essa decisão foi o esgotamento das relações políticas no âmbito do Orçamento Participativo (OP), com o esvaziamento da questão habitacional, segundo relato de líder comunitário à autora. O representante do MST também mencionou que havia a necessidade de buscar alternativa à forma de fazer política, que não ficasse restrita aos partidos políticos que atuavam na região.

A autora aponta a referida coalizão de forças como principal ferramenta de luta. “Ao descrever os repertórios de confronto desenvolvidos a partir do CPC/POA, visou-se chamar a atenção para a diversidade de ações (institucionais e não estatal) possíveis de serem articuladas no processo de luta em um contexto democrático” (ARAUJO, 2014, p. 174). Cita como exemplo a

manifestação em junho de 2013 com centenas de jovens se colocando na extensão da avenida já em obras.

Araujo (2014) destaca a articulação, entretanto, sem mencionar as tensões internas. Em Porto Alegre, a composição do Centro Popular da Copa no território da Cruzeiro tinha uma importante participação de militantes orgânicos que buscavam uma mediação com o poder público e as famílias atingidas pelas obras. Houve tensões entre os líderes, que basicamente se dividiram em dois grupos. Um deles defendia que os moradores entregassem suas casas somente após receberem as novas habitações construídas pela prefeitura na localidade – essa articulação ficou conhecida como Movimento Chave por Chave⁸. Já o outro grupo concordava com a proposta do governo municipal, qual seja, o deslocamento imediato das famílias, que deveriam indicar casas que seriam locadas através dos chamados aluguéis sociais. Assim, aguardando as construções das habitações no bairro que seriam destinadas a elas. Nesse cenário de divergências, acabou prevalecendo o entendimento deste último grupo. Segundo relato de moradores, tamanho o nível de tensão entre os grupos que em determinada reunião houve conflito físico entre os participantes.

O movimento Chave por Chave congregou famílias das regiões Cruzeiro-Cristal, Santa Tereza e Vale (BARROS, 2013). Na reportagem da Pública, a arquiteta Cláudia Fávoro cita as conquistas obtidas pelos moradores antigos via Orçamento Participativo nas áreas da saúde, educação e infraestrutura e que agora teriam de deixar o seu bairro. A intenção dos entrevistados por Barros (2013) era se manterem nos seus locais de origem ou pelo menos próximos ao centro da cidade e com os serviços que desfrutavam anteriormente.

Um levantamento histórico feito pelo Projeto Memória Popular mostra que a população não desejava a construção da Avenida Moab Caldas. Em depoimento a Meinerz, Esteves, Petri e Adriani (1991), Cristina Maria Silva, moradora da Vila Tronco desde 1971, reclamava que a prefeitura queria retirar

⁸ Esse movimento foi também mencionado no documentário “Os Estrangeiros da Vila Tronco”, que tratou das remoções das famílias atingidas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q17yBd0-VEI>. Acesso em: 15 jul 2022. Igualmente o documentário “Bloco de Luta e Comitê Popular da Copa na Vila Cruzeiro”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FS_f_sRUX9I. Acesso em: 15 jul. 2022.

as famílias de suas residências: “Quando a gente arruma, consegue luz, água, as criaturas vêm e tiram a gente daqui. Por que, puxa vida! A gente precisa mais que arrumem aqui direitinho do que de uma avenida. Para que nós precisamos de uma avenida? Com tanta rua que já tem aqui” (p. 11).

As tensões para expansão da referida avenida e os consequentes desalojamentos não são recentes. A construção iniciou em 1986. Naquele momento, os moradores conseguiram reduzir a sua largura de 60 para 32 metros. Documento anexado pelos autores (1991) mostra que a prefeitura argumentava que a avenida era importante para circulação, mas principalmente para promover o saneamento básico na região. A luta permaneceu para evitar as remoções, e, em 1990, a prefeitura cedeu e resolveu abrir uma rua de 15 metros. Com isso, cento e quarenta e três famílias foram para um terreno na Grande Cruzeiro. Somaram-se quinhentas e setenta e duas pessoas ante duas mil que precisariam sair se a via fosse de 32 metros. Receberam o direito real de uso da propriedade, documento pelo qual não podiam vendê-la, só repassá-la aos filhos.

A população da Moab Caldas foi objeto de artigo de Silva, Portella e Pereira (2017). Moradores da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, que fizeram parte de grupos focais se mostraram descontentes com o processo de desalojamentos, afirmando que houve falta de respeito, de diálogo, de informação e de participação no projeto. Criticaram os valores oferecidos para as indenizações, pois possibilitaram a compra ou aluguel de residências apenas em locais afastados da cidade, e demonstraram preocupação quanto à incerteza sobre a construção de unidades no bairro.

Nesse artigo, as autoras informam que 31.238 pessoas foram removidas de suas casas na capital gaúcha em face das obras da Copa de 2014. No caso da Avenida Moab Caldas, o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) fez um cadastramento das famílias e anotou suas prioridades para reassentamento. Moradores antigos ouvidos mencionam que houve erros nos perfis, incluindo pessoas que estavam apenas em busca de algum benefício. Eles tiveram de fazer um esforço para conseguirem se realocar.

Em decorrência disso, os participantes do grupo focal e as entrevistas com os moradores atingidos relataram que muitas famílias juntaram seus bônus moradia e aluguel social para a compra ou aluguel de outro imóvel. Outras fizeram empréstimos para completar o valor

dados pela Prefeitura e assim viabilizar a compra de uma residência em Porto Alegre. Entretanto, mesmo com essas soluções encontradas pelas pessoas, os imóveis contidos no orçamento estavam localizados na periferia de Porto Alegre, em cidades próximas como Viamão e Sapucaia, ou até mesmo no litoral como Pinhal, Magistério e Cidreira (SILVA; PORTELLA; PEREIRA, 2017, p. 87).

Com isso, grupos locais e a Articulação Nacional da Copa elencaram terrenos ociosos na própria região. A partir da luta, segundo as autoras (2017), foram desapropriados 17 deles no entorno da avenida. Participantes do grupo focal deste estudo que optaram pelo aluguel social se mostraram arrependidos por temerem o despejo, já que o valor não é reajustado, e também ao constarem que a construção das habitações se arrasta. A escolha teria acontecido “na força e na pressão psicológica” (SILVA; PORTELLA; PEREIRA, 2017, p. 87). Os principais motivos para quererem continuar no bairro apontados nas entrevistas são: proximidade do centro – e, por consequência, do local de trabalho –, vínculos com os vizinhos, avanços do Orçamento Participativo traduzidos em construção de creches e postos de saúde e geração de renda, já que muitos fazem comida em casa para vender, costuram e arrumam eletrodomésticos, além de cuidarem de idosos da redondeza.

Outro problema se refere às demolições. Os terrenos ficaram cheios de resíduos, gerando riscos de proliferação de doenças e da ocorrência de acidentes. Os moradores apontaram que residências semi destruídas acabaram como locais para venda de drogas. Cabe destacarmos que essas áreas desocupadas jamais receberam qualquer cuidado por parte do poder público quanto ao isolamento e à sinalização adequada, o que acarretou inúmeros acidentes que inclusive tiveram como corolário ações judiciais que culminaram com a condenação do município de Porto Alegre pelos danos causados aos moradores.

Silva, Portella e Pereira (2017) constatam ainda que as comunidades se dão conta de que a prefeitura não promoveu diálogo nem debateu o projeto habitacional, priorizando quem tem maior poder aquisitivo. Em vez dos benefícios das obras da Copa, o que fica para essas famílias é o sofrimento que todo o processo causou. “Os moradores da Avenida Tronco se manifestaram contra a forma que o governo está conduzindo as remoções, visto que o projeto habitacional divulgado como legado pelo Departamento

Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB) nunca existiu” (SILVA; PORTELLA; PEREIRA, 2017, p. 90). Nesse artigo que aborda especificamente o mesmo cenário de remoções do nosso trabalho, observamos a abordagem das autoras no que tange à apresentação dos movimentos e articulações que ocorreram no território, mas sem observar as importantes tensões e disputas que ocorreram durante o processo e que influenciaram justamente nos desdobramentos das remoções.

As consequências das desapropriações na capital do Rio Grande do Sul foram registradas por Damasceno (2018) em um documentário sobre as violências sofridas e as resistências, mapas mostrando a “periferização” desses habitantes removidos de suas casas em três territórios (Ilhota, Dique e Tronco⁹) e levantamento das estratégias empregadas pelo Estado. Segundo ele, essa transformação urbana não acontece de maneira pacífica. O trabalho se inicia com fotografias expondo as ruínas deixadas pelas remoções e objetos que mostram as lembranças de lares destruídos pelas obras. Explora os mecanismos utilizados pelo Estado a partir de entrevistas com moradores, vivências nas áreas e construção de mapas das remoções. A investigação tem como suporte teórico autores como Nelma Gusmão de Oliveira (2012), Raquel Rolnik (2015), Lucimar Siqueira (2015), Ermínia Maricato (2011), Lena Azevedo e Lucas Faulhaber (2015).

Quanto à Tronco, Damasceno (2018) cita que está entre duas áreas de grande circulação de Porto Alegre, a orla do Guaíba e a Avenida Praia de Belas. Segundo ele, fala-se em alargamento da Avenida Moab Caldas desde o Plano Diretor de 1959, mas só foi viabilizado a partir da matriz das obras da Copa de 2014. Embora a intervenção tenha começado em 2011, ainda não está finalizada. Segundo o autor, o poder público responsabilizou as famílias pela demora em deixarem suas residências. Entretanto, o poder público nos parece apresentar uma espécie de meia verdade, ou seja, a resistência dos moradores em sair em grande medida se deu justamente pela indefinição de seus destinos, uma vez que o processo de remoções priorizou a liberação dos espaços no território para a duplicação da via pública e não o direito à moradia das famílias atingidas. Passados alguns anos da publicação dessa dissertação, a situação se mantém.

⁹ “Tronco” é uma designação popular que se refere à Av. Moab Caldas e arredores.

Naquele momento, Damasceno (2018) contabilizava 150 famílias entre os escombros, com quadro mais crítico o trecho em frente ao “Postão”, como é conhecido popularmente o Pronto-Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS). Testemunhou uma cratera com lixo e esgoto a céu aberto no local. Hoje não há mais ninguém “atrapalhando” o andamento da obra. Muitas famílias não aderiram prontamente ao Bônus-Moradia por dificuldades em encontrar um terreno no valor destinado. O autor (2018) elenca outra questão. O sentimento da maioria com quem entrou em contato era de que deixavam, nos arredores da avenida, uma série de serviços que ajudaram a concretizar. Há casos ainda de pessoas que geravam renda no bairro e perderam não só a residência, mas o meio de subsistência.

Os moradores, em meio a esses problemas, se sentiam indignados, ou em muitos casos iludidos, cansados de aguardar medidas de urbanização por vezes reivindicadas para o poder público. Essa coação disfarçada que é sofrida por esses moradores faz com que eles se sintam na obrigação de sair de seus locais de origem, já que acabam se sentindo como verdadeiros impasses na evolução da cidade (DAMASCENO, 2018, p. 117).

Lembra a campanha de reivindicação do Movimento Chave por Chave buscando a união dos moradores para não cederem às imposições e deixarem a Grande Cruzeiro. Durante o processo de remoções, identifica moradores que acabaram ficando perto das antigas casas, na “ilegalidade”, por não conseguirem se satisfazer com as condições do Bônus-Moradia. Reclamam que a prefeitura não reconhece a posse dos terrenos, mas apenas as benfeitorias. Damasceno (2018) recorre a Rolnik para desvelar os interesses do capital financeiro com essas áreas.

A conversão da casa como ativo financeiro se deu a partir da implementação de políticas neoliberais através do desmantelamento de instituições básicas de bem-estar e a implantação de políticas com objetivo de ampliar a disciplina de mercado, a competição e a mercantilização (ROLNIK, 2015 apud DAMASCENO, 2018, p. 156).

A urgência das melhorias urbanas servem para acelerar os processos de remoções, alerta. De um lado o desrespeito ao direito dessas famílias e de outro a proliferação de condomínios de classe média alta perto dos estádios. O documentário resultante do projeto deu voz aos moradores e evidenciou o sentimento com a situação. Mesmo delineando todo o processo também nas

cartografias dos três espaços modificados da cidade, Damasceno (2018) alinha sua mensagem a dos autores já citados, sem uma análise do processo interno de mobilização.

Na dissertação de Mesomo (2014), que acompanhou famílias do entorno da Avenida Moab Caldas, a dicotomia entre os moradores atingidos – “nós” – e a prefeitura – “eles” – fica ainda mais evidente. O CPC foi o movimento identificado pela autora como de contraposição ao poder municipal em desigualdade de poder. Os argumentos de “defesa do território”, “legitimidade de ocupação pela antiguidade”, “laços afetivos com o lugar” e “anos de luta dedicados à região” foram atacados pelo poder público sob a justificativa de que as localidades eram “irregulares” e “precárias” (MESOMO, 2014, p. 164-165). A autora considera as indefinições no processo um elemento para concretizar as desapropriações. Os moradores ficam subjugados às decisões do poder público e com a vida em suspenso. Os escombros por todos os lados também os expulsam do território onde tinham construído sua história.

A retirada de moradores da Vila Dique, comunidade de periferia situada na Zona Norte de Porto Alegre e próxima ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, motivou um projeto de memórias que resultou em livros, documentários e trabalhos científicos. Um deles, de Gil, Pacievitch, Wobeto e Santos (2017), fala sobre a situação dos reassentados no Conjunto Habitacional Porto Novo a partir de 2009. Narram projetos que envolveram a comunidade na apropriação do novo território: um grupo de skatistas e uma horta de mulheres do Clube de Mães Margarida Alves. As verduras colhidas eram partilhadas na escola, no posto e em outros lugares coletivos. Outra iniciativa com alunos de oito a onze anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Novo incluiu a realização de uma oficina de musicalização. As crianças fizeram um tabuleiro com base nos novos espaços da vila. Foi uma oportunidade para questionarem os impactos das mudanças de local.

O “legado” da Copa em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, onde diversas pessoas tiveram sua casa e seu bem-estar violados, foi tema da tese de Guterrez (2014). Na sua visão, não estavam apenas perdendo uma moradia, mas toda a luta empreendida durante décadas para construir um lar e o bairro como um todo, reivindicando a prestação de serviços pelo poder público e realizando mutirões. Diante das pressões no contexto dos megaeventos,

julga que elas não têm muita alternativa porque “a cidadania que está em jogo nunca será a formal, porque ela tampouco existe para quem vive em determinados territórios” (GUTERREZ, 2014, p. 365).

A antropóloga cita uma “cidadania insurgente” voltada a reivindicações pontuais. “A resiliência por outro lado pareceu produzir as táticas emocionais para seguir disputando e resistindo às pressões e a privações, garantindo integridade à insurgência enquanto prática política” (GUTERREZ, 2014, p. 365). Reivindica que o direito à moradia seja visto de forma multicultural, não globalizada, considerando as particularidades de cada cidade.

Como observamos em outros artigos, a tese da autora não adentra nas relações internas desses movimentos de resistência pela herança de mecanismos como Orçamento Participativo ou conselhos populares e dependendo do Poder Judiciário para fazerem cumprir as leis. Na sua pesquisa etnográfica, não há qualquer menção à interação entre esses atores, mas sim deles – como uma massa homogênea – com o Estado.

As literaturas elencadas nos trazem relevante contribuição no que tange ao apanhado de experiências de lutas e movimentações contra a violação de direitos de cidadãos atingidos pelas remoções forçadas, a partir das relações entre as comunidades periféricas e o Estado. Assim, demonstrando os movimentos de resistências em várias localidades distintas do território brasileiro e com razoável medida indicando as semelhanças quanto às violações de seus direitos. Ou seja, as remoções forçadas em grande parte do território nacional são uma realidade que estrutura um estado das coisas voltado para o constante processo de retirada de famílias periféricas em pontos estratégicos e centrais das cidades. Todavia, essas literaturas não enfocam a dinâmica interna dessas comunidades, dando a impressão de que elas atuam de forma homogênea, assim, abstraindo possíveis contradições que constituem uma variável de influência importante acerca das constituições da mobilização.

Justamente porque as condições que levam a mobilizações constituem um dos mais relevantes debates teóricos no campo de estudo dos movimentos sociais, aprofundar a análise sobre as complexidades relacionais que estão presentes entre os grupos sociais atingidos apresenta-se como uma dimensão indispensável para uma melhor contribuição e compreensão do fenômeno do engajamento e a sua produção de resultados.

Nesse sentido, percebemos uma necessidade de produção acadêmica que contribua para o debate sobre esse hiato empírico. Logo, verificamos a relevância do presente trabalho, uma vez que se propõe pela busca dessas contribuições epistemológicas. Cabe mencionar que este estudo não advoga de forma alguma pelo esgotamento do debate, mas procura contribuir a partir do relevo dado às complexidades que permeiam a realidade e as relações sociais em uma sociedade com grandes contornos de desigualdade como a brasileira. Nessa senda, ao aprofundar-se sobre as dinâmicas internas de mobilização dos movimentos de luta em comunidades de periferia, a presente pesquisa apresenta relevância para uma compreensão mais problematizada do cenário de debate e tensões sobre a luta por direitos em espaços historicamente violados nos direitos mais elementares, como é o caso da moradia. Essa imersão nesse micromundo de relações, tensões e contradições dos grupos sociais que residem no território possibilita uma visão mais atenta a aquelas idiosincrasias que muitas vezes passam despercebidas, como verificamos pela revisão das literaturas já colacionadas.

Compreender o fenômeno a partir de um olhar endógeno é condição *sine qua non* para uma pesquisa que dê relevo a elementos que via de regra são inobservados e, por consequência, traga uma melhor compreensão das condições necessárias para a (des)mobilização de grupos periféricos na luta por direitos. Nesse contexto, a identificação da já mencionada lacuna empírica traz como uma possível consequência a análise da medida de representação e relação dos líderes comunitários e suas comunidades. Assim, desvelando uma relevante variável de influência para a mobilização social nesses territórios. Logo, pretendemos, no nosso estudo, compreender como se dá a interação entre as famílias atingidas e os líderes comunitários e avaliar em que medida essas dinâmicas influenciaram no processo de luta pelas moradias.

A presente pesquisa propõe um aprofundamento de análise para além da comum abordagem dualista das mobilizações sociais em face do Estado, desprovida de um cotejo das contradições internas dos grupos mobilizados. Para tanto, lançaremos mão de um embasamento teórico que proporcione uma perspectiva de cotejo acerca da compreensão de cidadania a partir de uma abordagem histórica, em diálogo com a mobilização de recursos que interferem diretamente no engajamento social, notadamente à luz do caso concreto.

2 TEORIA: O DIÁLOGO CONSTRUTIVO

Buscaremos no presente trabalho um referencial teórico-metodológico que nos oriente nesta travessia epistemológica. Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, recorreremos a um arcabouço que de forma dialógica proporcione um aparato coerente com as complexidades que a investigação se propõe a desvelar. Assim, construindo um embasamento teórico a partir do imbricamento de abordagens que por si só, entendemos, não dão conta do fenômeno empírico investigado.

2.1 DA HISTÓRIA À COMPREENSÃO DE CIDADANIA

O discurso do “interesse público” traduzido na “necessidade” de ampliação da Avenida Moab Caldas e arredores, inserida nas obras da Copa de 2014, acaba contribuindo para um processo de legitimação dos desalojamentos que atua de forma a dificultar a luta pelo direito à moradia. Contribui para essa visão, em uma perspectiva culturalista/histórica, a falta de percepção como sujeito de direitos das famílias que perderam suas casas no bairro Santa Tereza a partir de uma frágil construção de cidadania no país (CARVALHO, 2002, 2004). O descrédito com as ações dos governantes e o temor pelas repercussões negativas do envolvimento em conflitos sociais e políticos parecem se somar aos obstáculos para mobilização (SCOTT, 2000; SANTOS, 2006). Para não cidadãos, é difícil se perceberem como portadores de direitos e reunirem forças a fim de exigirem dos governantes a manutenção de suas moradias, de seu lugar, de seu bairro, de suas referências.

O conceito de cidadania, ao longo da história ocidental, sofreu diversas mudanças desde a Grécia antiga. Inicialmente, era uma designação seletiva, ou seja, apenas determinados setores da sociedade grega eram reconhecidos como cidadãos (CARDOSO, 1985 apud REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001). Nesse período, a compreensão de cidadania estava associada à participação política. Nos anos posteriores, o poder político foi sofrendo uma redistribuição com a criação de assembleias e conselhos populares. Todavia, a participação seletiva permanecia. Em Roma, a lógica era semelhante, na qual os espaços de poder eram exclusivos de castas privilegiadas que monopolizam

as tomadas de decisões. Durante a idade média, o conceito de cidadania sofreu um refluxo, fundamentalmente pelo tema da religião, que adquiriu relevo durante esse período histórico (ARENDR, 1995 apud REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001).

Outra variável que influenciou no retrocesso do conceito de cidadania foi a lógica da representação divina, na qual determinados grupos seriam representantes da vontade de Deus, e, portanto, não havia necessidade de consulta e participação na vida política pelos súditos. Logo, toda a organização estrutural da sociedade e dos estamentos de poder estavam subordinados a essa lógica (BLOCH, 1982 apud REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001).

Com o advento do período do renascimento e constituição dos Estados determinados, houve uma retomada da ideia da centralização estatal, tendo como corolário o ressurgimento do conceito de cidadania como pressuposto de acesso aos chamados direitos políticos, ainda que direcionados para determinadas castas sociais. Influenciado inclusive pelas efervescências oriundas do capitalismo que surgia.

A evolução da compreensão do conceito de cidadania obteve um salto com o período conhecido como iluminismo, que buscou romper com a lógica do direito divino em benefício de uma democracia liberal. Ideias que subsidiaram as ulteriores revoluções burguesas, principalmente a estadunidense e francesa.

Esse período de importantes mudanças culturais e políticas influenciou diretamente o mundo contemporâneo ocidental e ajuda a explicar a compreensão atual de cidadania pautada em uma igualdade formal entre os integrantes de uma nação de contornos oriundos das referidas revoluções.

Ressaltamos que, ainda que tenhamos apontado uma evolução histórica do conceito de cidadania, não significa dizer que no plano material e real da vida dos cidadãos a igualdade seja uma realidade concreta. O fenômeno da desigualdade é uma marca indelével do Estado capitalista.

Segundo Barbalet (1989) apud Rezende Filho e Câmara Neto (2001), o contexto de tensões sociais nos séculos XIX e XX contribuiu para um caráter de natureza reivindicatória da cidadania, tendo em vista as profundas desigualdades econômicas. O estado de bem-estar social surge nesse cenário como resposta aos conflitos e à falta de oportunidades dos indivíduos.

Todavia, não podemos abstrair o fato de que esse avanço em relação aos direitos dos cidadãos teve também como causa os importantes avanços de inclusão social ocorridos no leste europeu, comumente na União Soviética, que acabou pressionando os Estados ocidentais a promoverem melhorias nas condições de bem-estar da população com receio de convulsões que pudessem servir de gatilhos para processos revolucionários a exemplo da revolução vermelha.

Para Carvalho (2002) a noção de cidadania está intimamente ligada à lealdade a um Estado e à identificação com uma nação. Lembra que a origem dos conceitos remonta à Revolução Francesa (1789).

Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional. Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado (CARVALHO, 2002, p. 12).

O atual enfraquecimento do Estado-nação é exemplificado pelo autor com os casos da união de países na Europa e dissolução da União Soviética. Questões econômicas também afetam as vagas de emprego e gastos de governos, prossegue, acelerando a crise. O que resta para o Brasil, onde tudo parece ter começado de forma “pouco altruísta”, para dizer o mínimo?

Ilustram esse fato as frases do francês Louis Conti – “O Brasil não tem povo” (CARVALHO, 2004, p. 9-10) – e de Aristides Lobo – acerca do momento histórico de transição do sistema monárquico para o republicano – “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar” (CARVALHO, 2004, p. 9).

Em momentos decisivos de nossa história, houve uma espécie de concertação de interesses, como na transição entre monarquia e república em 1889, a tentativa de ruptura golpista em 1961 que resultou em um parlamentarismo de ocasião, bem como a transição do regime civil-militar para a redemocratização em 1985. A ausência de rupturas influencia os destinos políticos da nação até hoje. Faltam-nos marcos históricos que formem uma digital enquanto povo e repercutam em lutas coletivas massivas e conquistas estruturais. Tais compreensões, de forma alguma significam abstrair as lutas e tensões existentes ao longo de nossa história.

Ainda que mereça o devido reconhecimento, o auge da trajetória de lutas de líderes comunitários da região da Grande Cruzeiro se deu por uma contingência pontual de imensa falta de infraestrutura mínima, na qual as condições subumanas de sobrevivência levaram a uma organização por direitos. Todavia, essa mobilização não decorreu de uma “herança empírica” de um acumulado histórico de engajamentos e mobilizações coletivas. Tanto assim que, a partir da conquista de direitos básicos naquele território, não houve até o presente momento uma renovação quantitativa geracional para seguir articulando e gerando mobilizações no intuito do aperfeiçoamento por direitos. Não existe um legado de cidadania brasileira que desse embasamento ao movimento. Há imensa dificuldade para a renovação de quadros. Não por acaso as gerações posteriores a esse período de lutas na localidade objeto da presente pesquisa desconhecem em grande medida as experiências de mobilização coletiva vivenciadas por seus ascendentes, conforme verificamos empiricamente ao longo dos anos inclusive em nossos projetos de fomento à cidadania e luta por direitos, a partir de aulas com adolescentes no mesmo território que trata o presente trabalho.

Carvalho (2004) não opõe Estado e povo, como se um fosse o culpado e o outro, o inocente. A dominação só se concretiza porque existe uma lógica de subjugação, seja pela omissão ou apatia. Embora nos pareça decerto exagero por parte do autor tal compreensão, tampouco nos parece razoável desconsiderar que em alguma medida a assertiva apresenta sentido perante a realidade. Justamente no âmbito da apatia nos parece apresentar um “ponto de toque” com a perspectiva histórica como gênese dessa aparente letargia. Ou seja, no cotejo da nossa história encontramos possíveis fatores que contribuem para a compreensão do fenômeno estudado, comumente a frágil introjeção da compreensão de cidadania.

Outros fatores levantados pelo autor são a herança escravocrata e o latifúndio monocultor – que têm íntima ligação, com um contingente de pessoas à margem da sociedade, mesmo depois da abolição. No final do século XIX, metade da população era analfabeta e participava das eleições um percentual muito pequeno. O Brasil dos coronéis segue sendo o país dos privilegiados, de uma casta favorecida em detrimento dos demais. Carvalho (2002) menciona que nos Estados Unidos da América, a liberdade individual era um direito

inalienável da etnia branca. O autor cita o sulista George Fitzhugh, que justificou a escravidão apontando a desigualdade entre os humanos.

No Brasil, até mesmo os padres tinham escravizados. O abolicionista José Bonifácio usava como argumento o fato de que a diferenciação entre negros e brancos dificultava a integração nacional.

Não podendo haver comunidade de cidadãos em Estado absolutista, nem comunidade humana em plantação escravista, o que restava da tradição comunitária eram apelos, quase sempre ignorados, em favor de um tratamento benevolente dos súditos e dos escravos. O melhor que se podia obter nessas circunstâncias era o paternalismo do governo e dos senhores. O paternalismo podia minorar sofrimentos individuais mas não podia construir uma autêntica comunidade e muito menos uma cidadania ativa (CARVALHO, 2002, p. 51).

O coronelismo também se tornou um obstáculo para a consolidação dos direitos civis e políticos. “O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel” (CARVALHO, 2002, p. 56-57). A lei variava conforme a condição de amigo, aliado ou inimigo. “Não havia justiça”, conclui (p. 57).

Cem anos depois, com a expansão do direito ao voto e a redemocratização, seria a vez de a cidadania aflorar. Apesar de um contingente enorme ir às urnas a cada dois anos, o que vemos está longe de ser um exemplo de participação coletiva nas decisões e nos rumos da nação. Exemplo dessa perspectiva do autor, podemos observar em relação à compreensão do voto como uma obrigação (inclusive sujeitando o cidadão à sanção estatal em caso de ausência não justificada nas eleições) e não como um direito conquistado em um contexto de luta por democracia e participação popular, logo, prescindindo da lógica da obrigatoriedade.

Carvalho (2002) acredita que a expansão de organizações não governamentais e a colaboração entre líderes comunitários e Estado durante governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a citar mecanismos como o Orçamento Participativo, trazem fôlego à democracia.

A parceria aqui se dá com associações de moradores e com organizações não governamentais. Essa aproximação não tem os vícios do paternalismo e do clientelismo porque mobiliza o cidadão. E o faz no nível local, onde a participação sempre foi mais frágil, apesar de ser aí que ela é mais relevante para a vida da maioria das pessoas (CARVALHO, 2002, p. 228).

Em um viés liberal, observa o crescimento da cultura de consumo. Ao lembrar a invasão de um shopping no Rio de Janeiro, evidencia:

Os sem-teto reivindicavam o direito de consumir. Não queriam ser cidadãos mas consumidores. Ou melhor, a cidadania que reivindicavam era a do direito ao consumo, era a cidadania pregada pelos novos liberais. Se o direito de comprar um telefone celular, um tênis, um relógio da moda consegue silenciar ou prevenir entre os excluídos a militância política, o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se veem diminuídas (CARVALHO, 2002, p. 228).

Essa frágil cidadania se desenvolve de forma imbricada a bens materiais. Todavia, não podemos olvidar que a desigualdade corrói a participação política. Tampouco, por si só, a existência de condições materiais não constitui uma dimensão totalizante da cidadania. A precisão do autor nos parece “saltar aos olhos” quando verificamos a conduta dos governos brasileiros contemporâneos ao presente período histórico que basicamente focaram nas condições de consumo da população em detrimento a uma educação mais constituinte de cidadania. Exemplo empírico das consequências de tal cenário foi a ruptura de 2016 que destituiu uma presidenta democraticamente eleita sem basicamente resistência popular.

O referido acesso aos bens de consumo, em momentos específicos da economia capitalista, não significa necessariamente o acesso a direitos de maior amplitude, como o direito à habitação. Nessa senda, temos um importante exemplo do quão frágil representa a construção e conceituação da cidadania, uma vez que a categorização de cidadão como referencial de acesso pleno à moradia se dá tão-somente no plano normativo constitucional, uma vez que na realidade dos fatos observamos uma violação direta desse direito. Tanto assim que a despeito da evolução histórica da conceituação de cidadania, amplamente apresentado no presente trabalho, não representou uma consolidação de pleno acesso ao direito à moradia.

O caso do Brasil é inequívoco: embora positivado no artigo sexto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como um direito social, a habitação representa um grande exemplo das violações de direito da população. É sobre essa realidade que constatamos a relevância da contribuição de Zolo (2005) que advoga pela exigência inafastável da luta para

implementação dos direitos que tutelam a dignidade do indivíduo, comumente os direitos sociais. Segundo o autor, a mera inscrição dos direitos em leis no escopo do Estado liberal não significa a garantia da eficácia dos mesmos, uma vez que existe a “lei da eficácia decrescente dos direitos”, ou seja, a implementação dos direitos que dialogam com as melhores condições de bem-estar da população, como os direitos sociais, sofrem um natural e constante refluxo, cenário típico da lógica neoliberal. Logo, a existência da luta popular é condição *sine qua non* para a concretização dos direitos.

A perspectiva histórica em diálogo com o desenvolvimento do conceito de cidadania nos parece oferecer uma variável relevante para o processo de inteligibilidade do fenômeno em estudo.

2.2 DOS RISCOS COMO VETOR DE MOBILIZAÇÃO

Embora tenhamos a compreensão dos elementos históricos como fatores contribuintes para compreensão da sociedade e dos fenômenos sociais, tampouco entendemos como suficientes para explicar as complexidades dos fenômenos empíricos. Existem aspectos não abarcados pela escola culturalista/histórica que se articulam mais na esfera individual do indivíduo. Embora não nos pareça inviável o raciocínio de que até mesmo as condições mais próprias do cidadão, poderiam estar atravessados pelo acúmulo histórico em que está inserido. Todavia, nos parece relevante elencar outras dimensões apontados pela literatura correlata que estão presentes no cenário de mobilização social.

Quanto à aversão ao risco de se mobilizar, Santos (2006) e Scott (2000) nos oferecem um embasamento sobre a opção por estratégias conservadoras. O primeiro atesta que o fracasso do engajamento pode levar ao desemprego, à marginalização e à violência institucional. Enquanto apostar no voto é sofrer uma só consequência: deixar tudo como está. Nessa perspectiva, podemos observar uma motivação que dialoga com a teoria de escolha racional, na qual a avaliação para a mobilização passa por uma racionalidade intuitiva de sua percepção dos fatos constitutivos da realidade. A partir dessa cognição instrumental, inicia-se o processo de tomada de decisões, que no caso em

estudo traduz-se pela percepção do indivíduo das ações que melhor tutelam a sua sobrevivência.

Tal perspectiva teórica não deixa de ter suas limitações quando observamos experiências empíricas, uma vez que as referidas estratégias conservadoras dão lugar a ações mais incisivas em determinadas condições, como foi o próprio caso da Grande Cruzeiro principalmente nos anos 80 e 90, onde ocorreram manifestações e mobilizações dos moradores por condições minimamente dignas, comumente no que se refere ao acesso à água potável, energia elétrica e saneamento básico.

Scott (2000) interpreta que, quanto maior for a desigualdade de poder, aumentam as condições subjetivas de dominação do opressor. O oprimido participa decisivamente, nessa visão, da legitimação do sistema. Contribui para tanto, segundo o autor, um discurso de uma aparente comunhão de interesses. Todavia, tal compreensão teórica apresenta suas limitações à luz dos fatos da realidade quando observamos cenários de extremas dificuldades sociais e que ao mesmo tempo apresentaram importantes exemplos de mobilização e engajamento na luta por direitos, como foi o caso já mencionado da Grande Cruzeiro.

Voltamos a recorrer a Santos (2006) para embasar a ideia da descrença dos moradores desalojados na região da Grande Cruzeiro no Estado. Acreditamos que, por isso, as razões para se mobilizarem restam mitigadas. O autor menciona que o Brasil sequer se encontra no estágio da suspeição das instituições, como ocorre nos chamados países desenvolvidos. Ou seja, no maior país da América Latina nem mesmo houve a conclusão do processo de consolidação das instituições. Elas simplesmente não atendem às demandas cidadãs.

Depois da Constituição Federal de 1988, foram garantidos direitos como nunca na nossa história. Os ganhos sociais, porém, compreendidos em políticas de habitação, saneamento básico, educação e saúde estão longe de serem garantidos a uma parcela significativa da população. Se há escolas para todas as crianças, nem sempre podemos garantir a sua qualidade. Muitos sequer chegam ao ensino médio, no caso do território da Grande Cruzeiro a situação é ainda mais alarmante, uma vez que não existem escolas de ensino médio para a população, dessa forma, exigindo que os alunos se desloquem

para outras regiões para seguirem seus estudos, o que acarreta inclusive dispêndio econômico para aqueles que têm essa possibilidade. E não menos relevante é a relativização do direito de ir e vir desses moradores que é absolutamente vulnerabilizado pela guerra do tráfico. Outros milhões não têm acesso à universidade¹⁰. O déficit de moradias e domicílios em condições precárias é mais um vetor da desigualdade social¹¹. Nesse sentido, o saneamento básico e estrutura pública de redes pluviais representam outro grave problema, uma vez que alagamentos em dias de chuva fazem parte do cotidiano dessas localidades.

Se a frágil noção de cidadania brasileira, em sua perspectiva de mobilização, é observada no cotidiano de muitas comunidades pelo país, não apenas na Zona Sul de Porto Alegre, com o temor de como os demais percebem e interpretam suas ações, resultando, por vezes, em spray de pimenta, repressão policial e ainda compreendidas como lideradas por “vagabundos” e “baderneiros” se soma à chance real de não gerar benefício algum. Adiciona-se a esse cenário, a tensão de quem nasce e cresce em uma localidade onde desenvolve suas relações sociais e familiares, sendo-lhe imposto ter que abrir mão do bairro que tem vínculo, do qual pode ir ao centro da cidade em poucos minutos, com atendimento de saúde, escolas e uma vista privilegiada do Guaíba, como é o caso do território que trata o presente

¹⁰ Em 2019, entre os brasileiros com 25 anos ou mais, menos da metade (48,8%) concluíram o ensino médio e 17,4% têm o ensino superior completo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2020a). No Nordeste, 60% não completaram o ensino médio. Quando se fala em negros e pardos, apenas 41,8% finalizaram essa etapa em contraposição com 57% de brancos. Embora os números mostrem crescimento ao longo da década no país, ainda há 6,6% de analfabetos (contando as pessoas de 15 anos ou mais), totalizando 11 milhões, 56,2% no Nordeste, 20% das pessoas de 14 a 29 anos não completaram nenhum nível da educação básica – ou abandonaram a escola ou nunca a frequentaram. Desse contingente, 71,7% eram pretos ou pardos.

¹¹ “O déficit habitacional estimado para o Brasil, em 2016, foi da ordem de 5,657 milhões de domicílios, dos quais 4,849 milhões estão localizados em área urbana e 808 mil em área rural. Em termos relativos, o número total representa 8,1% do estoque total nacional de domicílios particulares permanentes e improvisados do país” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [FJP], 2021). Em 2019, o déficit aumentou para 5,876 milhões de residências, 5,044 milhões na zona urbana, mantendo o índice de 8% do total. O principal motivo é o alto valor do aluguel, representando mais de 30% da renda familiar.

Dados (IBGE, 2020b) mostram que 21,6% da população residia, em 2019, em domicílios com pelo menos uma inadequação. Esses 45,2 milhões viviam em 14,2 milhões de locais sem banheiro de uso exclusivo, com paredes externas sem materiais duráveis, número excessivo de moradores, ônus excessivo no aluguel e/ou ausência de documento de propriedade. Entre aqueles que recebem menos de 5,50 dólares por dia, a proporção aumenta para 43,2%. Quanto ao esgotamento sanitário, Garcia (2020) informa que quase metade dos domicílios não tinham acesso por rede e 39% dos municípios não contavam com o serviço em 2017.

trabalho. A promessa era de que as famílias ficassem na localidade, mas os terrenos destinados para esse fim estão totalmente abandonados, uma vez que sequer se iniciaram as construções habitacionais.

Se por um lado, entendemos como fator de extrema relevância a construção histórica como variável de influência para a mobilização e engajamento, por outro lado não nos parece suficiente tal perspectiva para dar conta do fenômeno estudado. Portanto, lançaremos mão de outra tradição teórica como dimensão de completude da presente construção científica.

2.3 OS RECURSOS COMO VARIÁVEL DA AÇÃO

Logo, para aprofundarmos a análise da mobilização desses moradores e das tensões e contradições dos movimentos de resistência, lançaremos mão da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008), que pressupõe meios formais e ou informais através dos quais as pessoas se engajam em ações coletivas. Apesar de relevantes considerações de que a presente teoria aplicar-se-ia somente em contextos que envolvessem maiores vultos de recursos, o nosso cotejo dos autores nos leva à compreensão da viabilidade de aplicação no presente trabalho, tendo em vista que mesmo em cenários geográfica e socialmente menores, existem dinâmicas importantes relacionadas à necessidade de mobilização de recursos.

Para o movimento iniciar, é preciso mobilizar os recursos. Uma vez que esteja em andamento, os autores (2008) apontam a necessidade não apenas de estruturas, mas de um perfil organizacional. Essa conformação de fatores depende da sustentação de associações existentes ou da sua criação. Esses órgãos são capazes de se moldar ao cenário político mais amplo.

No início, McAdam, McCarthy e Zald (2008) apontam que não há clareza de propósitos para os integrantes do grupo, o que deixa mais indefinidos os resultados, diferentemente de quando o processo está consolidado. Aparecem líderes e facções que disputam ideias e estratégias. Então, o ambiente político tende a influenciar as decisões de movimentos emergentes, enquanto os que já têm uma história passam a centralizar as ações em suas próprias perspectivas. Cabe-nos identificar se isso se deu no âmbito dos desalojamentos para as

obras da Avenida Moab Caldas a partir do cotejo da dinâmica relacional entre as famílias e os líderes comunitários.

Há ainda aspectos endógenos e exógenos que influenciam na tomada de decisão dos ativistas (MCCARTHY, 2008). Dentro do movimento, precisam convencer os seus integrantes. Fora, devem lidar com espectadores, oponentes e autoridades. As elites podem se esforçar para restringir as mudanças, “deslegitimando estruturas de mobilização” (MCCARTHY, 2008, p. 149). Essa visão (da Teoria de Mobilização de Recursos) leva mais em conta a racionalidade e dá pouco espaço para as ideologias na formação desses grupos (ALONSO, 2009). Por isso, a autora menciona que gerou antipatia no chamado campo da esquerda, por comparar os movimentos com empresas. Na sua interpretação acerca da TMR, Gohn (1997) aponta que surgiu no contexto da luta por direitos civis, contra a Guerra do Vietnã e inovou ao deixar de lado o paradigma voltado a explicações pessoais e se concentrou no aspecto organizacional. Ao focar sua visão nas instituições, aborda os movimentos como “grupos de interesse” (GOHN, 1997, p. 50) e enfatiza a questão econômica inicialmente.

Os movimentos surgiram quando os recursos se tornassem viáveis. Posteriormente esta asserção foi alterada: os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade (GOHN, 1997, p. 51).

Centrando-se em Olson, a autora (1997) explicita que diferentes grupos competiriam para obter recursos e visibilidade. A compreensão da autora dialoga diretamente com a nossa pesquisa, uma vez que as famílias desalojadas pareceram depender dos espaços associativos do território, bem como da articulação dos líderes comunitários para a luta por suas moradias. Logo, esses recursos organizacionais apresentaram relevante importância no contexto de mobilização e tensões que ocorreram.

Para Zald e McCarthy apud Gohn (1997), os movimentos seriam de consenso e conflito. Os primeiros teriam mais apoio e não contestariam o sistema. Os segundos teriam como meta a mudança social. A autora afirma que as críticas a essa teoria se devem especialmente à sua base: a da escolha racional.

Isso porque esta última baseia-se no modelo das ciências naturais, tratando os indivíduos como seres abstratos, universalizando a experiência de um tipo particular de ser humano: a raça branca, as camadas médias da população, em país do capitalismo desenvolvido do Ocidente (GOHN, 1997, p. 55).

A teoria também desconsidera questões ideológicas, culturais e identitárias dos seus alvos (COHEN, 1985 apud GOHN, 1997). A sociedade, por essa visão, seria composta por “um arranjo estático das elites e não elites, relativamente homogêneo, em que há grupos incluídos e excluídos” (MAYER, 1992 apud GOHN, 1997, p. 57). Para Gohn (1997), a teoria falha ao deixar de lado uma análise do contexto social e político e do papel do Estado, além do cenário cultural.

Embora tenhamos anuência com Gohn (1997) acerca da crítica que o autor faz pela ausência de aspectos importantes que contribuem para a mobilização, conforme supramencionado, não significa, em nosso entendimento, que fique adstrito ao uso da Teoria da Mobilização de Recursos em sua concepção mais característica. Ou seja, é possível uma construção dialógica entre as teorias que possam contribuir de forma mais consistente ao amparo teórico da pesquisa. No caso concreto, a escolha racional que orienta essa teoria não significa necessariamente uma desconsideração automática de aspectos de natureza mais subjetiva como aquelas apontadas por Gohn. Nas complexidades que formam a consciência humana, parece-nos plausível uma consideração de análise mais ampla que considere a possibilidade de completude entre eventuais motivações diferentes que podem relacionar-se entre si, levando à ação humana.

Nesse sentido, as contribuições do autor Murilo de Carvalho acerca da construção histórica e cultural da sociedade brasileira nos parece dialogar perfeitamente com a Teoria da Mobilização de Recursos, haja vista que os aspectos culturais e históricos constituem variáveis que se articulam com as condições de logística para uma situação de maior ou menor possibilidade de mobilização. Inclusive, a própria compreensão das necessidades e dificuldades acerca dos recursos necessários para a mobilização é influenciada pela bagagem cultural e histórica dos atores.

Tendo em vista a ruptura já indicada entre os militantes que ocasionou uma disputa interna pelos desdobramentos em relação aos desalojamentos na

região da Grande Cruzeiro, nos parece existir uma subsunção à Teoria da Mobilização dos Recursos, haja vista que essa identifica o papel das associações e grupos existentes no cenário de reivindicações e lutas como variáveis de influência para a mobilização. O conflito dos grupos de líderes comunitários converge para os interesses do poder público. Nesse cenário, o grupo que advogava pela alternativa apresentada pela municipalidade, apresentando-se como representante dos atingidos pela duplicação da Avenida Moab Caldas, parece contribuir para a postergação da construção das casas dentro do território, dessa forma, fragilizando a demanda pela solução mais imediata da questão da moradia. O governo municipal então atuava como se estivesse respaldado pela vontade de todas as famílias, em uma aparente convergência de interesses. Essas tensões internas ocorridas durante o processo de desalojamento das famílias tendem a trazer a efeito a necessidade de uma construção teórica que atente para as contradições internas de forma a possibilitar uma visão mais consistente das complexidades que orbitam as mobilizações nos territórios marcados pela violação de direitos.

Nessa perspectiva, as concepções teóricas apresentadas até aqui podem ser imbricadas para um melhor entendimento do fenômeno estudado. A frágil construção de cidadania influencia diretamente na dinâmica das relações internas do movimento dos líderes e das famílias, sobremaneira quanto à necessidade e relevância da compreensão das contradições no cenário de violação de direitos. A própria divisão entre os líderes comunitários reflete a frágil consolidação da cidadania, dificultando a melhor utilização e potencialização dos espaços de organização e deliberação de grupos sociais, representados no caso em concreto pelas associações. Assim, demonstrando a importância da Teoria da Mobilização de Recursos como um fator teórico relevante no estudo e compreensão do fenômeno, mas sem abstrair a dimensão cultural/histórica como variável de influência para a mobilização dos indivíduos, ou seja, uma abordagem de complementaridade entre as duas perspectivas teóricas.

Nesse sentido, como aspecto complementar do nosso trabalho, pretendemos ainda cotejar como se deu a dinâmica da relação dos líderes com as famílias vítimas dos desalojamentos nos arredores da Avenida Moab Caldas. Nossa dissertação de mestrado (NEGREIROS, 2019) versou sobre o

papel desses agentes no engajamento das comunidades, focando no mesmo território. Consideramos a existência de fatores relevantes que dificultam a mobilização: o personalismo nas relações, o desencanto com a política institucional e as contradições que envolvem o militante quando ocupa uma função de representação ou mediação do poder público.

Realizamos entrevistas com três líderes com ativa atuação na comunidade da Grande Cruzeiro. O conteúdo foi trabalhado a partir da análise textual discursiva. Do material, surgiram as seguintes categorias: liderança (com base em Pigg, 1999, para quem o líder tem o poder de influenciar, tornar interesses individuais em comuns), personalismo (como uma marca indelével na nossa história, segundo Holanda, 1995), militante como gestor (aquele que representa a sociedade civil, mas gera consentimento ao regime, conforme Pizzorno, 1992), mobilização pelo mínimo (Kelly, 1998, leva em conta o enfraquecimento do movimento por direitos), desconfiança institucional (para Moisés, 2005, agravada pela incompetência, corrupção e falhas no sistema), orçamento participativo (e a democracia direta, em Gugliano, 2004a) e “esquerda” versus “direita” (conceitos ainda válidos, atesta Bobbio, 1995). Além das categorias elencadas, o autor constata que a atuação dos representantes locais da população interfere na mobilização. “Se por um lado demonstram interesse nas melhorias na qualidade de vida da comunidade, por outro apresentam comportamentos que justamente dificultam a luta coletiva” (NEGREIROS, 2019, p. 86).

Entre os obstáculos apontados no trabalho está o personalismo. Isso pode ser expresso por disputas entre os líderes, inveja e ênfase no individualismo. “Críticos da aparente apatia das pessoas diante da perda de direitos e da ineficiência de serviços públicos, esses agentes não se vêem como possível parte do problema e da solução. Apresentam dificuldade de se enxergarem dentro do processo” (NEGREIROS, 2019, p. 86). A dificuldade de criarem redes de colaboração acaba sendo um recado para seus representados, que se desmotivam para as lutas conjuntas.

A desconfiança entre os pares também se estende para a política no sentido macro. Projetos, partidos e ideologias passam a ser vistos sem distinção, dificultando uma visão de longo prazo de melhorias no cenário. Essa postura dificulta a unidade em torno do bem comum. Os entrevistados

demonstraram ainda pouco discernimento quanto a questões ideológicas como esquerda e direita, relacionando-as tão-somente à atuação dos governos, sem apresentar os aspectos ideológicos/simbólicos constituintes desse campo binário da política.

Quanto aos militantes que atuam como gestores de administrações públicas, o trabalho conclui que, embora continuem atuando em prol da comunidade, “a medida de atuação e a ênfase de enfrentamento mudam, uma vez que, ao fim e ao cabo, o Estado passa a ser seu empregador” (NEGREIROS, 2019, p. 87). Essa situação gera constrangimento e contribui para enfraquecer o movimento comunitário. As idiosincrasias desveladas na dissertação contribuem para uma análise mais consistente na presente pesquisa em relação à complexidade das relações das famílias com os líderes comunitários, uma vez que adentram no universo subjetivo das motivações desses atores.

As sutilezas apreendidas do cenário empírico agregam valor no processo de compreensão das tensões e contradições que constituem elementos fundamentais para uma inteligibilidade das articulações de luta nos territórios deflagrados pelo constante alijamento de direitos. Portanto, embora a presente pesquisa tenha suas limitações, pode contribuir para a reflexão sobre as condições objetivas e subjetivas que levam às mobilizações em cenários análogos ao do presente trabalho. Tão relevante quanto o problema a ser investigado é o caminho que escolhemos e percorremos em busca de resultados que possibilitam o cotejo analítico para a produção de conhecimento. Nesse sentido, a “caminhada” apresenta-se como verdadeira “bússola epistemológica” para a necessária aferição das conclusões apresentadas no trabalho de pesquisa.

Como estudamos a sociedade e estamos inseridos nela, o nosso envolvimento com o objeto de estudo é notório e, diríamos, fundamental para a observação e análise da realidade em suas nuances. Nossa condição de militante comunitário nos conduz talvez aos riscos de considerações precipitadas e visões taxativas, mas estamos abertos a vislumbrar este problema de pesquisa de forma abrangente, que possa trazer respostas – ou novas perguntas – a essa travessia epistemológica sobre a mobilização social, a luta por direitos e o exercício da cidadania.

Há um debate ainda vigente sobre o conceito de cientificidade em que algumas correntes consideram que a pesquisa social deve ser conduzida como a pesquisa natural. Advogamos pela tese de que as ciências ligadas às humanidades têm características totalmente diferentes das ciências da natureza. Como semelhanças, podemos citar o rigor e a objetividade.

Minayo (2015a) levanta a questão que já abordamos do pesquisador como agente da sociedade que investiga. E questiona se, ao procurarmos “a objetivação própria das ciências naturais, não estaríamos descaracterizando o que há de essencial nos fenômenos e processos sociais, ou seja, o profundo sentido dado pela subjetividade?” (MINAYO, 2015a, p. 11). Reflexão imprescindível que se coloca a quem, em última análise, trata sobre o seu tempo, sua comunidade, seus valores, sua cultura. Se existe a necessidade de um tratamento objetivo dos dados, é desejável que o pesquisador se posicione na sua subjetividade, esteja inserido no processo e possa então compreender melhor causas, consequências e desdobramentos do objeto em análise. Historicamente delimitado, estará sujeito a um momento específico, a uma cultura e dinamismo próprios, alerta Minayo (2015a). Segundo a pesquisadora, outra característica das ciências sociais é o imbricamento entre sujeito e objeto. Tampouco ela pode ser considerada neutra, pois “passa por interesses e visões de mundo historicamente criadas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seus próprios autores” (MINAYO, 2015a, p. 13).

Tal perspectiva nos oferece uma dimensão mais realista e menos purista dos processos de pesquisas no campo das humanidades, tendo em vista que o pesquisador não está alheio ao meio em que está inserido.

3 MÉTODO: EM BUSCA DE CAMINHOS PARA A TRAVESSIA EPISTEMOLÓGICA

No presente capítulo trataremos da metodologia científica à luz de uma compreensão dialógica entre os autores, uma vez que compreendemos a necessidade de uma aplicação a partir das idiossincrasias do trabalho em análise.

3.1 A CONDIÇÃO DO PESQUISADOR NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Quando tratamos de pesquisa científica, a adequação do método é condição *sine qua non* para a melhor investigação do objeto a ser estudado. Dessa forma, a escolha do caminho metodológico contribui para a melhor compreensão do fenômeno estudado, bem como a busca de resultados nos marcos do rigor científico. Sem prejuízo da compreensão de que a busca cognitiva pelas pesquisas científicas não significam uma abstração da dimensão subjetiva do pesquisador como ente alheio ao campo de pesquisa no qual está inserido.

Segundo May (2004, p. 16):

Uma atitude reducionista em relação à prática de pesquisa perpetua a ideia de que teoria, ética, valores e métodos são tópicos distintos, e que os pesquisadores, a despeito de viverem e participarem nas sociedades que estudam, são de algum modo distintos do mundo social, que é objeto das suas investigações.

Para o autor, justamente a inserção do pesquisador no mundo social pode oferecer uma perspectiva enriquecedora das abordagens interpretativas e analíticas dos objetos de estudo. A perspectiva trazida nos parece de grande contribuição para a pesquisa científica, tendo em vista que busca desmistificar uma visão purista e inviável da suposta possibilidade de afastamento do pesquisador em relação ao mundo que está submerso em seu trabalho. O fato de desempenhar esse papel não mitiga a sua inexorável condição humana e, portanto, as inafastáveis subjetividades que constituem seu intelecto.

De outra senda, o trabalho de pesquisa, dada a complexidade das relações humanas e sociais, denota via de regra uma perspectiva parcial da realidade. O anseio de uma visão totalizante do fenômeno resta impossibilitada

pelas nuances fáticas que, como uma espécie de caleidoscópio epistemológico, sempre comportará novas leituras e visões. Para o autor (2004, p. 22):

Se não há uma única maneira estabelecida de trabalhar, então, com certeza, isso mina a ideia de uma disciplina científica? Talvez, contudo, devêssemos desafiar a ideia de que a ciência é uma explicação total e completa do mundo social ou natural, que está além da nossa crítica, ou de que a unidade de método é necessariamente algo bom.

Essa compreensão acerca das idiossincrasias do trabalho científico não inviabiliza a função da ciência como instrumento de inteligibilidade das ocorrências empíricas da sociedade. Nas palavras de May (2004, p. 22): “O papel da ciência é entender e explicar os fenômenos sociais, focalizar a atenção em questões particulares e desafiar crenças convencionais sobre os mundos social e natural”. A abordagem do autor nos leva justamente a pensar na possibilidade de avanço em face à lacuna empírica apresentada pela presente pesquisa, isto é, a inexistência na literatura correlata de maiores investigações de como se deu as dinâmicas internas dos movimentos de luta contra as remoções forçadas. Literatura que sempre apresentou um cenário binário composto pela sociedade civil organizada de um lado e a atuação estatal de outro. O que nos parece caro para o presente trabalho é focalizar o que está subjacente no referido cenário e, portanto, passível de desvelamento a partir da pesquisa social.

Podemos compreender a estrutura de sustentação da pesquisa baseada no apontamento da evidência como pressuposto que distingue a mera visão subjetiva da realidade fundada em compreensões pouco analíticas e racionais. O que não significa abstrair a subjetividade inerente ao pesquisador social como um ser inserido e membro da sociedade na qual encontram-se os seus campos de pesquisa. Entretanto, existem tradições metodológicas que vão de encontro à proposição supramencionada. É o caso da escola do positivismo, a partir do qual o pesquisador adota uma espécie de abstenção do objeto de pesquisa. Nesse sentido, compreendemos os resultados da pesquisa como fidedignas da realidade em uma lógica de captação totalizante “do comportamento humano” (May, 2004, p. 24). Logo, as dinâmicas do

comportamento humano são adstritas tão-somente à perspectiva de “causa e efeito” (May, 2004, p. 24).

Não menos importante mencionarmos é a corrente do empirismo, que, se por um lado dialoga com a perspectiva do positivismo de que no plano das relações sociais existem fatos alheios à cognição de interpretação das pessoas, por outro, essa escola advoga pela prescindibilidade de teorias como orientação epistemológica para balizar os procedimentos de busca de dados, conforme dispôs o autor. Ou seja, basta a dimensão empírica para sua interpretação e explicação. O autor ainda dá relevo à necessidade de uma diferenciação semântica entre o empírico e o empirismo, sendo aquele ligado exclusivamente à busca de informações e dados para as pesquisas, enquanto o outro caracteriza-se por uma escola cognitiva que defende a suficiência dos fatos como auto inteligíveis, dispensando a necessidade de uma perspectiva teórica.

Em outra tradição epistemológica, encontramos o realismo, no qual procuramos investigar, para além das relações sociais aparentes, as condições subjetivas que sustentam e articulam justamente a dinâmica daquelas relações. Ou seja, resta necessário desvelar uma perspectiva explicativa para além das interpretações do que é visível, como ocorre no empirismo e no positivismo, a partir do que encontramos ao focar nos interesses, desejos e compreensões cognitivas dos indivíduos, conforme aponta May (2004).

Na escola de pensamento do idealismo, o pesquisador precisa atentar-se à perspectiva do desvelamento das relações sociais a partir do foco na compreensão de como as pessoas interpretam os “eventos e as ações” (May, 2004, p. 28). E não menos importante a busca de compreensão da interação entre os sujeitos. O autor nos traz uma relevante contribuição para o campo das pesquisas científicas ao dar destaque e advogar pela relevância dos acúmulos e experiências do pesquisador como pressuposto estratégico para uma produção de resultados mais robustos e férteis:

Os pesquisadores deveriam estar cientes das maneiras nas quais a sua própria biografia é uma parte fundamental do processo. Tanto as experiências do pesquisador como as dos pesquisados são importantes (MAY, 2004, p. 36).

Essa compreensão deve estar em constante diálogo com uma abordagem consciente no que se refere ao reconhecimento da inviabilidade da pesquisa como produção de resultados oriundos de uma lógica supostamente neutra em relação à busca das informações que compõem o campo de análise. Nesse sentido, o autor é preciso:

Os dados não são coletados, mas produzidos. Os fatos não existem de forma independente do meio pelo qual são interpretados, seja um modelo teórico explícito, um conjunto de pressupostos ou os interesses que levaram aos dados a serem coletados em primeira instância (MAY, 2004, p 43).

Essa consciência das ingerências subjetivas nos processos de pesquisa contribuem para a produção de dados mais congruentes com as complexidades das relações sociais, tendo como corolário a possibilidade de elaboração de uma teoria mais explicativa e inteligível dos dados oriundos da pesquisa. Uma amálgama entre os acúmulos da experiência em pesquisas com as subjetividades do pesquisador compõem as condições para investigação e compreensão do mundo social. E, por não abstrair a perspectiva do pesquisador, precisamos observar ainda que estamos no campo científico, mas esse não deixa de ser uma interpretação de quem se dispõe a investigar um fenômeno social.

Tal perspectiva trazida pelo autor nos oferece uma visão mais lúcida da construção das pesquisas sociais. Tanto assim que no presente trabalho os nossos acúmulos e experiências científicas anteriores oriundos inclusive do mesmo território geográfico da presente tese possibilita um maior nível de profundidade tanto no processo de coleta dos dados quanto na perspectiva analítica do material. Nesse sentido, a nossa condição de observador desde o ano de 2012 do fenômeno em estudo nos possibilita um maior grau de aprofundamento e observação das nuances da realidade, tendo como corolário uma maior compreensão dos dados coletados. Diferente cenário teríamos no caso de uma passagem breve pelo campo empírico restringindo-se à efemeridade da atuação tão somente durante a busca do material empírico, dessa forma, correndo riscos de inobservar informações, detalhes e nuances que poderiam ser úteis no momento da análise do conteúdo.

Na dimensão dialógica entre teoria e pesquisa, o autor (2004) apresenta dois caminhos metodológicos, ou seja, na perspectiva da dedução partimos de

um campo mais geral da vida social com foco em um aspecto específico para testar e cotejar a eficácia das teorias produzidas. Em sentido inverso, temos a dinâmica da indução, na qual, partimos da investigação de um dado elemento da vida social tendo como corolário a produção de uma teoria. O autor problematiza essas duas correntes na medida em que aponta a similaridade entre elas no que tange à compreensão da possibilidade do desenvolvimento de teorias alheias às subjetividades do pesquisador.

Finalmente como o indutivismo, o dedutivismo ainda assume que podemos derivar teorias do mundo social independentes dos nossos preconceitos ou valores, devido a sua adesão a uma ideia particularmente limitada de método científico (MAY, 2004, p. 49).

Segundo o autor, essa abordagem se dá por uma visão limitada do método científico. Sem divergir do autor, poderíamos acrescentar uma outra perspectiva de análise: o mantra do cientificismo seria utilizado como fundamento para essa suposta neutralidade do pesquisador com intuito de sugerir algum nível de infalibilidade dos resultados de pesquisa.

O autor muito bem observa de forma crítica a tentativa das correntes supracitadas de afastar o objetivo da pesquisa com a forma de fazê-la, cuja meta seria apresentar um suposto cenário de afastamento e neutralidade do mundo social pelo pesquisador (MAY, 2004, p. 46). Dessa forma, temos a possibilidade de construções científicas fundadas na lucidez do reconhecimento das complexidades que constituem o intelecto humano.

3.2 A PESQUISA E SUAS VARIÁVEIS CONSTITUINTES

Outra variável relevante para o aprofundamento da inteligibilidade da produção acadêmica situa-se na percepção das dinâmicas que consubstanciam a própria constituição das estruturas objetivas dispostas para os pesquisadores, como as normas, os recursos pecuniários, que não estão menos expostos aos interesses de quem os orientam, definem e financiam. Essas percepções que May (2004) chama atenção são fundamentais para uma visão holística sobre as pesquisas que são objeto das ciências sociais, uma vez que não estão alheias às disputas de poder e articulações sobre interesses não explícitos.

Podemos observar a precisão do autor quando analisamos as gestões dos governos que invariavelmente se posicionam a favor ou contra a produção científica através da prioridade que dispensam em seus orçamentos públicos para a produção acadêmica. Exemplo empírico podemos apontar em relação ao governo de Jair Messias Bolsonaro que cortou 87% dos recursos para ciência e tecnologia¹², bem como se notabilizou pelos cortes de investimentos na educação¹³. Logo, como bem aponta May (2004), tais dados não podem passar despercebidos no processo de análise e produção acadêmica, sob pena de abstrairmos dimensões relevantes da realidade que influenciam diretamente nos resultados das pesquisas. Tais considerações se tornam relevantes para o nosso trabalho na medida em que todo o nosso processo de pesquisa se deu sem apoio econômico, haja vista que as normas então vigentes vedavam o recebimento de bolsas acadêmicas para os pesquisadores que já tinham alguma fonte de renda. Ocorre que os valores ínfimos de incentivo às pesquisas muitas vezes levam o aluno a optar pelo não recebimento, pois em seu ofício laboral detém uma melhor remuneração. E a despeito de permanecer atuando em sua profissão, igualmente necessita despender imenso tempo de sua vida para a produção da pesquisa, situação que exige grande esforço e capacidade de conciliação de compromissos. Logo, a existência de amplas políticas públicas que possibilitem as melhores condições objetivas para a produção científica é uma condição *sine qua non* para a obtenção dos melhores resultados.

À luz de uma sociedade produtora e reprodutora de desigualdades sociais, de condições despóticas relacionadas à gênero, raça, classe e outras opressões típicas e características do sistema capitalista, o autor menciona a construção da teoria crítica, profundamente alicerçada na Escola de Frankfurt, de inspiração marxista, na qual a produção de conhecimento de natureza meramente analítica e descritiva é superada por uma perspectiva de cognição teórica sedimentada no paradigma da transformação da sociedade. Aqui podemos perceber uma linha cognitiva dialógica com a 11ª tese de Feuerbach

¹² Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/10/4954322-governo-bolsonaro-corta-87-da-verba-para-ciencia-e-tecnologia.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹³ Disponível em:

<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2022/12/15138129-governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

de Karl Marx que, diferentemente das tradições filosóficas adstritas à perspectiva interpretativa, defendeu a necessidade da produção de conhecimento acerca das dinâmicas sociais como instrumento de transformação da sociedade.

Compreendemos como essencial ao nosso trabalho trazer esse arcabouço conceitual para lançar mão da teoria crítica como pressuposto de análise das dinâmicas que constituem o nosso objeto de pesquisa, haja vista a compreensão do papel do presente trabalho na contribuição da inteligibilidade sobre as complexidades que constituem os movimentos comunitários na luta por direitos. Dessa forma, a construção de nossa pesquisa é orientada por uma possível perspectiva de contribuição para novos pensares sobre o fenômeno em estudo.

Para uma compreensão adequada dos fenômenos sociais, May (2004) defende como inafastável o imbricamento entre teoria e os dados produzidos nas pesquisas sociais como condição *sine qua non* para a devida compreensão do material produzido (p. 53): “Portanto, admitir a inevitabilidade da relação entre a teoria e os dados exige uma prática reflexiva para que as suas implicações por conhecer o mundo social sejam entendidas”. Uma perspectiva que o autor chama a atenção acerca da dimensão subjetiva do pesquisador é justamente a existência de juízos de valores, compreendidos como apanhados da realidade a partir do acúmulo de experiências da vida social, que são intrínsecos à natureza humana, e a despeito de tradições metodológicas que advogam e advogaram por uma suposta possibilidade de separação desses juízos e a abordagem cognitiva no processo de pesquisa, o mais adequado seria justamente reconhecer a presença inafastável desses juízos e problematizá-los na medida da possibilidade de alterá-los na busca de um melhor aprofundamento dos dados e resultados oriundos da pesquisa social (p. 59).

Essa compreensão da construção da pesquisa não significa dizer que estamos perante um cenário que oferecerá necessariamente resultados subjetivos, mas compreensões que possibilitem a observância de variáveis que constituem as complexidades de um trabalho científico. Todavia, o autor não abstrai a existência da subjetividade em dado momento, qual seja, em momento anterior à pesquisa, quando o pesquisador encontra-se no processo

de escolha do campo específico de estudo. E a partir de então a objetividade pode ser uma busca factível: “Como cientistas sociais, podemos estar suficientemente comprometidos para escolher uma área particular de estudo e assim fazer um juízo de valor, contudo, a partir desse ponto, o nosso trabalho pode ser objetivo” (MAY, 2004, p. 65).

O autor traz ainda o debate teórico acerca da viabilidade de uma suposta neutralidade valorativa (Max Weber) que na prática impossibilita uma abordagem de análise crítica dos interesses que permeia a sociedade, dessa forma, contribuindo para manutenção do estado das coisas nas relações sociais. Estar atento às questões que cercam a pesquisa científica oferece uma melhor perspectiva tanto das potencialidades quanto de suas limitações.

3.3 O CAMINHO PARA PRODUÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

Para além do cotejo da conduta do pesquisador, não menos importante é a dimensão do método a ser escolhido para o trabalho. Para tanto, May elenca quatro formas diferentes de abordagem, sem prejuízo de uma relação dialógica entre elas, quais sejam: i) a entrevista estruturada, ii) a entrevista semiestruturada, iii) a entrevista não estruturada e a iv) entrevista de grupo. Caminhos metodológicos que nos deteremos de acordo com seus elementos mais fundamentais.

A entrevista estruturada guarda uma relação com perfil de pesquisa conhecida como survey e baseia-se na proposta de apresentação de um questionário com perguntas no qual o entrevistador desempenha um papel tão-somente de abordagem padronizada sem nenhuma intervenção, direcionamento ou complemento durante a apresentação das perguntas ao entrevistado. Dessa forma, busca-se através desse método uma análise comparativa das respostas em uma perspectiva estatística por amostragem com ponto de partida para uma compreensão mais generalizada.

O autor alerta que para o êxito de tal método resta necessário uma boa construção das perguntas em paralelo ao preparo do entrevistador:

O seu sucesso é dependente de um bom trabalho-piloto e do treinamento dos entrevistadores para que o leque de respostas possíveis seja coberto pelo esquema da entrevista, e as respostas

resultem de perguntas que sejam feitas de uma maneira uniforme e não-diretiva (MAY, 2004, p. 119).

O autor ainda chama atenção para o desafio desse método no que tange à linguagem, que por suas naturais imprecisões inviabiliza uma comunicação mais uniformizada, inclusive pela conduta mais passiva do entrevistador que se exige. Para a nossa pesquisa, esse método não apresenta as melhores ferramentas, tendo em vista que utilizada mais para pesquisas quantitativas, e a pouca abertura ao pesquisador para intervir durante as entrevistas nos parece um importante obstáculo para a melhor coleta de dados em um contexto de necessidade de abordagem temática predeterminada.

Outro método consagrado pela pesquisa social é a entrevista semiestruturada, que diferentemente da entrevista estruturada, o pesquisador detém maior liberdade para avançar no diálogo com o entrevistado compreendendo o questionário com as perguntas como um ponto de partida para melhor explorar as respostas. Compreende-se que os entrevistados igualmente possuem mais liberdade para formulação de suas respostas.

Segundo o autor, nas pesquisas que detêm um objeto específico a ser perseguido durante as entrevistas, o método semi estruturado oferece mais possibilidades de sucesso, justamente pela possibilidade de intervenção e direcionamento das perguntas pelo pesquisador: “ Se um pesquisador tem um foco específico para as suas entrevistas no contexto do emprego de outros métodos, a entrevista semiestruturada por ser útil” (MAY, 2004, p. 121). Esse método exige um profundo conhecimento do fenômeno em estudo, justamente para que abertura possível durante as entrevistas possa ser explorada pelo pesquisador da forma mais rica possível, dessa forma, gerando um material fértil para a posterior análise.

A abertura que o presente método oferece exige também um cuidado em relação ao contexto da entrevista, ou seja, que o entrevistado não seja influenciado justamente pela abordagem do pesquisador a partir da abertura característica do método semiestruturado. Nesse ponto, podemos verificar indícios relevantes do presente método para aplicação em nossa pesquisa, tendo em vista que as nossas entrevistas buscam investigar a lacuna empírica que dá azo à presente tese acadêmica, ou seja, a partir de uma vasta revisão da literatura que apresentou uma aparente homogeneidade nos movimentos

populares de luta oriundos das remoções forçadas por conta das obras decorrentes dos grandes eventos, como no caso em concreto a Copa do Mundo de 2014, identificamos relevantes divergências e cisões que aparentemente ocorreram no processo de articulação e mobilização durante as remoções forçadas das famílias na comunidade da Grande Cruzeiro em Porto Alegre, traduzidas na divisão entre dois grupos distintos e com entendimentos diferentes de como deveriam ocorrer os desdobramentos das retiradas dos moradores, sendo que um grupo (denominado movimento “Chave por Chave”) defendia a permanência das famílias até a construção das casas pelo poder público para permanência no próprio território. De outro lado, o grupo que defendia o mesmo entendimento da municipalidade de retirada imediata das famílias que permaneceriam temporariamente em casas alugadas através do chamado “aluguel-social” até a construção das habitações populares. Sendo que na correlação de forças locais acabou prevalecendo a posição do segundo grupo. E cabe mencionar que até a presente data as construções sequer iniciaram, estando os imóveis completamente abandonados conforme se verifica pelos registros fotográficos que fizemos e seguem em anexo.

Além da possibilidade de direcionamento das perguntas para um determinado tema, justamente pela possibilidade de uma maior abertura por parte do entrevistador em relação a eventuais intervenções, podemos buscar abordagens mais estratégicas que deixem o entrevistado mais à vontade para adentrar em temas mais delicados e que em uma abordagem mais formal e fechada poderia ocorrer uma recusa em relação às respostas. Possibilidade de abertura que pode ser maximizada justamente pelo acúmulo do pesquisador no que tange à proximidade ao tema e ao campo físico de pesquisa na medida que acompanhou por razoável tempo o processo de remoção das famílias e tensões geradas. Nesse sentido, cabe destacar que a referida lacuna empírica representa um tema que desperta em alguma medida nas pessoas verdadeiro desconforto devido à grande tensão e disputas ocorridas na época. Logo, nos parece, o presente método apresenta as ferramentas mais adequadas para a coleta de material empírico para a pesquisa em construção.

Na entrevista não estruturada ou focalizada a sua característica fundante é a total liberdade entre o entrevistador e o entrevistado, abertura essa que acaba exigindo maior desenvoltura do pesquisador na condução do diálogo.

Algumas visões críticas sobre essa proposta alegam que uma grande abertura pode ocasionar um afastamento da entrevista em relação ao objeto de pesquisa, todavia, como menciona May, esse suposto afastamento na verdade pode desvelar questões relevantes para o pesquisador. Ainda justamente pelo seu significativo campo aberto ela possibilita um aprofundamento qualitativo, uma vez que o entrevistado fica à vontade para manifestar-se a partir dos seus próprios padrões comportamentais. Embora esse método nos parece aplicável ao trabalho, como existe uma temática existente a ser perquirida nas entrevistas, o método semi estruturado nos pareceu mais adequado e produtivo.

Outro método são as entrevistas em grupo e focais, nas quais a riqueza de informações é obtida da inter-relação entre os membros de um grupo a partir de uma diálogo intenso e profícuo que explora o assunto sob diversos ângulos argumentativos. Nesse cenário, os entrevistados não necessariamente esperam a provocação do entrevistador, mas podem adotar uma postura mais pró ativa na condução das discussões. O autor lembra que a própria dinâmica do método pode oferecer resultados distintos, por exemplo, a coleta de dados de pessoas em grupo e as mesmas de forma individualizada, isso porque na condição de animais sociais a interação é elemento constituinte da natureza humana, motivo pelo qual o comportamento e o raciocínio podem variar de acordo com o ambiente em que está submetido. Tendo em vista o uso intenso desse método, o autor ressalta a necessidade de cautela em relação aos resultados obtidos, haja vista que muitas vezes obtidos de forma açodada e com limitações orçamentárias de financiamento que afetam as condições para produção de resultados mais precisos.

Esse método nos parece problemático para a nossa pesquisa, uma vez que a temática de abordagem buscada nas entrevistas – as relações e tensões dos grupos divergentes – representam em alguma medida um nível de desconforto e constrangimento aos entrevistados. Logo, os diálogos em coletivo podem potencializar o risco do silêncio e pouca disposição aos entrevistados para se manifestarem. Essas possibilidades de risco aventadas, se dão pelo acúmulo e proximidade do pesquisador ao fenômeno em estudo.

Para May, tão relevante quanto a escolha do método mais adequado para as entrevistas de acordo com as idiossincrasias da pesquisa e aspirações

que exige, é a linguagem dos entrevistados e sua semântica, tendo em vista que os significados das palavras podem variar de acordo até mesmo com a faixa etária e outras características dos entrevistados. Esse aspecto da pesquisa levantado pelo autor nos parece igualmente relevante, haja vista que o contexto social como variável de influência na linguagem precisa ser levado em conta para uma melhor adequação do processo de análise das informações.

O autor menciona também alguns pressupostos para a efetivação das pesquisas, como a “acessibilidade” que refere-se a pessoa entrevistada detém o domínio sobre o assunto que o pesquisador procura, uma vez que o entrevistado pode não ter o conhecimento esperado. E esse cenário pode ter diversas razões, como eventual esquecimento do assunto; o tema exige um dispêndio emocional relevante; existência de expectativa que o entrevistado responda de acordo com determinado método que não está familiarizado ou mesmo simplesmente não deseja responder por questões de foro íntimo. Nesses casos, resta fundamental a avaliação do pesquisador acerca do perfil de abordagem feito, ou mesmo da continuidade da entrevista.

Nesse ponto nos parece relevante destacar que o próprio desconhecimento ou mesmo negativa do entrevistado em responder, pode significar uma resposta, haja vista que muitas vezes o silêncio em determinado contexto pode representar signos importantes para a pesquisa. Até mesmo uma troca de olhares entre os entrevistados pode representar uma possível reação ou indício dela. Outro elemento que precisa estar presente é a “cognição”, isto é, a inteligibilidade por parte da pessoa em relação ao tema proposto a ela através das perguntas via questionário. Nas palavras do autor:

Como todos os contatos sociais, elas são orientadas por regras e as partes trazem consigo expectativas quanto ao seu conteúdo e o papel que devem adotar. Portanto, é importante que os entrevistados não apenas saibam o que é requerido, mas também entendam o que é esperado deles (MAY, 2004, p. 126).

Essa dinâmica da compreensão é fundamental, uma vez que dialoga diretamente com nossa ponderação anterior, pois estando o entrevistado perfeitamente ciente do assunto que está sendo abordado, o seu silêncio ou recusa em responder pode representar respostas gritantes.

Um terceiro aspecto relevante é a “motivação”, que passa pela capacidade do entrevistador em instigar o entrevistado a responder em um ambiente no qual se sinta devidamente valorizado pelo conteúdo que tem a contribuir para a pesquisa. Construindo esse cenário de subjetividades de percepção, é possível lançar mão de técnicas para fazer as arguições, como as perguntas “diretivas” que possibilitam respostas extremamente sintéticas como “sim e “não”, ou perguntas “não diretivas” que possibilitam uma maior discricionariedade da pessoa para responder. Nessa perspectiva, nosso trabalho apresenta grande desafio, porque determinadas perguntas nas entrevistas podem representar para os entrevistados razoável polêmica, motivo pelo qual exigirá uma maior desenvoltura do entrevistador para a abordagem que os deixem mais à vontade para responder. Como o nosso trabalho é fundamentalmente qualitativo, a tendência é que tenhamos maior ênfase nas perguntas “não diretivas”, dessa forma, possibilitando a coleta de uma material mais rico para o devido cotejo científico de forma mais aprofundada.

Como May demonstrou, a construção de pesquisas coerentemente lógicas, exige um caminho rigoroso e vigoroso para a produção de dados que possibilitem uma análise profunda do fenômeno estudado, sem abstrair as limitações da própria natureza humana, mas também pensando as potencialidades da percepção do pesquisador.

Esses conceitos levantados pelos autores foram relevantes e tiveram aplicação direta durante as aproximações com os entrevistados. Em relação à “acessibilidade” buscamos a construção de perguntas que favorecessem a compreensão dos entrevistados, inclusive a escolha das palavras do questionário foi pensada nesse sentido. Dessa forma, contribuindo para uma melhor “cognição” dos entrevistados acerca do almejado pelas perguntas. Para a devida “motivação” das respostas, buscamos oferecer um ambiente tranquilo e amigável de diálogo, a linguagem coloquial comumente usada nos territórios e aplicada pelo pesquisador contribuiu para a melhor fluência dos diálogos.

3.4 DO MATERIAL PRODUZIDO AO CONHECIMENTO CONSTRUÍDO

Vencida a etapa da coleta de material empírico, o pesquisador depara-se com a fase ulterior tão relevante quanto a anterior, qual seja, o momento de análise das informações. Nesse sentido, a forma de abordagem do material empírico subsume-se a determinadas formas que terão relevância para a melhor inteligibilidade dos dados.

Nesse sentido, May elenca três categorias necessárias: “interação, transcrição e interpretação” (2004, p. 136). Na dimensão interacional, o respondente pode sentir-se inibido por conta da gravação da entrevista. Todavia, possibilita um maior grau de profundidade de análise, na medida em que todas as palavras, reações e expressões do entrevistado estão registradas, bem como possibilita um maior vigor nas comparações de respostas evita a substituição de palavras pelo pesquisador como ocorre mais frequentemente nas coletas de respostas de forma escrita.

Após a fase inicial, temos a necessidade da transcrição e interpretação do conteúdo coletado. Nessa dimensão, conforme afirma May, é preciso dar relevo à compreensão de que as abordagens analíticas do material empírico passam necessariamente pelo enfoque que a pesquisa busca, ou seja, o pesquisador trabalhará com os interesses de sua pesquisa como pressupostos que influenciarão suas análises e resultados. A perspectiva levantada pelo autor nos permite concluir por uma abordagem de cognição direcionada na qual os resultados de uma pesquisa social estarão via de regra balizados por interesses prévios que influenciam no direcionamento da pesquisa: “As maneiras nas quais eles (pesquisadores) começam a categorizar os dados dependerão dos objetivos da sua pesquisa e dos seus interesses teóricos” (MAY, 2004, p. 137). Nesse sentido, podemos concluir que as complexidades que envolvem uma pesquisa do campo social precisam ser observadas em todas as suas possíveis variáveis como condição *sine qua non* para uma melhor inteligibilidade da produção científica, sob pena de uma visão superficial e dissonante que pouco contribui para uma melhor apreensão da realidade.

Acerca da “interação” mencionada pelo autor, buscamos apresentar aos entrevistados uma justificativa acerca da necessidade das gravações para o devido apanhado de todas as informações, dessa forma, não ficando nenhuma

palavra ou manifestação perdida. Ainda, no intuito de tranquilizar as pessoas, ressaltamos que as entrevistas no momento de transcrição para o trabalho não teriam nenhum tipo de identificação, assim ficando resguardado o sigilo de fonte. Quando mencionamos aos entrevistados a opção pelos respectivos anonimatos no presente trabalho, pudemos observar a nítida reação de conforto e tranquilidade dos mesmos.

Quando avançamos para a fase de “transcrição” e “interpretação” do material empírico, buscamos direcionar o processo para o âmago de nossa tese relacionada à pergunta de pesquisa acerca da (in)existência da lacuna empírica apontada durante a revisão da literatura correlata apresentada no capítulo I. Nesse sentido, o material coletado revelou-se de grande valia para a presente pesquisa, haja vista que dialogou com a busca investigativa proposta na presente tese.

Segundo Minayo (2015a), um aspecto primordial das ciências sociais é o seu caráter qualitativo. Aponta que esse caráter contribui para a necessária observação da riqueza da realidade social (ultrapassando qualquer teoria). Nessa perspectiva, a metodologia é uma tentativa de conseguir apreender o objeto em foco, sempre articulada com a teoria, mas com a ponderação da impossibilidade de descortinar a realidade em sua totalidade. Todo projeto, tese ou dissertação resultará em uma perspectiva, um ponto de vista sobre as questões sociais. Somados, podem colocar luz sobre as vivências e particularidades de um determinado local ou comunidade. Antes de ser um guia rígido e normativo, a metodologia pode ser uma porta aberta para a exploração do pesquisador, para que ele trilhe um caminho próprio. Minayo (2015a) fala em criatividade, intuição e bom uso da experiência prévia, ao lembrar a visão de Feyerabend, para quem “o progresso da ciência está associado mais à violação das regras do que a sua observância” (MINAYO, 2015b, p. 15). Refere-se ainda a Thomas Kuhn, que defendia a quebra de paradigmas como um dos pontos altos para se avançar.

Essa compreensão da construção metodológica nos possibilita levar em conta as tradições já existentes, mas adotar uma abordagem que não fique adstrita a caminhos predeterminados, dessa forma, oferecendo ao pesquisador um campo mais amplo de atuação que proporcione uma produção de resultados mais qualificada na medida em que adota uma visão sob à égide

das idiossincrasias e especificidades da pesquisa, bem como das possíveis contribuições do pesquisador a partir dos seus acúmulos de conhecimento em relação ao objeto de estudo. A perspectiva metodológica da autora nos possibilitou um campo mais amplo de atuação para o cotejo dos dados coletados, haja vista o acúmulo gerado ao pesquisador pelo longo período (desde 2012) que esteve na condição de observador das dinâmicas ocorridas durante o processo de remoção das famílias atingidas.

Quanto à pesquisa qualitativa, a autora postula que se vincula “ao universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2015a, p. 21). Quando falamos em realidade social, nem tudo pode ser quantificado. Nesse tipo de investigação, abrimos espaço para o subjetivo, as emoções, as expectativas. No presente caso, em que falamos no processo de mobilização das famílias atingidas pelas obras da Copa do Mundo em Porto Alegre, os números expressariam aspectos relevantes do objeto que podem ser encontrados em relatórios oficiais. Incluímos esses dados; porém, os depoimentos de quem viveu a situação e a análise de suas relações com os líderes comunitários dizem muito mais. Trata-se de rostos, corpos, pessoas, famílias, vidas, lares, comunidades expulsas. Dessa forma, já ultrapassamos a etapa que Minayo (2015b) chama de exploratória, em que delimitamos o objeto de estudo, e estamos adentrando para a fase de campo. A terceira consiste na análise do material.

Em nossa pesquisa qualitativa, paralelamente à revisão bibliográfica sobre a temática, conduzimos entrevistas semiestruturadas com membros das famílias que deixaram forçosamente suas casas para a duplicação da Avenida Moab Caldas e arredores. Bardin (2011) considera esse tipo de técnica como focalizada, diferentemente de uma entrevista em profundidade, de uma a duas horas, que necessita de uma prática psicológica. Sugere que tudo deve ser transcrito, até mesmo os silêncios e as hesitações. Nesse sentido, buscamos a transcrição fidedigna das respostas em todas as suas manifestações como apontado pelo autor.

Minayo (2015b) concorda com a necessidade de um registro fidedigno. Segundo a mesma, além de dados, as entrevistas podem munir o investigador de reflexões a respeito da realidade vivida, causas de um comportamento determinado, postura diante dos fatos, expectativas, dificuldades. No nosso

trabalho, esse material tende a trazer luz à questão da relação dos moradores com o movimento comunitário como um todo sob o enfoque da mobilização em um cenário de violação de direitos. A autora defende o envolvimento do entrevistador com os interlocutores, sem prejuízo do olhar e rigor científico do pesquisador. Pelo contrário: dá espaço para que fatores subjetivos transbordem das conversas e deem sentido aos discursos. Ao mesmo tempo, o cientista não está naquele momento na condição de membro daquela localidade, ainda que o seja. Não pode se colocar como um igual ao seu interlocutor.

Podemos observar um nítido diálogo teórico de Minayo e Bardin com a fase de interação trazida por May, cujos pontos em comum residem na defesa do maior apanhado possível de informações durante as entrevistas, inclusive, as interações comportamentais, as frases não ditas, o silêncio que muitas vezes oferece respostas mais expressas do palavras ditas, a troca de olhares quando as entrevistas contemplam mais de um entrevistado no mesmo momento. Nossa opção por esses autores consubstanciou-se na compreensão de que o tema a ser perquirido nas entrevistas poderia oferecer alguma medida de desconforto aos entrevistados, dessa maneira, exigindo do entrevistador uma profunda atenção e tentativa de captação das respostas e sinais durante o diálogo. Assuntos que tenham sido motivo de disputas, de conflitos em situações que por si só já apresentam tensões, como são os casos das remoções forçadas, exigem um cuidado e estratégia dialética para que as respostas sejam as mais completas possíveis. Esse desafio esteve presente em nosso trabalho, haja vista que as disputas dos grupos que tinham entendimentos distintos sobre as retiradas das famílias atingidas pelas obras da Copa do Mundo de 2014 esteve presente de forma significativa em grande parte do processo vivenciado pelos moradores. Ainda que, conforme observamos durante a análise das entrevistas, muitas famílias representaram um grupo equidistante e alheio aos grupos mencionados.

Existem temas de difícil abordagem e que geram constrangimento aos entrevistados. Até por essa razão, seus nomes devem ser mantidos em sigilo, atenta Minayo (2015b). Isso de forma alguma invalida os resultados porque a pessoa, nesse tipo de pesquisa, representa um coletivo. Não importa sua identidade individual, mas o papel que ocupa na comunidade. E ainda temos a

possibilidade de entrevistas mais fluídas, com os interlocutores mais à vontade para se manifestarem sobre temas polêmicos que causariam alguma apreensão na sua abordagem. A abordagem do autor demonstrou-se na prática de grande valia para a presente pesquisa, tendo em vista a reação nitidamente positiva dos entrevistados quando o pesquisador informou-os de que seus nomes não seriam divulgados. Todavia, como veremos em momento oportuno, não significou totalmente uma abertura para os entrevistados falarem sobre o tema. Após a ida a campo e coleta do material empírico, desafios distintos são colocados à prova pela dinâmica do trabalho e natureza da pesquisa qualitativa acerca de eventuais anseios por resultados totalizantes.

Segundo Bardin (2011), nem sempre é tranquilo proceder à análise do material, haja vista a complexidade de se buscar investigações sobre a coletividade a partir da coleta de dados individuais:

A principal dificuldade da análise de entrevistas de inquérito deve-se a um paradoxo. De forma geral, o analista confronta-se com um conjunto de “x” entrevistas, e o seu objetivo final é poder inferir algo, por meio dessas palavras, a propósito de uma realidade (seja de natureza psicológica, sociológica, histórica, pedagógica...) representativa de uma população de indivíduos ou de um grupo social. Mas ele encontra também – e isto é particularmente visível com entrevistas – pessoas em sua unicidade. Como preservar “a equação particular do indivíduo¹”, enquanto se faz a síntese da totalidade dos dados verbais proveniente da amostra das pessoas interrogadas? Ou então, como diz Michelat, como “utilizar a singularidade individual para alcançar o social”? (BARDIN, 2011, p. 94).

Tal inquietação da autora podemos abordar de forma dialógica com Minayo, visto que este valoriza a atuação e acúmulos do pesquisador, e acrescentaríamos sua proximidade com o fenômeno de estudo. Isso pode contribuir para superar o desafio bem apresentado por Bardin. A aplicação em um cenário maior dos resultados da pesquisa social obtidos em um determinado tempo, espaço e limitado número de pessoas pode ser enriquecido pelo próprio pesquisador de acordo com seu nível de conhecimento do objeto estudado. Para evitar um conglomerado de temas, o autor propõe que iniciemos a análise de conteúdo pela “decifração estrutural” (BARDIN, 2011, p. 95). Consiste em se ater a cada entrevista individualmente, indagar-se sobre o que realmente a pessoa está falando, o que não diz, o que quer relatar e não o faz.

Bardin (1977), em seu livro *Análise de Conteúdo*, inicialmente faz um resgate sobre os primórdios do método, seus usos e transformações aos longos dos anos. Ao se referir à análise da enunciação, a autora pontua duas características que a fazem diferente das demais técnicas de análise de conteúdo: “Apoia-se numa concepção da comunicação como processo e não como dado. Funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais”. Ou seja, enquanto para a análise de conteúdo clássica o discurso em análise trata-se de um dado, que pode ser manipulado, fragmentado, para a análise de enunciação considera-se os processos que levaram a construção do discurso, não sendo esse um produto acabado, livre de contradições, imperfeições ou outras influências.

Diferentes teorias e metodologias exerceram influência para se chegar ao que é entendido como análise da enunciação. Em especial, as teorias psicanalíticas e autores como Lacan e Freud, e estudos de linguística, disposição do discurso e análise estrutural do discurso, de outros importantes autores. As somas das produções fornecem dicionários de “figuras de estilo”, com explicações e aprofundamentos sobre cada uma.

A utilização da análise da enunciação em entrevistas não diretivas encontra inspiração na psicoterapia de Carl Rogers. Nesta modalidade de entrevista, o discurso do entrevistado desenvolve-se e segue a sua própria lógica, porém são colocadas instruções temáticas, que direcionam ao assunto que é de interesse ao entrevistador. É posta aqui uma “pré-formação mínima”, que não perde sua dinamicidade e dá espaço para a transformação do pensamento em discurso, como toda sua riqueza de elementos, importantes para a análise. D’Unrug é outra referência para a técnica de análise sobre entrevistas não diretivas (com discurso livre), também mencionada por Bardin. Tal autora apoia-se na lógica do discurso, na dinâmica da entrevista e nas figuras de retórica, sendo que para ela as figuras de retórica possuem função importante no discurso, operando com intencionalidade no intuito de retardar conflitos, dominá-los em parte ou resolver, mesmo que lateralmente.

Compreender os indicadores formais que compõem o discurso permite buscar referências e interpretar o conteúdo, elucidando o processo. Ou seja, a forma como as palavras são usadas, assim como suas lacunas e doutrinas, permite que se construa uma análise e sejam identificadas representações,

atitudes e investimentos. Assim, o discurso pode ser entendido como expressão dos processos mentais, por vezes inconscientes, e por outro lado a estruturação e modificações provocadas pelo fluxo da linguagem e presença do terceiro. Pontua a possibilidade de fazer distinções de níveis de aproximação desviada nesse tipo de análise: a análise sintática e paralinguística: em que se atenta para as estruturas formais gramaticais; a análise lógica: considera o arranjo do discurso; e a análise dos elementos formais atípicos (omissões, ilogismos, silêncios etc.) Para tanto, existem condições e organização de uma análise da enunciação: i) em análises intensiva, mais importante que a quantidade de material a ser analisado é a qualidade da análise, sendo melhor trabalhar com um número restrito.

Para análises comparativas, parte-se da mesma problemática e condições situacionais. Se estiver centrada na singularidade da elaboração individual, a análise deve respeitar a liberdade e a criatividade de cada discurso. Caso o alinhamento e a progressão do discurso sejam considerados como indicadores, é preciso que o discurso seja suficientemente grande para formar um todo. Segundo a autora é preciso observar determinadas etapas: i) a preparação do material – precede à análise a transcrição de cada entrevista, sendo que deve conservar ao máximo o que foi verbalizado, assim como os elementos paralinguísticos (registrando as interrupções, silêncios, alterações na entonação, expressões, aspectos emocionais); ii) - etapas da análise – a análise de enunciação pode seguir diferentes níveis e a interpretação resulta da confrontação dos indicadores. Cada entrevista é um caso a ser estudado, devendo ser vista como uma totalidade organizada e singular. Diferente da análise temática, que se vale da categorização para aplicar teorias, com suas hipóteses e referências, a análise de enunciação parte primeiro do estudo formal do discurso, sem hipóteses interpretativas anteriores.

Nesta forma de análise é preciso lançar a atenção ao alinhamento e a dinâmica utilizada no discurso, encontrando a lógica por trás de cada entrevista. É por meio das observações geradas na etapa de análise lógica sobre o uso de preposições, e na etapa de análise sequencial, em que se atenta para mudanças nos assuntos, ou passagem de um formato para outro, por exemplo da descrição para explicação – valendo-se de uma ou mais palavras que deem ligação ou silêncios – junto à análise do estilo (linear,

repetitivo, confuso), que obtêm-se elementos que nos permitem compreender as conexões entre os temas, as tensões, as pausas, as contradições, o uso de mecanismos de defesa do ego, como a racionalização e a negação.

Quanto aos elementos atípicos e as figuras de linguagem, Bardin apresenta especialmente as recorrências, os lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, os lugares comuns, os jogos de palavras e as figuras de retórica. As recorrências se referem a situação em que são repetidas as mesmas palavras ou temas, mas em contextos distintos, podendo ser indicadoras de importância, de ambivalência, de denegação ou mesmo da presença indiscutível da ideia recusada. O seu método inclui uma pré-análise, em que o material será reconhecido, e a preparação do texto para então se começar a explorar o conteúdo. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente “a razão por que se analisa” (BARDIN, 2011, p. 133) para que saibamos como proceder.

Um conceito-chave é a codificação, ou seja, “transformação dos dados brutos do texto” (BARDIN, 2011, p. 133). Para que se concretize, lançamos mão da categorização, classificação dos elementos. Segundo a autora, pode ser semântica, ou seja, pelo tema ou significado, sintática, separando verbos e adjetivos, por exemplo, e expressiva, “categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem” (BARDIN, 2011, p. 147). Esse processo contém um inventário, a separação dos itens, e a classificação, ou seja, organização do texto a partir da divisão por temas. Sugere que seja feito de duas formas: a escolha de um sistema de categorização conforme os preceitos teóricos ou a eleição de categorias que emergem do material sob análise, resultante da “classificação analógica e progressiva dos elementos” (BARDIN, 2011, p. 149). Segundo essa técnica, existem categorias boas e ruins. As primeiras reúnem características como “exclusão mútua” – “cada elemento não pode existir em mais de uma divisão” (BARDIN, 2011, p. 149), “homogeneidade” – “um único princípio de organização”, “pertinência” – “ideia de adequação ótima”, “objetividade e fidelidade” – “as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grade categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises” – e “produtividade” – com “resultados férteis” (BARDIN, 2011, p. 150). Buscamos aplicar essa dinâmica metodológica apresentada pelo autor a partir das categorias empíricas surgidas no trabalho articuladas com as categorias teóricas

apresentadas no presente trabalho em diálogo com o arcabouço trazido em nossa dissertação de mestrado.

A autora (2011) aborda ainda os pólos de atração da análise de conteúdo. O emissor, cuja mensagem o exprime e representa, o receptor, a quem ela é dirigida, o conteúdo em si, o código – o tipo de linguagem utilizado, a significação – os assuntos abordados, os valores subjacentes – e o *médium*, “o canal”, “o suporte material do código”. Quanto às inferências, explana a autora:

Em outras palavras, a análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora o inverso, predizer os efeitos a partir de fatores conhecidos, ainda não esteja ao alcance das nossas capacidades (BARDIN, 2011, p. 169).

A autora lembra Holsti para exemplificar os tipos de inferências. Leva em conta os antecedentes da comunicação, o que abrange as características do entrevistado, o contexto cultural, o papel dos grupos com os quais se identifica. Sobre esse tópico, Gomes (2015) lembra a importância de ir atrás de vestígios e articulá-los com o todo obtido.

Quanto à fase de análise dos dados, Gomes (2015) adverte que o pesquisador deve se preocupar com o conjunto obtido, sem se ocupar individualmente das opiniões. Precisa se dar conta das diferenças que ficam à mostra, mas focando-se na dimensão sociocultural do material. No que se refere à Análise de Conteúdo, Gomes (2015) afirma que a categorização deve ter as seguintes características: homogeneidade (uso dos mesmos critérios), exaustão (explicar todo o conteúdo), exclusividade (um material deve pertencer a uma só categoria), concretude (para buscar exatidão, deve-se evitar categorias subjetivas) e adequação (ao objetivo proposto).

Segundo Bardin (2011), é necessário estabelecer unidades de registro e unidades de contexto. As primeiras podem ser palavras, expressões ou frases que se sobressaem nas entrevistas e dialogam com o problema de pesquisa. As unidades de contexto, como o nome diz, estão vinculadas a um todo maior.

Gomes (2015) faz ainda uma reflexão acerca dos termos descrição, análise e interpretação. O primeiro é a escrita fiel do conteúdo trazido pelos entrevistados, o segundo traz a visão do pesquisador à luz da teoria escolhida,

e o terceiro vai além. Se esta última etapa é facilitada pelas duas anteriores, Gomes alerta que os três passos ocorrem concomitantemente desde o início da pesquisa. “Chegamos a uma interpretação quando conseguimos realizar uma síntese entre: as questões de pesquisa; os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada” (GOMES, 2015, p. 91).

Com base na análise da literatura colacionada em cotejo com a metodologia descrita, possibilitamos avançar na investigação acerca da lacuna empírica apresentada no presente trabalho. A partir da análise das entrevistas, buscamos compreender o fenômeno por dentro, as suas idiosincrasias e complexidades existentes nas relações entre as partes envolvidas. Quem viveu o processo pode nos mostrar como se deram os desalojamentos, que sentimento fica como cidadão, qual o contato e o estímulo que recebeu dos líderes comunitários, principalmente como se deram as articulações internas do movimento de luta nas comunidades, e que tipo de recursos tinham à sua disposição. Essas respostas podem nos levar a entender a dinâmica interna não apenas desse movimento, mas também de outros campos de luta que vêm sendo travados contra o aprofundamento das desigualdades e segregações pelo Brasil, em relação à intervenção estatal. Assim, chegando à interpretação, o que leva a pesquisa a ser considerada dentro desse nicho da Ciência Política.

Pelo exposto, temos alguns caminhos de pesquisa.

Caminhos de pesquisa: buscamos por meio de métodos etnográficos as comunidades mencionadas. Por isso, estivemos submersos no campo de pesquisa desde o ano de 2021 buscando membros das famílias atingidas pelos desalojamentos para fazer as entrevistas, bem como registros fotográficos dos imóveis desapropriados pelo poder público municipal que seriam destinados às moradias, que constam no anexo, cujas construções sequer iniciaram. Importante destacar o grande desafio que representou a busca dessas pessoas, porque muitas famílias se dispersaram pela capital e até mesmo para outras cidades. Em relação ao poder público, buscamos contato com a secretaria de habitação e regularização fundiária de Porto Alegre que, através de seu secretário, informou que não poderia dar informações sem autorização

das mesmas e descartou qualquer possibilidade de contribuir para efetivar os contatos.

As fotos abaixo das obras que tomaram lugar das residências demolidas demonstram o estado de calamidade a que a comunidade foi submetida por mais de 10 anos:

Figuras 2 e 3 - Obra que tomou lugar das residências das famílias desalojadas



Fonte: Arquivos dos pesquisadores, 2022.

É possível observarmos pelas fotos que o poder público sequer teve o cuidado de isolar as obras durante todos os anos que perduram as obras de duplicação. Dessa forma, colocando em um risco permanente de acidentes todos os moradores que residem nas proximidades. Tanto assim, que a municipalidade foi condenada judicialmente a indenizar moradores que sofreram graves acidentes físicos em decorrência da exposição às referidas obras. A duplicação da avenida resultou também no término de áreas recreativas que os moradores tinham para convívio social, como os campos de futebol. Hoje não existem mais espaços para a prática de esporte na localidade.

Reiteramos que a nossa pretensão foi estudar as dinâmicas com base na análise de conteúdo a partir de entrevistas semiestruturadas e vivências etnográficas. Entendemos como relevante também a narrativa descritiva dos episódios ocorridos durante as remoções. Ou seja, trazer para a pesquisa também a perspectiva anímica das famílias envolvidas, uma vez que o

presente trabalho tem uma relação intrínseca com uma das condições mais fundantes da dignidade humana: a moradia. Dessa forma, em diálogo com a própria metodologia escolhida.

Entendemos que a condição de pesquisador não exclui a dimensão e abordagem humanizada na produção científica, comumente nos trabalhos que adentram nas esferas mais íntimas dos entrevistados em momentos de profunda vulnerabilidade e sofrimento. Não temos interesse na produção científica mecanizada e destituída de preocupações relacionadas aos anseios de transformação da sociedade. Principalmente em realidades sociais como a brasileira, na qual a desigualdade e opressão contra os despossuídos da terra representa uma realidade histórica e presente. As famílias desalojadas na Av. Moab Caldas e arredores são um exemplo preciso desse cenário trágico, motivo pelo qual entendemos que os sentimentos dessas pessoas não podem passar despercebidos em nosso trabalho.

Com o intuito de preservar a identidade dos membros das famílias entrevistadas, em consonância com a metodologia descrita, bem como possibilitando que não sejam expostas pela sua situação de vulnerabilidade social e fiquem mais à vontade para responderem às perguntas, as mesmas serão designadas como “entrevistado(a) 1” e assim sucessivamente. Essa técnica é viável tendo em vista que o mais relevante para o presente trabalho são os conteúdos coletados no campo de pesquisa, sendo prescindível a identificação das fontes. E ainda, apenas a supressão de seus nomes não prejudica a reprodução de todo o arcabouço intangível manifestado pelos entrevistados.

Embora tivéssemos ciência das possíveis dificuldades para encontrar membros das famílias que muitos já não residiam mais na localidade onde ocorreram as remoções, realmente se demonstrou um grande desafio encontrá-las. Para tanto, como estratégia de busca ativa fomos ao encontro de familiares dos atingidos que residem no território e poderiam contribuir na aproximação. Tivemos razoável sucesso, mas foi necessário também efetuar contatos com outros moradores que pela proximidade geográfica tinham conhecimento das famílias removidas. O longo tempo entre os fatos ocorridos e as entrevistas efetuadas representou também dificuldades para alguns entrevistados se recordarem de informações mais precisas. Encontradas as

peças que seriam convidadas para as entrevistas, tivemos o cuidado de apresentar um questionário que representasse uma mediação entre os objetivos da pesquisa e as percepções subjetivas dos entrevistados em face da situação vivenciada.

Segundo Bardin, no processo de pesquisa social empírica que envolve entrevistas, o pesquisador precisa estar atento às inferências do entrevistado, ou seja, é preciso compreender o seu contexto de formação cognitiva, uma vez que as respostas não são apenas um ato mecânico de pronta elaboração, mas um processo de construção influenciado por variáveis que constituem a personalidade do indivíduo e seu entendimento sobre a realidade. Para tanto, buscamos contemplar, no processo de construção das perguntas, perspectivas que potencializasse uma maior riqueza de detalhes e reações nas respostas, assim em consonância com a metodologia referida. Por isso, as questões tratavam desde a sua formação pessoal, as suas relações familiares e sociais passando pela abordagem que dialogava mais propriamente com a lacuna empírica da presente pesquisa chegando nas dimensões de representação da experiência vivida em relação à remoção forçada sofrida. As entrevistas ocorreram em diversas localidades, desde residências até mesmo em locais públicos, sempre buscando atender às solicitações dos entrevistados.

Podemos constatar inicialmente que os entrevistados viviam no território há muitos anos, constituindo grande parte de sua vida na localidade onde teceram relações familiares e sociais. A reação emotiva dos entrevistados, quando abordamos mais propriamente o período histórico de suas vidas relacionado às suas retiradas compulsórias da localidade onde viveram grande parte de sua vida, foi uma constante. Os entrevistados apresentaram profundas tristezas representadas em palavras embargadas, silêncios involuntários, reações físicas de inquietação e nervosismo.

Tal cenário anímico nos exigiu um cuidado ainda maior na abordagem das perguntas, uma vez que nitidamente as pessoas estavam falando de um dos períodos mais difíceis de suas vidas. Também optamos por ir ao encontro das pessoas nos locais em que elas indicaram, dessa forma, corroborando para um ambiente mais amistoso e que as deixassem mais à vontade. Nesse sentido, os diálogos ocorreram desde residências até em bares.

A partir de uma lógica dedutiva na qual apresentamos aspectos e dimensões de natureza metodológica para nosso trabalho, nos parece relevante ainda a apresentação de um quadro descritivo dos entrevistados, dessa forma, possibilitando uma identificação sistematizada dos perfis dos participantes.

Tabela 1 - Lista dos entrevistados

	Gênero	Profissão	Nível de Escolaridade	Tempo de moradia no território	Data da entrevista
Entrevistado 1	Feminino	Desempregada	Ensino médio	15 anos	1/02/2022
Entrevistado 2	Feminino	Estudante Magistério	Ensino Médio	30 anos	17/08/2022
Entrevistado 3	Feminino	Cozinheira	3 ano do ensino fundamental	27 anos	31/08/2022
Entrevistado 4	Masculino	Carpinteiro	ensino médio	27 anos	30/11/2022
Entrevistado 5	Masculino	Representante comercial	Ensino médio incompleto	26 anos	18/7/2022
Entrevistado 6	Feminino	Balconista	Ensino médio	35 anos	23/01/2023
Entrevistado 7	Feminino	Serviços gerais	Ensino fundamental	23 anos	1/09/2023
Entrevistado 8	Feminino	Autônoma	Ensino médio	25 anos	05/10/2023
Entrevistado 9	Feminino	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto	50 anos	15/10/2023
Entrevistado 10	Feminino	Desempregada	Ensino fundamental	10 anos	17/10/2023
Entrevistado	Masculino	Autônomo	Ensino	30 anos	05/10/202

o 11			médio incompleto		3
Entrevistado o 12	Masculino	Porteiro	Ensino fundamental incompleto	52 anos	15/10/2023

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Podemos verificar através do quadro descritivo no que tange ao gênero uma predominância de mulheres que inclusive quando estavam eventualmente acompanhadas de outros familiares demonstraram maior disposição em participar das entrevistas. Outro dado importante constatado foi o nível de escolaridade que predominou entre as pessoas, tendo o ensino médio como teto de longevidade escolar. Esse dado nos parece ter relação direta com as profissões indicadas que notoriamente são reconhecidas pelos baixos salários.

Outro dado que merece destaque foi o tempo de moradia no território apontado pelos entrevistados que representou uma média de quase trinta anos residindo nas suas respectivas comunidades. O que evidencia quase três décadas de relações e interações sociais construídas na localidade e que sofreram uma ruptura abrupta pela ação estatal representada na remoção compulsória das famílias. Nos cabe reiterar também as imensas dificuldades que tivemos para encontrar membros das famílias atingidas pelas obras da Copa do Mundo de 2014 no Brasil devido a sua dispersão forçada, que nos exigiu um imenso esforço traduzido em inúmeros contatos com moradores para encontrar os entrevistados.

A partir da apresentação do referido quadro descritivo tivemos a possibilidade de conhecer melhor os entrevistados, e, dessa forma, possivelmente contribuir para a compreensão do trabalho como um todo. Inclusive, oferecendo ao leitor uma maior proximidade com as dimensões pessoais dos atores que foram convidados para as entrevistas.

4 ANÁLISE DO CONTEÚDO: EM BUSCA DAS ENTRELINHAS

No presente capítulo buscamos analisar todo material empírico coletado ao longo do período de construção da presente tese buscando desvelar as possíveis categorias temáticas. Inicialmente apresentaremos um quadro descritivo com a dinâmica cronológica dos fatos que representaram o arcabouço substancial para a nossa tese.

Tabela 2 - Quadro descritivo cronológico dos relevantes fatos relacionadas à presente pesquisa:

Data dos acontecimentos	Fatos ocorridos
2007	Escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014
13/01/2010	Aprovação da Lei complementar municipal n. 636 que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida para construção de habitações populares na localidade onde os moradores tiveram suas residências afetadas pelas duplicações de avenidas no território da Grande Cruzeiro.
12/2010	Aprovação de alteração da lei para deixar de exigir as construções populares no próprio território dos moradores afetados.
2010	Criação do Comitê Popular da Copa do Mundo em Porto Alegre
2010	Criação do Movimento Chave por Chave
2011	Início das remoções forçadas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A partir do referido quadro podemos observar nitidamente o movimento legislativo para fins de possibilitar que as construções populares destinadas aos moradores pudessem ocorrer distantes das localidades onde residiam as famílias afetadas. Dessa forma, viabilizando ao poder público a possibilidade de alojar as pessoas onde bem quisessem. Também é possível verificar que no encaixe dessas alterações normativas surgiram iniciativas de mobilização social para enfrentá-las. Depois de uma incansável busca por membros das

famílias atingidas pelas remoções forçadas por conta das chamadas obras da Copa do Mundo de 2014, o desafio que se colocou foi buscar a melhor compreensão analítica das entrevistas à luz das contribuições metodológicas declinadas no capítulo anterior.

Um ponto de convergência entre os autores apontados no capítulo 3 foi a necessidade de o processo da análise do conteúdo estar atento a todas as respostas, possíveis sinais não verbais e expressões corporais que possam ser objetos constituintes da resposta dada pelo entrevistado. Nessa senda, é viável um campo maior de atuação do pesquisador como pressuposto para o melhor aproveitamento do material empírico coletado através da melhor condição de observação do fenômeno em estudo devido à nossa imersão no campo de pesquisa. Embora tenhamos como referência metodológica os autores citados, não ficamos adstritos a sua aplicação literal, mas uma abordagem dialética que contribua para a melhor análise científica do material produzido.

O processo de análise do conteúdo, nos possibilitou, antes mesmo de apresentarmos uma abordagem mais detalhada, tecer algumas considerações iniciais e descritivas do estado da arte relacionado à nossa pesquisa. A partir das respostas dos entrevistados, inicialmente, podemos observar com razoável precisão a distinção de três grupos dos entrevistados: um primeiro grupo alinhado com as lideranças comunitárias que defendiam a posição do poder público de primeiro retirar as famílias colocando-as no chamado aluguel social até a construção das habitações populares no mesmo território; um segundo grupo ligado ao chamado movimento “chave por chave”, que defendia a saída das famílias somente depois de concluídas as referidas construções; e ainda um terceiro grupo, que simplesmente estava alheio às disputas dos dois grupos anteriores. Com essas delineações introdutórias que nos possibilitaram uma visão mais geral do cenário em estudo, podemos avançar propriamente no cotejo do material empírico.

4.1 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS E SUAS INTERAÇÕES SOCIAIS

No presente subcapítulo, elencamos dimensões de natureza pessoal que nos pareceram de grande relevância, qual seja, o perfil dos entrevistados e suas interações sociais, dessa forma, corroborando com o entendimento de que no escopo do trabalho científico, as dimensões subjetivas e anímicas dos entrevistados possuem imensa importância na medida em que contribuem para “humanizar” o trabalho pela possibilidade de instigar o leitor a interagir com as experiências dos entrevistados a partir da disposição e exercício subjetivo da alteridade.

As entrevistas revelaram em sua maioria a ligação umbilical das pessoas com o bairro. Havia relações sociais, familiares: as pessoas moravam no bairro há muitos anos. Na localidade cresceram e se desenvolveram: cultivaram amizades, relações afetivas, conjugais, culturais, econômicas e profissionais, bem como as inevitáveis experiências de perda de familiares pela inexorabilidade da efemeridade da vida. Marcas de uma profunda construção anímica com o local. Não por acaso muitas entrevistas foram marcadas por forte emoção chegando inclusive à necessidade de algumas pausas durante os diálogos, exigindo do entrevistador a sensibilidade necessária para que os diálogos ocorresse da forma menos traumática possível para os atingidos pelas remoções compulsórias.

Na entrevista 1, a moradora demonstra a relação de sua família com território:

Quando a gente foi morar lá, era eu, meu padrasto e minha mãe. Aí depois eu tive os quatro filhos. Depois foi morar minha vó lá em casa, a vó faleceu, minha mãe faleceu, meu padrasto faleceu. Ficou eu e os quatro filhos.

No mesmo sentido, a entrevistada 2 asseverou sobre a família que construiu na comunidade, bem como as facilidades da localidade:

Era bom porque tu precisava de alguma coisa tinha ali, tinha todo mundo junto, mas eu criei as minhas filhas, tive quatro filhos, eu tenho duas meninas e dois meninos, consegui dar escolaridade pra eles ali na vila, ã... Depois, eles mais velhos, eles casaram, tudo. Então a gente, a nossa vila era uma vila que não tinha o tráfico, que não

tinha... Era uma vila boa que tu podia criar os teus filhos, perto das outras.

Nas entrevistas 1 e 2 ficou em evidência a relação geracional das famílias com o território na medida em que os descendentes foram consolidando as relações afetivas e de interatividades locais.

Na entrevista 3, a moradora lembrou das dificuldades de sofrer uma remoção forçada rompendo relações sociais:

Eu fui pra li em 95, pra ti ter noção. Foi meio difícil, foi difícil acostumar, já tava ali com a comunidade, com os vizinho, parente, já tava... Foi difícil, mas acostumei.

O entrevistado 4, não apenas perdeu sua casa como acabou necessitando de ajuda para moradia que o forçou a residir longe de seus familiares:

Na realidade, pra mim, foi ruim porque eu tinha a minha casa, hoje eu moro de favor, então, o que eles trataram comigo eles nunca cumpriram, então, pra mim, foi ruim porque ali eu tinha a minha família perto, eu tinha meus irmãos perto, tinha todo mundo perto, hoje estou distante de todo mundo.

Os entrevistados 3 e 4 destacaram a distância ocasionada pelas remoções forçadas que gerou uma ruptura de convivência com seus familiares, assim como a necessidade de se adaptarem à nova realidade.

Na entrevista 6, o morador desalojado, depois de um silêncio emocionado, lembrou das dificuldades de sua família para construir a casa que foi objeto de demolição:

É o que a gente fala... A gente construiu, eu sou casado com ela vai fazer 27 anos, a gente era bem jovem, né? A gente resolveu... Esse terreno era dela, né?, construiu uma casa, a gente achou que... Eu e ela, nós temos nosso projeto de vida assim, né?, cara, a gente não consegue se ver um longe do outro, né?, a gente tem nosso filho e tudo mais, mas a gente construiu uma vida lá, a gente tinha o conhecimento de todos os vizinhos, tipo, quando a gente teve que sair de lá pra vir pra cá, a gente foi bem, foi bem..., como é que se diz, foi bem sofrido porque a gente teve que abrir mão de muita coisa.

A entrevistada 7, reconhecendo o trauma não superado pela sua retirada compulsória, lembrou das facilidades estruturais que tinha quando residia na comunidade:

Bah, pra mim, não foi legal. Eu gostava muito dali, de onde eu morava, era ônibus, era escola, era mercado, era posto de saúde, né, era tudo... Foi muito marcante, vou te falar a verdade, até hoje eu não supero. Eu moro aqui, mas eu não gosto de morar aqui.

O entrevistado 4 não deixou dúvidas sobre o sentimento de perda, inclusive, patrimonial e afetivo pelo esforço que teve para construir sua residência:

Na realidade, pra mim, foi ruim porque eu tinha a minha casa, hoje eu moro de favor, então, o que eles trataram comigo eles nunca cumpriram, então, pra mim, foi ruim porque ali eu tinha a minha família perto, eu tinha meus irmãos perto, tinha todo mundo perto, hoje estou distante de todo mundo. (...) É, eu cresci ali, conheço todo mundo. A gente vai para um bairro que a gente não conhece, também, e tudo. Infelizmente, é assim a vida, a gente não escolhe.

As condições de hipossuficiência econômica das famílias geraram um grande esforço ao longo dos anos para a construção de suas casas, que representava uma espécie de símbolo de esforço e orgulho pelo bem adquirido. Somado a esse contexto, os entrevistados ainda mencionaram as condições estruturantes oferecidas pelo território por estar localizada em uma área central da capital. Cenário que só fez aumentar o dilema dos moradores em ter que abandonar suas casas.

Na entrevista 8, o casal foi taxativo sobre os traumas e preconceitos vividos pela obrigatoriedade de terem que abandonar seus lares:

Entrevistado: Bah, o que significou? Assim, oh, pra mim, algo ruim, porque ali era tudo, eu me criei no campinho do Grêmio, jogando bola, eu ficava até tarde na rua, não tinha problema nenhum, conhecia todo mundo, então pra mim foi um chão que tiraram dos meus pés porque tive que me mudar pra outro lugar que eu não conhecia ninguém, conheci pessoas estranhas que ficam te cuidando assim, como se tu tivesse devendo alguma coisa pra eles, entendeu?, tu fica até meio acuado porque aquela pessoa tá te cuidando porque quer conversar contigo ou tá com medo de ti porque foi assim que a gente chegou lá naquele outro local, as pessoas olhando a gente com medo, entendeu? Falaram até para gente que a gente era bandido. Aí tu imagina, sair de um lugar que tu conhece todo mundo, todo mundo

"Bom dia, boa tarde, como é que a senhora tá?", aí tu chega num lugar, as pessoas fechadas pra ti.

Entrevistada: Quando me tiraram dali, foi como eu me senti. Eles invadiram nosso espaço. Eles chegaram, não teve um psicólogo pra chegar e conversar com todo mundo, não. Eles foram ali como se fosse polícia de porta em porta e tem que sair, e deram o papelzinho, e tem que procurar casa e todo mundo se virar.

Durante a entrevista 9, o casal evidenciou as agruras que sofrem no atual local que residem:

Vim pra cá foi a pior coisa. Foi a pior coisa. Vim pra cá que é um ponto de tráfico, uma boca, dormir de noite a gente não pode dormir, com medo de tiroteio de lá pra casa, com medo dos cara invadir aqui atirando, tô me incomodando com a Polícia por causa dela, que os brigadiano fecham a mulher lá na rua, trouxeram coisa pra dentro de casa, prenderam ela. Uma coisa que não tinha dentro da minha casa. Ali onde a gente morava era bom.

Quando nós moramos, nunca deu problema com Polícia, com ninguém, com vagabundo, com nada. (...) Ah é. Aqui é a pior coisa, vou te falar uma coisa certa. É. Por isso, até o Luciano desistiu de arrumar aqui e tal porque eu vou te contar, aqui de baixo, tu passou, tu vê, nós não temos nada que ver, que nem eu falo, eu me dou com todo mundo, pra ti ver, quando aconteceu o que aconteceu minha vizinha caiu dura, foi um comentário, todo mundo se apavorou, uma coisa que tu mora aqui há quanto tempo, que nem eu te falei, eu já vi de tudo aqui, e ali onde a gente morava era bom, era ótimo, eu gostava. [...]

Os desalojamentos forçados não apenas geraram danos em decorrência da comunidade deixada para trás, mas também novos desafios às pessoas que foram obrigadas a buscarem moradias em novas localidades, ficando expostas a tensões e rejeições como relatado pelo entrevistado 9, e sem nenhum amparo psicológico mínimo por parte do poder público.

Os cônjuges ainda mencionam as dificuldades de encontrarem um imóvel que possa ser adquirido a despeito das burocracias do poder público:

Entrevistado: A gente tinha pátio pra cuidar.

Entrevistada: Aqui não tem, não tem. A gente tá procurando, que nem meus vizinhos, guri e tal, Neca, tu tem que sair daqui, arrumar um outro lugar. A gente tá tentando, mas também não é assim, né. Temo criança, temo todo mundo, né.

Entrevistado: Eu, com salário de porteiro, como é que vou arrumar casa e outra coisa?

As formalidades mencionadas pelos entrevistados para aquisição dos imóveis revelaram-se um grande problema para as famílias desalojadas, tendo em vista o descompasso entre a documentação exigida e o valor dos bônus

moradia que na prática inviabilizava a compra do bem próximo a região em que residiam. Logo, ocasionando uma verdadeira dispersão das famílias não apenas pela cidade, mas para outros municípios.

O entrevistado 10 lembra que a sua retirada forçada do território ocasionou inclusive a perda de seu emprego:

Como eu disse: eu tava bem acomodado ali, trabalhava, tive que pedir as contas do meu emprego, tive que pedir pra sair do meu emprego e ir pra um lugar estranho. Eu não digo que eu passei trabalho porque eu corri atrás e consegui emprego. Mas, pra mim, onde eu tava eu tava melhor porque, como eu disse, eu moro aqui há 40 anos, eu me criei aqui.

O entrevistado 6 ainda mencionou os problemas de natureza psicológica que sua família passou:

Eu e ela, nós temos nosso projeto de vida assim, né?, cara, a gente não consegue se ver um longe do outro, né?, a gente tem nosso filho e tudo mais, mas a gente construiu uma vida lá, a gente tinha o conhecimento de todos os vizinhos, tipo, quando a gente teve que sair de lá pra vir pra cá, a gente foi bem, foi bem..., como é que se diz, foi bem sofrido porque a gente teve que abrir mão de muita coisa. Quando a gente teve de se mudar, a gente teve de pagar o aluguel mais caro, até porque a minha filha, ela era jovem, o Luan também, então a gente passou por problema psicológico porque a gente ia pra um lugar longe, não conhecia ninguém, eles eram pequenos, a gente não podia sair de casa e deixar num vizinho que a gente não conhece.

O trauma ocasionado pela saída forçada de sua casa nunca foi superado pelo entrevistado 7:

Bah, pra mim, não foi legal. Eu gostava muito dali, de onde eu morava, era ônibus, era escola, era mercado, era posto de saúde, né, era tudo... Foi muito marcante, vou te falar a verdade, até hoje eu não supero. Eu moro aqui, mas eu não gosto de morar aqui.

Os desalojamentos forçados afetaram as pessoas das mais variadas formas, como mencionado nas entrevistas 6 e 7 o trauma foi uma marca indelével, tendo desdobramentos profundamente negativos principalmente para as crianças que foram submetidas a uma mudança brusca de suas vidas sem nenhum tipo de acompanhamento profissional para mitigar a ruptura sofrida.

Com nítidas palavras de preocupação e tensão, a violência gerada por facções criminosas que atingiu também os moradores desalojados, foi denunciada pela entrevistada 9:

Vim pra cá que é um ponto de tráfico, uma boca, dormir de noite a gente não pode dormir, com medo de tiroteio de lá pra casa, com medo dos cara invadir aqui atirando, tô me incomodando com a Polícia por causa dela, que os brigadiano fecham a mulher lá na rua, trouxeram coisa pra dentro de casa, prenderam ela.

Os relatos dos entrevistados evidenciam as inúmeras dimensões de violações de direitos que sofrem as populações atingidas pelas remoções forçadas. Desde as perspectivas emocionais mais profundas até as questões de natureza mais pragmáticas sofrem rupturas gerando os mais diversos abalos e prejuízos patrimoniais para os cidadãos. Famílias que se constituíram ao longo dos anos com relações sociais consolidadas pelo convívio próximo sofreram um rompimento de laços pelo imperativo da realidade causado pelo compulsório afastamento promovido pela ação estatal.

A despeito de vivermos em um suposto Estado Democrático de Direito, constatamos inevitavelmente que a compreensão de organização do Estado está reduzida necessariamente a um plano retórico e teórico para a população mais pobre, ocorrendo a plena aplicação de direitos apenas para um setor reduzido da sociedade brasileira. Nesse contexto, a cidade é pensada e organizada para contemplar os interesses das classes dominantes condenando os mais vulneráveis ao ostracismo geográfico e social. A lógica da ação governamental representa justamente a antítese do sistema normativo que tutela os direitos da população. Logo, a realidade fática denuncia a profunda disparidade entre a existência formal das leis e a sua plena efetivação.

Via de regra, os imóveis em que residiam os moradores não tinham título de propriedade formal, tratando-se de ocupações em áreas públicas, conhecidas e chamadas popularmente por áreas verdes, assim como localizações em áreas de risco. Ou seja, os moradores detêm a posse e a venda desses imóveis se dão exclusivamente por contratos particulares de compra e venda. Logo, a comercialização se dá tão-somente em relação à posse.

Na entrevista 2, a moradora descreve a situação de sua residência:

Eu morava numa área de risco, na encosta de um morro da Silva Paes. Se tu olhar no mapa, tu vai ver aquele morrão lá atrás, minha casa era bem última, agora não sei como é que tá.

Alguns moradores adquiriram a propriedade de direito através do poder judiciário, e por isso, acabaram recebendo um tratamento diferenciado pela municipalidade no momento das remoções. O entrevistado 6 mencionou a situação de sua mãe:

Como minha mãe já tinha usucapião, a minha mãe tinha recém conseguido o usucapião do terreno e daí minha mãe conseguiu o usucapião e eles foram lá, mediram diferente a nossa casa e a casa do meu irmão diferente da da minha mãe e minha mãe ficou a medida da casa dela e do pátio.

Embora existam legislações pátrias que determinam a regularização fundiária abrangente nas áreas chamadas irregulares, a inexistência dessa política pública denota mais uma violação dos direitos das pessoas que residem nessas localidades. Diversos fatores contribuem para esse cenário. Uma variável importante é a especulação imobiliária que atua fortemente com seu lobby junto ao poder público que acaba orientando a lógica da organização da cidade para os interesses econômicos.

Outro elemento relevante que surgiu nas entrevistas foi a forma como se deu os próprios avisos e remoções pelo poder público que constituiu mais uma violência. Muitas pessoas sofreram truculências, coações e ameaças nesse processo. Na entrevista 2 ficou nítido o drama da família em relação à pressão causada pelos agentes do DEMHAB:

Eles queriam limpar as casas e construir um galpão, galpões, que cada um ficasse num quadrado. Digamos que tu fez um galpão, daí tu botou umas paredinhas de compensado, dividiu as famílias ali. Aí a gente não aceitou isso, aí já brigou porque não era por aí. A gente vai sair de casa pra ganhar outra casa, não pra ir ficar de cigano nos lugares.

Os assédios eram constantes, mesmo sem as pessoas receberem o bônus-moradia que tinham direito. A entrevistada 3 foi direta:

E foi assim: eles me deram a notícia num dia, no outro eu já tive que me mudar. Foi de um dia pro outro que eu tive que arrumar minhas coisa. [...] Eles chegaram numa segunda, se não me engano, e disseram: “A senhora tem que se mudar até amanhã porque tem que desmanchar, porque já foi pago e tem que desmanchar”. Eu disse: “Mas não foi, foi pago a parte de baixo, que morava a minha ex-sogra”. Foi aonde foi pago, mas a minha eu fui para o aluguel social porque não tinha como.

Embora a lei municipal que regulamentou os bônus moradia determinava o prazo de 15 dias para as famílias deixarem as localidades depois da aquisição do novo imóvel, podemos observar, segundo relato na entrevista 3, o desrespeito pelo poder público a mais uma norma legal.

Não apenas os adultos, mas inclusive as crianças tiveram que trabalhar nas mudanças durante as remoções. Na entrevista 6 tal cenário foi apresentado:

A minha mãe chegou lá em casa de tarde, no outro dia eu cheguei em casa, o Gilberto já estava carregando até a geladeira nas costas, né? Ele fez toda a mudança, como daqui, um pouco mais lá na esquina, as crianças ajudando ele, quando eu cheguei em casa de noite, eu já não morava mais ali, já estava em outra casa.

Identificando uma disputa de classes, bem como a sua compreensão acerca do acesso aos direitos, a entrevistada 7 foi taxativa:

Os pobre foram tudo corrido dali pra dar prioridade pros rico, pra quem tem, né, que pobre não tem direito nenhum, o pobre já morre pelado e... quer dizer, nasce pelado e morre pelado, né, porque não tem direito a nada, a nem os direito dele mesmo próprio, né?

A resposta da moradora nos remete a sua percepção acerca da sociedade que vive como um espaço de produção e reprodução de desigualdades marcadas pelo acúmulo histórico de riquezas nas mãos de um grupo reduzido de pessoas. Tampouco reconhece o pobre como sujeito de direitos.

Acerca da truculência do Estado durante o processo de retirada das famílias, a entrevistada 7 denunciou:

Ah, teve, me marcou foi quando a Marisane falou pra mim que eu ia ter que sair de lá, isso daí me marcou muito, que, se eu não saísse de lá, eles iam colocar minhas coisa num depósito e eu ia ter que sair de lá porque a retroescavadeira ia passar na minha casa e eu ia ter que morar na casa dos familiares, que eles iam ter que me acolher. (...) É que nem eu te falei, né, teve esse meu vizinho, né, que ele foi praticamente corrido da casa dele, porque ele não ganhou bônus, não ganhou nada, ele teve que sair da casa dele porque a retroescavadeira estava esperando ele sair pra ir morar na casa do pai dele.

Sem ter onde morar, a entrevistada 8 revelou a situação que sua família sofreu “Já chegamos a dormir na kombi por não ter aonde dormir”. Mencionou também os anos que vivenciaram o drama da indefinição por não ter onde morar com seu filho:

Eu não acho nada mais do que justo eles ter pago a casa porque a gente ficou mais de três, quatro anos praticamente como se fosse bolinha de pingue-pongue, eu acho muito desumano. É difícil falar até assim porque com criança, eu tinha um bebezinho, meu filho tinha meses.

Nesse sentido, o entrevistado 11 discorreu sobre a ferocidade estatal em relação à forma como foram abordados para saírem de sua residência:

Eles botaram o pé nos nossos peito. Vai que os outros já foram. Foi assim que eles fizeram. [...] Todo mundo saiu desesperado procurando casa. Foi assim que todo mundo se pegou. [...]

A tragédia das remoções forçadas causou inclusive a morte de um morador, segundo a entrevistada 8:

[...] Adoeceu porque nasceu ali, ficou velho ali e não queria sair dali de todo custo. Então a gente ficou sabendo que tem o senhor que faleceu porque não queria sair dali, ele acabou falecendo ali.

Na entrevista 9, ficou igualmente evidente a coerção sofrida pela família por abordagens nem um pouco amistosas dos agentes do ente público:

Vinha a prefeitura, vinha o pessoal deles, do DEMHAB, chegava ali e dizia: olha, vocês desocupem a casa. Eles davam muita pressão.

Tem que desocupar que vai sair a rua. [...] De 2013, nós praticamente, desse lado fomos os últimos. Eu fiquei até o último e eles dando pressão.

Como se não bastasse a truculência sofrida pela forma de retirada do território, as famílias ainda sofrem com outra expressão da violência estatal representada no comum atraso dos aluguéis sociais que colocam os beneficiários em constante situação de tensão pelo sempre iminente risco de despejo pelo locatário. Na entrevista 3, ficou evidenciada tal situação: “Atrasava, inclusive atrasava os aluguel social, tinha meses que passava três, quatro meses sem pagar o aluguel”.

O entrevistado 4 discorreu acerca dos sérios problemas no pagamento dos alugueis sociais e sobre o descaso do poder público:

Nos primeiros meses, começaram a pagar. Um ano, dois anos pagaram o aluguel certinho. Depois, começou a atrasar os aluguéis quando vem o Marchezan. Bem na época de troca de prefeito, começou a complicar as coisas. Entrava lá, ninguém dava atenção. [...] Não é só eu que estou nesse caso, tem muitas pessoas que estão assim também.

Desde o descumprimento do prazo legal para exigir a retirada das famílias, até o sistemático atraso no pagamento dos aluguéis sociais representaram um verdadeiro estado perene de ações ilegais pelo ente público durante todo o processo de retirada das famílias para a ampliação de da Avenida Moab Caldas e arredores. Outro problema apontado pelo entrevistado era o valor do aluguel social que inviabiliza a locação próximo da comunidade:

O valor que eles dão não pode alugar, 500 reais, digamos, num bairro bom, que nem aqui na volta onde a gente mora, querendo ou não, o bairro é Medianeira. Tu não aluga um apartamento por menos de 700 reais, e o condomínio. Precisa tudo de um fiador, coisa assim, pra alugar, e a gente não tem fiador.

Os atrasos nos aluguéis exigiam uma constante relação de desgaste com o locatário para evitar os despejos. Segundo o entrevistado 5:

Atrasava dois ou três meses, com os proprietários da casa era bem complicado, e aí a gente tentava desdobrar lá, às vezes, quando entrava o aluguel de novo entrava tudo junto.

A entrevistada 6 menciona o grande período que permaneceu sem o benefício e ratifica as dificuldades pelo baixo valor:

[...] Porque, tipo assim, hoje eles depositam o aluguel, eu já fiquei seis meses sem receber o aluguel social, depois entra tudo junto, mas, e aí? Como é que vai tirar tudo junto depois..., né? E não tem casa de 500 reais, é bem mais?

As dificuldades para locação geram os mais variados transtornos, conforme menciona a entrevistada 6:

Foi bem difícil conseguir uma casa, daí a casa que a gente conseguiu era um quarto, uma sala, uma cozinha. E daí a gente ajeitou ela, pegou uma área aberta e fez uma cozinha. E da cozinha, a gente fez um quarto pro menino e pra menina (funga). Próximo ali. Depois dali, a gente se mudou novamente pra outra casa de aluguel e assim a gente foi indo. Esta já é a terceira casa.

Podemos observar que até mesmo na administração dos alugueis sociais, a constante violação de direitos está presente na vida dos desalojados: valores baixos que na prática determinam onde os moradores residirão, sistemáticos atrasos que geram o risco sempre iminente de despejos e por consequência uma situação de tensão frequente.

Acerca das habitações populares que deveriam ser construídas no próprio território, mas sequer foram iniciadas, a entrevistada 1 externou sua angústia e interesse ao mencionar um dos imóveis que se encontram em situação de abandono conforme também demonstram as fotos do Anexo I do presente trabalho:

[...] E os prédios que falaram que vão fazer aqui na Pedro Boticário, Pedro Boticário... [...]Te lembra do Glória Tênis Clube, ali o Bannisul, tem uma Caixa e depois quase esquina, agora desmancharam, na Pedro Boticário tinha cursos do Estado, que daí é um pátio grande lá, que é do governo, ali estava pra fazer, né, mas eu acho que esse prefeito não vai fazer nada pra nós.

A entrevistada 2 revela que sua comunidade seria uma das primeiras beneficiadas pelas referidas habitações que nunca ocorreram:

Em 2012, ou antes um pouquinho, começou essa função da Copa. E aí eles pegaram... Quando foi minha última reunião, eu ganhei em primeiro lugar a remoção das minhas 35 famílias, que até então a

gente começou... Aí tá, começamos a ter as reuniões de compra de terreno, pra ver onde seriam colocadas essas famílias, claro, na região, no caso. E nós ali, a gente optou pela Oscar Pereira, onde era o Lar Fabiano de Cristo, onde era uma creche antes, e ficou vazia. A prefeitura comprou aquilo ali para realocar nossas famílias, as 35, 33 famílias da área de risco.

Na entrevista 3, a moradora mencionou a sua desistência de continuar aguardando a construção das habitações e acabou cedendo ao bônus-moradia:

Eles falaram que iam fazer ali na Mariano, ali na esquina, os apartamento pro pessoal que quisesse os apartamento ali. Só que aí não faziam, não faziam, continuei no aluguel social até conseguir comprar aqui.

E reitera o drama das construções que nunca foram iniciadas: “Não foi construído até hoje”.

Quando o poder público foi procurado pela entrevistada 6 para tratar da construção das moradias, recebeu simplesmente respostas evasivas:

Mas assim, se eu chegar hoje no Demhab e perguntar pelos apartamentos, ninguém sabe. Um dia eu passei uma tarde no Demhab, eu passei em seis salas, seis pessoas, assim, “Eu não sei.” “Tá, mas quem é que me informa?”

Os imóveis que seriam destinados às construções das moradias e se encontram literalmente abandonados pelo poder público também representam um descaso com a totalidade da população, haja vista que adquiridos com recursos públicos não foram utilizados para os fins que se destinam em flagrante prejuízo ao erário.

Ainda que longe do ideal, mas a infraestrutura do bairro atingido pelas remoções forçadas esteve presente nas entrevistas como algo positivo e que as pessoas estavam perdendo na medida em que estavam sendo obrigadas a abandonarem a localidade.

A entrevistada 2 lembrou do seu histórico de luta social para as melhorias na comunidade:

Eu brigava muito pelas minhas crianças, eu brigava pelo social, a gente brigava pela moradia, porque a gente tinha a escola perto. O problema da minha vila é que a gente tinha o Postão numa descida, a

escola era duas quadras estava na escola Venezuela, Costa e Silva, daí tinha. [...] Nós estávamos bem centralizados ali. Até a gente falava assim: a Silva Paes é a parte nobre da Cruzeiro.

Convicta das sólidas raízes com a localidade e o entendimento coletivo pela permanência na localidade, a entrevistada 8 se expressou:

Se tu fosse perguntar pra cada morador se queria sair dali tu ia receber vários não porque ali é um lugar pra quem viveu a vida toda ali, era um lugar muito bom, era um lugar perto de tudo, perto das linhas (de ônibus).

Revelando sua atuação ativa na participação da evolução das condições de bem-estar onde residia, a entrevistada 9 não tergiversou:

Então a gente trouxe água, trouxemos luz, asfalto, tudo nós, pedimos, batalhamo, eu era pior do que homem, às vezes, fico pensando, devia ter estudado tanto porque a gente se metia em cada uma pra ter o que hoje tem. Aí eles te tirarem e tu não tem nada.

A luta social e comunitária por melhores condições de vida representou também uma relação diferenciada na comunidade pela imenso esforço dedicado que naturalmente contribuiu para o enraizamento das pessoas com o território. As inúmeras abordagens e respostas dos participantes das entrevistas possibilitaram compreender razoavelmente os diversos desdobramentos que ocorrem durante um processo de remoção forçada de pessoas.

No presente sub-capítulo, a partir das respostas dos entrevistados, podemos elencar algumas categorias semânticas (Bardin, 2011) que surgiram: i) a relação com o território; ii) traumas e transtornos devido às remoções forçadas; iii) a burocracia como impeditivo do acesso aos direitos; iv) o assédio para da saída das famílias; v) as construções populares que nunca ocorreram e vi) a infraestrutura existente nas localidades onde ocorreram as remoções. Essas categorias dialogam diretamente com uma dimensão que procuramos dar relevo na presente pesquisa: a perspectiva de humanidade em relação aos atores envolvidos. Essas categorias emergiram a partir da dinâmica apresentada por Bardin na qual buscamos a relação entre as respostas através da identificação de temas similares.

Nesse sentido, restou viável o avanço de nosso estudo em relação à perspectiva dialógica do material coletado e o arcabouço teórico trazido no segundo capítulo. As manifestações verbais e comportamentais durante as entrevistas dialogam diretamente com as contribuições teóricas. Senão vejamos: nos parece existir uma fragrans compreensão extrínseca e intrínseca por parte dos entrevistados acerca de sua localização à margem do conceito de cidadania que acaba sedimentando uma naturalização da violação de direitos.

Como bem declinou Murilo de Carvalho, a forma de construção da sociedade brasileira foi marcada pela inexistência de rupturas principalmente em momentos estratégicos que poderiam oferecer uma mudança significativa de valores e ressignificações das relações sociais. O autor exemplifica a passagem da monarquia para a República como apenas uma mudança de organização do Estado, uma vez que os detentores de poder permaneceram com o mesmo protagonismo. Ocorrendo até mesmo uma incompreensão por parte de setores populares da sociedade acerca da transição do sistema monárquico para o republicano. As perspectivas históricas nos parecem representar uma importante variável explicativa das manifestações dos entrevistados, haja vista que em diversas falas restou demonstrado a compreensão de sua condição de não-cidadãos, de se reconhecerem como indivíduos que se encontram à margem da esfera de direitos.

Não menos importante, é trazer a dimensão das condições subjetivas e objetivas de opressão dos moradores como mais uma variável explicativa das falas dos entrevistados, tendo em vista que a perda repentina de suas casas, o rompimento de proximidade de suas relações familiares e sociais, e a necessidade inexorável do trabalho como meio de sobrevivência evidenciaram uma dinâmica pouco favorável para eventuais mobilizações e auto-organizações que despenderiam mais tempo para tanto.

Essas abordagens apresentadas contribuem para uma melhor compreensão problematizada no processo de análise do conteúdo em relação a determinados aspectos que coincidiram nas falas dos entrevistados. Esses cruzamentos merecem destaque, conforme explanado na metodologia, na medida em que contribuem para a melhor investigação e inteligibilidade do fenômeno em estudo.

Superada a análise inicial acerca dos entrevistados e suas condições pessoais, bem como suas relações e percepções sobre as diversas e imediatas situações experimentadas, avançaremos para a análise em sentido coletivo, compreendida como a investigação das relações internas no território que marcaram o processo de remoções das famílias. Logo, evidenciando possíveis outras categorias temáticas relacionadas.

4.2 OS GRUPOS EM DISPUTA E A LÓGICA DA AÇÃO

No presente sub-capítulo, estaremos atentos aos grupos em disputa durante o processo de remoção das famílias, assim como a sua lógica de atuação. Conforme apontado na lacuna empírica do presente trabalho, a literatura correlata dos processos de remoções forçadas apresenta apenas um cenário reduzido a uma dinâmica de dualidade na qual atuam de um lado a população oprimida que sofre com a violação de direitos e em muitos casos tenta na medida do possível se organizar, e do outro lado o Estado que promove essas violações.

Entretanto, a referida literatura não aprofunda as dinâmicas, as relações internas e possíveis tensões e disputas entre os grupos locais envolvidos no processo de remoções. Aqui, reiteramos a contribuição da presente pesquisa ao avançar justamente sobre a dimensão não apresentada ou investigada pela literatura afim. A complexidade dos fenômenos sociais exigem da ciência uma atenção aos diversos fatores e variáveis que articulados constituem a realidade dos fatos, dessa forma, contribuindo para a melhor compreensão das dinâmicas que constituem as relações da sociedade. Nessa senda, é chegado o momento de análise do material empírico no que se refere ao quadro interno de relações dos atores que constituíram os grupos distintos que atuaram em disputa acerca do desfecho das remoções forçadas no território da Grande Cruzeiro, periferia localizada na zona sul de Porto Alegre.

Conforme amplamente declinado no presente trabalho, durante o período de retirada forçada das famílias para a ampliação da Av Moab Caldas e arredores, no escopo das chamadas Obras da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, constituíram-se dois grupos distintos com objetivos e estratégias diferentes. O primeiro tinha um grande alinhamento com a municipalidade, através do relacionamento com representantes da secretaria municipal de habitação e secretaria municipal de obras e infraestrutura, que apresentava como solução, para os moradores que desejavam permanecer no território, a inclusão desses moradores em aluguéis sociais até a construção das habitações populares através do programa do governo federal Minha Casa Minha Vida. O segundo grupo que recebeu o nome de Chave por Chave advogava pela posição de que as famílias somente deveriam sair de suas

casas depois que o poder público constrísse e entregasse as moradias às famílias atingidas.

Esse cenário de entendimentos díspares não se deu de maneira amistosa, mas permeado por muitas tensões e disputas. Inclusive, a própria abordagem do assunto com os entrevistados representou verdadeiro desafio ao entrevistador tendo em vista o receio das pessoas em falarem sobre um assunto que gerou polêmicas e conflitos no território. Até mesmo reações um pouco hostis podemos presenciar, conforme restará demonstrada pelas manifestações dos entrevistados que demonstraram em alguma medida certo desconforto em abordar o tema. Desde palavras explícitas, como olhares de espanto e reações comportamentais estavam em nosso campo de percepção, conforme já nos alertava da sua necessidade os autores da metodologia elencada em nosso trabalho. Logo, foi necessário lançar mão da decifração estrutural mencionada por Bardin para o cotejo das dinâmicas ocorridas no território a partir das abordagens de cada entrevistado e suas formas de expressão e signos de interpretação dos fatos ocorridos. As figuras de linguagem desenvolvidas por D'Unrug tiveram igualmente relevância para nossa abordagem metodológica, haja vista que tivemos que administrar algumas respostas evasivas acerca dos conflitos entre os grupos no sentido de buscar recursos discursivos para o aprofundamento das respostas.

Durante o diálogo com o entrevistador, ao ser questionada sobre o movimento Chave por Chave, a entrevistada 1 relacionou-o a um determinado partido político, bem como a uma figura política pública:

Mas, eu acho que eu sei. Porque ali tinha muito... tinha o PT, tinha vários... acho que era o pessoal do... daquela moça que fica..., a vice do Haddad..., acho que tinha esse pessoal sim. Como é que o nome dela? Acho que tinha uma turma da Manoela que também. Acho que ela... Não se criou muito, eu acho.

Tentando identificar outros quadros políticos que teriam relação com o movimento, menciona:

Eu acho que era da turma da Manoela, até aquela moça que saiu vereadora, que ela mora, é moradora lá dessa parte da Cruzeiro. Uma que saiu vereadora negra, que saíram vários desse...A Bruna Rodrigues. Ela que fazia esse movimento aí. [...] Acho que ela que fazia, ela ia nas reuniões também, mas ela fazia um lado assim...

Ao relacionar o Movimento Chave por Chave a determinadas agremiações partidárias (PT e PC do B), a entrevistada apresenta as disputas partidárias como um possível elemento relevante e constituinte das disputas entre os grupos tratados no presente trabalho. Todavia, a mesma silenciou acerca de eventual envolvimento do grupo rival com algum partido político.

Em outro momento, a entrevistada 1 chegou a mencionar seu desconforto com o referido movimento:

Tinha ela mais outra senhora. Todo mundo, ela participava também, mas ela tinha esse lado aí, então eu não gostava... Apesar de que na época eu era filiada do PT, mas a gente não usava o partido, entendeu?

O seu mal-estar ficou evidente ao mencionar que discordava da suposta aproximação entre partidos políticos e os movimentos populares de luta pelas moradias. Interessante analisarmos que a mesma relacionou apenas um dos grupos em disputa à partidos políticos, passando em silêncio o grupo rival que tinha alinhamento com a gestão municipal. Nos pareceu nítida a relação que a entrevistada fez em relação a determinados militantes que aparentemente tinham filiação partidária e que por isso haveria um suposto interesse político/partidário em relação ao processo de remoção das famílias.

Questionada acerca da divisão dos grupos, a moradora com nítido constrangimento afirmou: “É, eu acho, tenho quase certeza que era da Bruna isso aí”. A entrevistada ainda referiu-se ao futuro do movimento Chave por Chave: “Não se criou”.

Ao ser perguntada se teria sido um movimento com todas as lideranças comunitárias, foi taxativa: “É, muito pouco”. Nesse momento, reagiu demonstrando grande desconforto: “Mas quem é que te falou isso?”. A reação ainda mais veemente da entrevistada 1 possibilitou verificarmos o indício do quão significativa foi a divisão dos grupos. Logo em seguida, em uma nítida tentativa de encerrar o assunto mencionou que indicaria outra pessoa para falar sobre o assunto: “Mas tem mais pessoas que sabem essa parte, eu te dou o telefone”.

As reações da entrevistada 1 demonstraram tanto a forma como ela percebia o Movimento Chave por Chave quanto o seu constrangimento em abordar o assunto. Essa percepção de vincular o Movimento a determinado grupo político partidário, independentemente de ser fato ou não, mas constituiu uma estratégia do grupo rival que tinha alinhamento com a municipalidade. Percebemos a referida estratégia justamente pela nossa condição de observador dos fatos ocorridos à época, o que ratifica a assertiva da escolha de nossa metodologia que contempla a proximidade do pesquisador com o campo de pesquisa como pressuposto para o favorecimento das condições de uma análise rigorosa do fenômeno estudado e suas nuances observando elementos que passaria incólume em uma situação de efêmera presença de campo.

A entrevistada 2 chega inclusive a dar um forte indicativo de que pertencia ao grupo antagônico do Chave por Chave e que fazia expressamente o embate com esse movimento. Ao ser perguntada se o movimento tinha representatividade no território foi taxativa: “Não porque a gente não deixou”. Ou seja, podemos verificar uma inequívoca aversão ao grupo antagônico. Ainda tenta explicar as dinâmicas de disputas: “É que tinha aquela, aqueles detalhes de liderança”. Podemos observar uma clara alusão às disputas internas no cenário que envolveu os líderes comunitários em lados opostos buscando constantemente impor suas visões acerca de como deveria ocorrer o desfecho dos desalojamentos. A participante da pesquisa ainda revela o nível de tensão nas reuniões: “A gente quase se matava na reunião. Depois estava todo mundo muito amigo, mas...”. Mesmo depois de revelar o estado anímico das reuniões, busca aparentemente uma tentativa de contemporizar os embates.

Percebemos como uma possível variável explicativa desse comportamento reticente das entrevistadas, ao serem questionadas sobre a cisão dos grupos no território, o receio em adentrar em um tema que causou imensa tensão entre os líderes comunitários. Marcas que parecem permanecer no imaginário das pessoas que participaram e ou presenciaram o referido período. A percepção da referida variável restou acentuada, reitera-se, pelo acúmulo do pesquisador no que se refere à observação do fenômeno estudado

muito antes da existência do presente trabalho, uma vez que acompanha há anos o cenário dos desalojamentos na região estudada.

Perguntado se tinha conhecimento sobre o Movimento Chave por Chave, o entrevistado 4 afirmou “Tive sim, se não me engano era a Fia que estava fazendo, a Adélia”. Referindo-se sobre a defesa que o Movimento Chave por Chave fazia em relação a forma de retirada das famílias reclamou: “Acho que o governo em si nunca deu bola pra comunidade, nunca deu bola pra liderança, pra nós”. As tensões no território também foram objeto de sua observação: “[...] Porque um puxava de um lado, às vezes, o outro puxava de outro”. Ao ser perguntado por mais detalhes de como se deu as divisões, respondeu: “Eu não lembro de nada”. Tendo em vista não apenas a resposta falada, mas também a sua expressão de desconforto, nos pareceu similar à reação das entrevistadas anteriores ao referir-se ao tema.

A entrevistada 9 quando perguntada se conhecia e participava do Movimento Chave por Chave a resposta foi afirmativa. A despeito do escasso tempo que tinha para militar no movimento, devido a seus compromissos de trabalho, recordou as reuniões:

Muitas vezes que eu fui foi ali na SAC, ali no colégio, na Igreja Santa Tereza ali, atrás ali. Foi lá em cima, na Tronco. Na Tronco tinha várias. O pessoal deles lá fizeram várias reuniões. Eles sempre alegando a juntarem tudo, a Tronco com a Divisa.

A moradora foi taxativa ao enunciar a tentativa do Movimento Chave por Chave em unificar todas as famílias que estavam sofrendo as remoções para que saíssem somente após a construção das habitações populares no território. Essa articulação nos pareceu contribuir significativamente para o nível de tensionamento entre os grupos, na mesma medida que o grupo rival buscava os moradores com o mesmo intuito de construir uma hegemonia de atuação entre as famílias. Demonstrando compreender o objetivo do movimento a entrevistada 9 descreveu: “[...] Assim oh, só saem das suas casas quando receber a sua casa pronta. (casa) Própria”. O entrevistado 12 que também descreveu uma das principais dificuldades de atuar no aludido movimento que representava o contraponto do poder público e do grupo que

tinha alinhamento com este: “Mas aí, você tem que ficar, mas com a máquina batendo na porta ali”. Nesse sentido, a entrevistada 9 complementa:

Foi uma tristeza quando eles derrubaram as casas. Ficar ali dentro com a Polícia arrodando ali em volta, tudo. Como é que eu vou ficar num pedacinho de terreno cercado por um tapume e os brigadianos toda hora passando, correndo em volta, os vagabundo correndo ali na volta?

Segundo a entrevistada, o braço armado do Estado teve papel relevante na pressão junto aos moradores para saírem de suas residências. Situação que gerou ainda mais apreensão entre os moradores. A participante da entrevista testemunhou a participação de várias famílias no Movimento Chave por Chave, bem como a gradual desistência de muitas pela pressão do Estado e cedendo ao bônus moradia que devido ao baixo valor levou a muitas pessoas adquirirem seus imóveis no litoral:

O pessoal da nossa rua, os vizinhos concordaram porque estava até legal porque o pessoal se empenhou no Chave por Chave. Isso eles se empenharam mesmo. Vamos sair direto pra nossas casas. Teve reunião na Assembleia. E vamos, vamos, mas, né, aí começaram um sufoco, muita gente. Uns já foram indo embora. Aí o pessoal enlouqueceu, acho que debandou pra praia. Eu fui uma que insisti e fiquei até agora. E tô aí até agora. Todo mundo queria ir pra praia, metade do pessoal se foram tudo pra praia, né? Muitos ganharam, outros saíram perdendo, se a gente vai falar tudo, tudo da vantagem que o pessoal levou do outro lado...

Segundo a moradora, havia uma espécie de poder econômico indireto por parte do grupo que tinha alinhamento com a municipalidade, uma vez que oferecia às famílias os recursos públicos disponibilizados para a retirada das mesmas, que vivenciando toda a tensão para saída acabaram cedendo ao que era oferecido.

Reconhecendo o fracasso do movimento Chave por Chave, o entrevistado 12 expressa sua avaliação, em consonância com a entrevistada 9, que levou a esse resultado:

Na minha opinião, foi o poder público, né, cara, o dinheiro comprou mais. Chega lá com dinheiro pra comprar sua casa lá, dão dinheiro na conta da pessoa, a pessoa pega, sai e aí? [...] O pessoal compra lá em tal lugar lá, morreu o assunto. Saiu dali, a máquina passou. E aí? Aluguel pra quê? Nós tamo lutando até agora nosso pedaço lá em

baixo. Até agora nada. Chega lá com os papel tudo pronto lá quando vê...

Tecendo elogios ao movimento, a entrevistada 9 apontou alguns recursos disponibilizados:

E esse Chave por Chave, na época, eles foram bem legal. Foram bem legal. Tinha psicóloga, tinha assistente social, tinha uma equipe de umas pessoas. Eles vieram, se empenharam, se empenharam bastante. Mas com muita pressão...

O movimento Chave por Chave teve seu reconhecimento pela entrevistada: “Eles se empenharam de um lado, mas o dinheiro do outro lado...”. Nos chama atenção que entre todas as entrevistas apenas os moradores que participaram do Movimento Chave por Chave relataram existir algum tipo de apoio psicológico, não havendo nenhum relato de algum amparo semelhante por parte do poder público.

As manifestações dos entrevistados que compunham o movimento foram expressas acerca da desigual correlação de forças que existia naquele momento, no qual o município alinhado com o grupo antagônico lançava mão de diversas estratégias de coerção para enfraquecer a iniciativa do grupo divergente. A liberação de recursos para os chamados bônus-moradia articulado com pressões psicológicas que transcendiam para ações no campo da coerção e intimidação nos parecem comporem algumas das principais causas de enfraquecimento do movimento Chave por Chave e por consequência sua deterioração.

No presente sub-capítulo, as respostas dos entrevistados sugeriram algumas categorias que podemos elencar algumas categorias semânticas (Bardin, 2011): vii) partidos políticos identificados a um grupo; viii) reconhecimento da disputa entre os grupos e ix) a resistência em tratar sobre as referidas disputas. Tais enunciações podemos identificar como unidades de registro como mencionou Bardin, e que dialogou diretamente com o nosso problema de pesquisa.

As dinâmicas que permearam as disputas e tensões entre os grupos já mencionados, e de forma muito exemplificativa mencionadas pelos entrevistados, nos parece relacionar-se diretamente com uma variável teórica

apresentada no capítulo II, qual seja, a mobilização de recursos, como condição fundamental para o engajamento político na luta por direitos. Como bem apresentado no referido capítulo, essa tradição teórica dá ênfase à necessidade de disponibilização de recursos, como a questão pecuniária, a logística, bem como os espaços associativos como condições objetivas que contribuem diretamente para a articulação e mobilização dos atores. Sem essas possibilidades estruturais as iniciativas ficam prejudicadas.

O cotejo das entrevistas nos parece apresentar uma assertiva relevante em relação à mencionada tradição teórica, na medida em que o grupo que tinha alinhamento com a municipalidade além de contar com espaços associativos no território, também contou os recursos pecuniários que o poder público disponibilizou para que a sua articulação tivesse sucesso, e a *contrario sensu*, para que o Movimento Chave por Chave restasse esvaziado justamente pela falta de alternativas que dessem sustentação à mobilização das famílias que compunham o movimento. O leitor da presente tese poderia questionar-se acerca de eventual necessidade de entrevista dos líderes comunitários envolvidos nas disputas dos grupos. Todavia, buscamos justamente apresentar a perspectiva dos membros das famílias vítimas dos desalojamentos forçados articulada com as categorias de nossa dissertação de mestrado que justamente deu enfoque nos líderes comunitários que desempenham algum papel ativo em suas comunidades.

Não menos importante foram os aspectos reveladores das entrevistas que dialogam diretamente com algumas categorias que trabalhamos na dissertação de mestrado e que apresentamos no capítulo II. Os entrevistados não deixaram dúvidas sobre as profundas disputas que estiveram presentes durante o período de remoção forçada das famílias do território. Nesse ponto, buscamos o que Bardin nomeia como variável inferida - uma perspectiva explicativa do fenômeno em estudo - a categoria do personalismo que nos pareceu estar presente com razoável consistência nas entrevistas, na medida em que os líderes comunitários que compunham e articulavam os grupos pareciam buscar constantemente um protagonismo que os colocasse em evidência perante todo o cenário conturbado da época no território. Inclusive, durante as entrevistas, as pessoas relacionaram cada grupo a determinados

líderes comunitários que cotidianamente atuavam em lados opostos na política institucional/partidária.

Outra dimensão elencada em nosso capítulo teórico e que apresentou convergência com o material empírico foi a aversão ao risco da mobilização. Esse referencial teórico podemos observar a partir do momento em que as pessoas vinculadas ao Movimento Chave por Chave começaram a sofrer assédios e coerções pelo poder público para abandonarem suas residências. Como mencionado pelos entrevistados, desde o oferecimento de recursos financeiros, através de instrumentos como o bônus-moradia e aluguel social, até pressões psicológicas e ameaças compuseram o rol de movimentos por parte do Estado para constranger as famílias. Nessa senda, a escolha racional balizada pelo instinto de sobrevivência levou as pessoas a cederem e sucumbirem aos movimentos de seu algoz que contava ainda com o apoio do grupo que rivalizava com o Chave por Chave.

Se por um lado em nossa pesquisa de mestrado buscamos diretamente os líderes comunitários para produção de material empírico a partir do objeto em estudo, na presente tese os referidos militantes surgiram pelas manifestações e visões dos entrevistados. Ou seja, no presente trabalho temos a oportunidade de promover uma espécie de cruzamento cognitivo que viabiliza o cotejo do fenômeno social a partir de atores que atuam diretamente no campo de pesquisa e surgem na pesquisa por .

As próprias desconfianças e aparentes individualismos produzidos por esses líderes denotam a contradição em relação ao seus interesses em ajudar as comunidades onde atuam. Trouxemos uma centralidade na análise dos líderes comunitários pela relevância desses atores que podemos observar nas entrevistas. E justamente pelo foco de nossa pesquisa nas famílias onde atuam aqueles atores, a sua abordagem igualmente nos pareceu inevitável.

Além dos referidos grupos em disputa, as entrevistas revelaram também um terceiro grupo menor que simplesmente estava à margem de todos os processos de articulações e composição dos movimentos. Eram moradores que não participaram de nenhuma reunião, e muitas vezes sequer tinham conhecimento do que estava ocorrendo em relação ao processo de remoção das famílias. Sob diversos motivos diferentes, essas pessoas não tiveram participação alguma na relação com o poder público, tampouco com os grupos

organizados que estavam em conflito pelos encaminhamentos acerca do método de retirada das famílias.

Perguntada sobre as reuniões que ocorriam no território, a entrevistada 3 chegou até mesmo a negar os encontros reconhecendo apenas o contato que teve com a municipalidade:

Não, nunca teve reunião. Eles mandaram a gente procurar uma casa pra alugar. Eu procurei tudo, entrei para morar e nunca fui numa reunião. Atrasava, inclusive atrasava os aluguel do aluguel social, tinha meses que passava três, quatro meses sem pagar o aluguel.

Questionada se teria sido chamada por alguém da comunidade para tratar da sua remoção foi taxativa: “Não. Nunca fui... Nunca fui chamada. (...) Não. Nunca ninguém chegou dizendo que ia ter reunião amanhã sobre a residência. Nada disso”. Na entrevista 5, o morador se manifestou sobre sua participação nas reuniões “Não, eu não participei”. A entrevistada 6 demonstrou o seu total desconhecimento sobre os movimentos que ocorriam no local: “Não fui informada e se alguém sabia ninguém me informou”.

Demonstrando incredulidade com a situação de despejo forçado, bem como o afastamento de qualquer movimento na comunidade, a entrevista 10 foi taxativa: “Não, simplesmente vieram com um abaixo-assinado dizendo que a gente tinha que sair. Como é que é?”.

Embora tenham sido igualmente afetados pelas remoções forçadas, os aludidos entrevistados demonstraram estarem completamente alijados das articulações que aconteciam na comunidade e que buscavam distintas soluções para toda a situação. Os motivos apresentados restaram via de regra inseridos na ordem lógica mais pragmática possível, como desde compromissos laborais até questões de natureza mais genéricas como a falta de tempo.

As análises apresentadas de forma alguma buscaram esgotar o conteúdo empírico, mas trazer algumas perspectivas a partir da lacuna empírica que buscamos apontar e enfrentar balizados justamente na metodologia social que contempla a captura da maior riqueza possível das entrevistadas, ancoradas no escopo teórico que dialoga diretamente com nossa análise do conteúdo.

O campo das humanidades não comporta abordagens científicas marcadas por uma busca da compreensão totalizante da realidade e suas variáveis constitutivas, mas perspectivas e contribuições que possam aprofundar os debates e construções do conhecimento.

Essa perspectiva, entendemos, proporciona uma marca indelével em nossa pesquisa: a noção de que não procuramos esgotar o cenário das dinâmicas que constituem os movimentos de luta contra as remoções forçadas em bairros populares por conta de grandes obras públicas de natureza viária nas cidades, mas contribuir no estudo do referido cenário a partir de variáveis que não estão presentes nas literaturas correlatas, conforme exaustivamente demonstrado no capítulo I.

Buscamos no presente subcapítulo apresentar as dinâmicas que marcaram a relação entre os grupos, suas disputas e tensões. Esse desvelamento propiciou uma melhor inteligibilidade sobre o “final da história”, tendo em vista que os resultados são consequências de variáveis constitutivas de sua formação.

4.3 O DESFECHO DAS HISTÓRIAS

No primeiro subcapítulo buscamos abordar as relações sociais e familiares dos entrevistados, assim como o contexto no qual se deu às remoções, a forma como foram abordados pelo poder público durante o processo das remoções.

No segundo subcapítulo trouxemos os grupos que atuaram em disputa para o desfecho das remoções, bem como o funcionamento da lógica que permeou a relação entre eles de forma dialógica com as abordagens teóricas do capítulo II.

Percorrido esse caminho descritivo e analítico, no presente subcapítulo apresentaremos o processo dos desalojamentos dos entrevistados, ou seja, como ocorreu a realocação dessas pessoas e qual o desfecho dos grupos que atuaram em disputa no território, bem como das pessoas entrevistadas.

A entrevistada 2 elenca os destinos de várias famílias que foram obrigadas a residir nos mais variados municípios e até estado:

Aí muitos vieram morar em Viamão, outros ficaram de aluguel, outros foram morar em Santa Catarina, outros pra Canoas, aí foi dividindo os lugares. E quem ficou de aluguel social, que optou pra isso, até agora tem gente lá ainda, não sei o que resolveram, mas eu demorei de 2012 a 2016, foi bastante tempo pra achar uma casa, eu e minha filha viemos morar juntas.

Demonstrando as agruras sofridas nas novas localidades que os moradores foram residir, a entrevistada lembrou: “Teve uma moradora da minha vila que eles queriam colocar ela lá no Humaitá que as pessoas foram pra lá e os bandidos correram eles, né?”. Ainda elencou as dificuldades para sair da comunidade devido ao vínculo escolar de seu neto:

Eu tive que ficar um ano e pouco na, na minha vila ainda depois por causa do meu neto que os 6 anos pro primeiro ano e ele tava lá nos 6 anos no primeiro ano e eu tive que esperar o ano inteiro pra ele terminar e vim pra cá pra gente poder... ãã, inscrever ele na escola daqui. Aqui só pegavam com 7.

Na entrevista 3, a moradora menciona o imenso período de praticamente seis anos que ficou no aluguel social e a compra recente de sua casa em Porto Alegre: “Dali eu saí em 2014 para o aluguel social. Aqui eu comprei agora em 2020. Mas todo esse período eu fiquei no aluguel social”. A mesma ainda cita o caso de sua familiar que se obrigou a judicializar a situação para buscar uma solução definitiva: “Tem agora o caso da sogra da minha filha, que agora eles tiveram que colocar na Justiça pra receber, e eles moram ali na, na... em Teresópolis ali”.

O entrevistado 4 revela a dificuldade que vive sem receber nem mesmo aluguel social:

Na realidade, pra mim, foi ruim porque eu tinha a minha casa, hoje eu moro de favor, então, o que eles trataram comigo eles nunca cumpriram, então, pra mim, foi ruim porque ali eu tinha a minha família perto, eu tinha meus irmãos perto, tinha todo mundo perto, hoje estou distante de todo mundo.

Já o entrevistado 5 manifestou-se pelo recebimento do bônus moradia: “Isso. Inclusive eu recebi”.

As imensas dificuldades para encontrar e permanecer em uma casa através do aluguel social, para esperar as construções populares, foi relatada pela moradora na entrevista 6:

Foi bem difícil conseguir uma casa, daí a casa que a gente conseguiu era um quarto, uma sala, uma cozinha. E daí a gente ajustou ela, pegou uma área aberta e fez uma cozinha. E da cozinha, a gente fez um quarto pro menino e pra menina (funga). Próximo ali. Depois dali, a gente se mudou novamente pra outra casa de aluguel e assim a gente foi indo. Esta já é a terceira casa.

A entrevistada 7 demonstrando grande desconforto descreveu os imensos transtornos pela casa adquirida em Porto Alegre através do bônus moradia:

Aí tive que me mudar, daí carreguei minhas coisas no caminhão e vim me embora, né, daí vim morar aqui, que hoje estou me incomodando com a questão da luz, que logo que vim pra cá falei que precisava da escritura do terreno, né, pra mim ir na CEEE, né, pegar e passar a luz para o meu nome, a mulher disse que era só pra ligar a chave, a CEEE veio aqui e cortou minha luz, fiquei um tempão sem luz e nada do DEMHAB liberar a escritura do terreno.

A burocracia estatal causou os mais variados transtornos até mesmo depois da aquisição dos imóveis através do bônus moradia, conforme mencionado pela entrevistada 7 que chegou a permanecer sem energia elétrica em sua nova residência devido a demora do poder público em liberar o documento de propriedade para regularização junto à concessionária de energia elétrica.

Depois de anos tentando definir a sua situação, a entrevistada 7 teve êxito na compra de sua casa no município de Viamão/RS:

[...] Eu não acho nada mais do que justo eles ter pago a casa porque a gente ficou mais de três, quatro anos praticamente como se fosse bolinha de pingue-pongue, é uma... eu acho muito desumano. É difícil falar até assim porque com criança, eu tinha um bebezinho, meu filho tinha meses.

Na entrevista 9, a participante falou sobre a dispersão das famílias: “Uns já foram indo embora. Aí o pessoal enlouqueceu, acho que debandou pra praia”. A mesma ainda exemplifica as dificuldades vivenciadas pela sua filha que durante um ano tentou vencer a burocracia da municipalidade para adquirir a sua casa, mas devido ao longo período de espera o proprietário do imóvel acabou desistindo da venda.

Dando um exemplo de resiliência, a moradora demonstrou sua convicção em resolver a flagrante violação de direitos: “Então a gente vai esperar agora, até o fim. Eu vou esperar pra ver agora. Se a gente achar uma casa, e vamo ver. Porque meu sonho era ter pátio grande, casa”.

De acordo com a menção da entrevistada anterior, na entrevista 10, a moradora indicou a compra do seu imóvel no litoral: “Aqui a gente saiu com ordem judicial. Dessa casa aqui, a gente comprou na praia”.

O entrevistado 12, de forma irresignada, descreve a luta que vive para buscar uma solução para sua casa própria: “Nós tamo lutando até agora nosso pedaço lá em baixo. Até agora nada. Chega lá com os papel tudo pronto lá quando vê...”. O mesmo ainda indicou a situação dramática que vivenciou pela expulsão de sua casa que sofreu devido a realidade das facções do tráfico de drogas no território:

[...] Fizeram a gente sair pra gente ir pra um lugar que a gente nem conhecia, tanto que hoje os vagabundo tomaram conta da casa e a gente não pode entrar na casa, a gente não pode voltar para casa que a gente comprou, é nossa por lei, como é que a gente vai pagar imposto de uma casa que tem outras pessoas morando? Entendeu?.

De forma exaustiva demonstramos um emaranhado de rupturas em relação aos direitos dos moradores que sofreram as remoções forçadas e desde os primeiros contatos até os presentes dias muitos vivem em uma absoluta indefinição acerca de seu futuro relacionado ao direito constitucional à moradia agravado pelo caso concreto de terem perdidos suas residências pelo suposto “interesse público”.

Apresentados os desdobramentos em relação às situações dos entrevistados, nos parece igualmente relevante tecer considerações acerca dos desfecho dos grupos que estiveram em disputa e tensões no auge do período de desalojamento das famílias.

Com a prevalência do grupo que tinha alinhamento com o poder público ocorreu uma gradual e espécie de desidratação do outro grupo então denominado Chave por Chave. Com a consolidação da lógica dos aluguéis sociais para as famílias que iriam aguardar a construção das habitações populares, naturalmente o movimento em sentido contrário sofreu uma dispersão de seus líderes, inclusive, das famílias que compunham o movimento

e gradualmente foram cedendo, ao que tudo indica por falta de alternativa, à lógica do outro grupo.

A própria procura pelos bônus moradia acabou sendo uma opção mais pragmática para as famílias que compunham o movimento Chave por Chave e viram sucumbir qualquer possibilidade de sucesso em relação ao objetivo das construções das habitações populares. Justamente acerca do enfraquecimento do referido grupo, o entrevistado 12 mencionou como causa: “Na minha opinião, foi o poder público, né, cara, o dinheiro comprou mais. Chega lá com dinheiro pra comprar sua casa lá, dão dinheiro na conta da pessoa, a pessoa pega, sai e aí?”. Nesse sentido, o poder de dissuasão estatal representado pela coerção articulada com os recursos pecuniários pareceu ser fatores importantes de desequilíbrio na disputa entre os referidos grupos.

Como os dois grupos continham lideranças comunitárias articulando os movimentos, muitos desses atores permanecem no território atuando de acordo com seus interesses e postulações. As tensões vividas praticamente inexistem na contemporaneidade e a convivência é um imperativo da realidade para quem reside nos mesmos territórios com predisposição para fazer a militância comunitária. As diversas pautas que atravessam a vida das comunidades faz com que muitos atores que estavam em disputa naquele momento histórico hoje dividam determinados espaços de atuação, o que não significa necessariamente um alinhamento significativo, mas eventuais posições orientadas pelas mais diversas motivações.

Todo esse campo de análise interno dos movimentos que ocorreram durante os desalojamentos das famílias na Av. Moab Caldas e arredores ratifica a lacuna empírica apresentada na presente tese e reitera a relevância de nossa pesquisa, haja vista que buscou um aprofundamento investigativo e científico sobre as dimensões empíricas que a literatura relacionada não havia adentrado.

Independentemente dos objetivos de cada grupo, nos parece evidente a profunda relevância e consequência que tiveram as disputas entre eles para o futuro das famílias desalojadas pelas remoções compulsórias. E exatamente pelo papel central que ocupou a relação entre os grupos, podemos concluir pela imprescindibilidade do aprofundamento das análises internas dos movimentos de luta popular em contexto de violação de direitos.

5 CONCLUSÕES

Chegamos ao capítulo final de nosso trabalho de pesquisa, no qual apresentaremos algumas conclusões alicerçadas em toda construção cognitiva que nos foi possível produzir a partir dos desafios estabelecidos.

Como reiteramos ao longo do trabalho, e ancorados na metodologia escolhida, não buscamos de forma alguma esgotar ou mesmo responder de forma totalizante eventuais perguntas que buscam investigar as complexidades da realidade, comumente fenômenos sociais ligados a contexto de violação de direitos que geram tensões e articulações na sociedade. Nesse sentido, os fatos narrados pelos entrevistados são versões parciais da realidade, e, que, portanto, o próprio trabalho em si representa apenas uma perspectiva cognitiva do fenômeno em estudo.

No campo das pesquisas científicas, notadamente no campo da ciências sociais, a produção do conhecimento adquire uma característica de frágil perenidade e constante movimento. Mais do que as respostas, as perguntas e as irresignações compõem a essencialidade do avanço científico. Tais compreensões adquirem contornos ainda mais relevantes em sociedades complexas como a brasileira, dessa forma, a lucidez na produção científica contribui para manter uma “porta sempre aberta” no que se refere a novas interpretações e revisitações epistemológicas em relação aos objetos em estudo.

Como elencamos no aporte teórico, a violação de direitos constitui uma marca indelével de nossa sociedade. As estratégias de acumulação de poder e riquezas por parte das classes dirigentes sempre gozou de grande sucesso. Não por acaso o Estado sempre representou um dos instrumentos mais ferozes de opressão das classes populares. Por sua vez, a sofisticação das táticas empregadas no processo de espoliação representou historicamente um obstáculo quase intransponível para superação das chagas sociais. As retóricas voltadas à construção da igualdade sempre presentes na agenda da sociedade e do Estado compõem uma permanente cortina de fumaça para desfocar de seus interesses sempre escusos, e principalmente para manutenção do *status quo*.

É nesse caldeirão de relações sociais desiguais e relevantes contradições que se localiza o campo empírico que dá azo a nossa pesquisa. A violação de direitos, aqui relacionada ao direito à habitação, representou a produção de danos às esferas mais íntimas dos cidadãos até os danos de natureza patrimonial, bem como enunciou uma realidade local - certamente não exclusiva - de relações e disputas que estiveram presentes ao longo do período de retirada compulsória das famílias atingidas pelas chamadas obras da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

As tensões ocorridas se deram no marco de atuações em espaços associativos das comunidades, assim como locais que eram destinados para reuniões dos mais variados assuntos. Esse fato repercutiu em nossa busca pelos marcos teóricos que melhor dialogassem com nossa pesquisa. Por isso, optamos pela teoria da mobilização de recursos, tendo em vista que para essa tradição as condições para mobilização estão relacionadas diretamente com o nível de disponibilização de recursos necessários para tanto. Desde questões estruturais até possibilidades pecuniárias encontram-se no campo de variáveis relevantes que conduzem ao engajamento.

Se entendermos os recursos como os espaços nos quais as articulações restam em tese favorecidas, podemos reconhecer uma relação direta desses recursos com os espaços associativos já mencionados. Os grupos em disputa aproveitaram os recursos logísticos que detinham para buscarem dar musculatura aos seus movimentos: reuniões ocorriam em determinados espaços de acordo com o grupo que estava organizando. Nitidamente observamos uma tentativa de articulação de recursos de infraestrutura por cada grupo para aumentar a articulação com as famílias e interferir na correlação de forças com intuito de atenderem seus interesses.

O conteúdo das entrevistas somado às nossas observações no campo de pesquisa vislumbraram o quão decisivo representou para o desfecho das disputas entre os grupos as disponibilidades de condições de ordem pragmática para o engajamento das famílias. Além dos espaços associativos, o grupo que tinha alinhamento com o poder público detinha a possibilidade de mediar o recebimento de recursos pecuniários por parte dos desalojados. Os bônus moradia e os aluguéis sociais se tornaram poderosos instrumentos de convencimento e dissuasão, somado aos assédios e coerções que foram

amplamente relatados nas entrevistas, inclusive com a mobilização do braço armado do Estado.

Conforme reconhecido pelos próprios entrevistados que faziam parte do movimento Movimento Chave por Chave, a pouca expectativa por resultados, somado aos fatores já mencionados acabou tendo um efeito fulminante no movimento, tendo como corolário a consolidação da hegemonia do grupo concorrente. Tamanha cisão dos grupos, que abordá-la durante as entrevistas foi um desafio devido ao evidente desconforto dos participantes, e alguns nitidamente buscaram temporizar as animosidades ocorridas, aparentemente buscando evitar qualquer colocação que os colocassem alguma situação de constrangimento com seus pares.

Se por um lado partimos da premissa de que a teoria da mobilização de recursos seria de grande relevância para nossa pesquisa, tampouco compreendemos ela como suficiente para o nosso aporte teórico. Logo, buscamos complementá-lo a partir de uma abordagem histórica/cultural amparada na compreensão analítica de como se constituiu ao longo do tempo o conceito de cidadania, bem como a própria sociedade brasileira.

Conforme amplamente exposto no capítulo II, a sociedade brasileira foi construída sob marcos que dão sustentação para as relações sociais. O fenômeno da concertação, dos acordos entre as elites esteve sempre presente em nosso país. Praticamente inexitem momentos de rupturas políticas e de valores. A hegemonia do poder sempre esteve nas mesmas mãos e representou uma realidade inabalável. Nem mesmo após um longo período de exceção (1964-1985) foi possível retomar a democracia sob referenciais valorativos inovadores. Idiosincrasias históricas que representam e constituem em razoável medida a base de sustentação da sociedade como conhecemos. Logo, o entendimento do funcionamento de uma sociedade passa também pela investigação das condições pelas quais se identifica o nível de inserção do indivíduo como sujeito de direitos. Para tanto, os desdobramentos históricos que construíram o mundo ocidental foram balizados pelo nível de reconhecimento do indivíduo como cidadão.

O conceito e compreensão de cidadania sofreu inúmeras alterações ao longo da história. Teve tanto momentos de evolução quanto de involução, sempre talhado pelas relações de opressão e desigualdade. O entendimento

contemporâneo do conceito de cidadania ampliou o seu campo de abrangência: se a condição inicial de cidadania restringia-se basicamente aos direitos políticos, a atualização hoje avançou para os direitos sociais, como por exemplo o direito à habitação.

Ocorre, como já mencionamos, que existe uma distância lunar entre as próprias construções normativas e sua efetivação. O escopo do fenômeno estudado em nosso trabalho evidencia nesse sentido: mesmo sob a égide de uma Carta Constitucional, inclusive conhecida como “Constituição Cidadã” que tutela expressamente o direito à moradia e a dignidade da pessoa humana, a realidade é absolutamente diversa. As flagrantes e frequentes violações das populações mais vulneráveis demonstram uma realidade incontestável, assim como a pertinência da perspectiva teórica dos autores que advogam pela garantia e efetivação dos direitos a partir da necessária organização, articulação e luta política. Essa concepção representa um conceito de cidadania extremamente arrojado e atualizado a partir dos próprios acúmulos históricos de concepção da cidadania.

Todavia, mesmo com uma evolução do conceito, a plena aplicação na prática ainda representa um imenso desafio, principalmente em países que tem como marca indelével o acúmulo de riquezas nas mãos de uma estrita e reacionária minoria detentora dos rumos do país, e que não abre mão da lógica da opressão. À luz da produção da presente pesquisa, podemos constatar a permanente inoperância das leis na proteção dos mais fragilizados, assim como as complexidades e contradições que sustentam essa realidade e contribuem para sua manutenção. Essa perene situação histórica de vilipêndio de direitos, não garante necessariamente uma lógica de unidade para o enfrentamento das mazelas sociais, mas muitas vezes, pelo contrário, contribui para uma clivagem social que mitiga ou mesmo inviabiliza o acesso à plenitude de direitos.

As disputas entre os grupos sinalizaram com significativa precisão a complexidade dos ambientes sociais em relação a aplicação dos direitos, bem como a efetivação da condição de cidadania. Conflitos, tensões e interesses diversos, nos parece, dificultaram as condições para a efetivação dos direitos das famílias desalojadas. As entrevistas foram reveladoras. Grande parte das respostas foram no sentido de que não havia o que ser feito, e a saída era

submeter-se às determinações da municipalidade e atuar em uma espécie de política de redução de danos. Na prática, a cidadania para essas pessoas orbita entre ter o mínimo existencial, como uma casa própria e alimentação em uma lógica de sobrevivência.

Não por acaso a epígrafe de nosso trabalho representa grande parte da compreensão dos entrevistados em relação à sua condição de cidadania. Mesmo entre aquelas pessoas que se dispuseram a lutar pelas moradias prevaleceu o entendimento da supremacia estatal na perspectiva da correlação desigual de forças como pressuposto para o desfecho de acordo com os interesses da municipalidade.

O valor do material produzido foi relevante na medida em que poderíamos trabalhar nas mais diversas abordagens, e, por consequência, com conclusões distintas. Todavia, o foco do nosso trabalho nos orientou para o apanhado que contribuísse para a consistência amparada nas evidências desveladas. Com esse entendimento procuramos oferecer ao leitor uma tese e um texto sobre um cenário comum de violações e resistências relacionado às remoções forçadas pela ação do Estado, mas com um nível de aprofundamento sobre as dinâmicas e relações internas que ainda não haviam sido investigadas pela literatura afim. Nesse sentido, no capítulo IV que tratou da análise do conteúdo foi possível evidenciar a lacuna empírica que constituiu o cerne de nosso trabalho, ou seja, a nossa pergunta de pesquisa. O imbricamento entre o cotejo das entrevistas e os acúmulos do pesquisador possibilitou uma melhor consolidação dos resultados, na medida em que as reações, respostas e silêncio dos participantes puderam ser objeto de análise dentro de um contexto mais amplo de compreensão.

Em uma sociedade com os contornos de profunda desigualdade e violência contra os mais vulneráveis, vivemos um paradoxo: a opressão como vetor de exclusão e a sustentação da compreensão de imutabilidade da realidade no que se refere à perene violação de direitos que contribui para a manutenção da correlação de forças que atua como premissa das referidas opressões. Todavia, os exemplos empíricos de resistência e organização popular dão fôlego e embasamento à perspectiva de mudança do estado das coisas no sentido da efetividade do conceito de cidadania representado no

pleno acesso à dignidade da pessoa humana, conforme preceitua a Constituição Federal promulgada em 1988.

Embora a análise do material empírico tenha respondido a nossa pergunta de pesquisa relacionada à existência da lacuna empírica que em seu escopo traduziu-se pela ocorrência de tensões e disputas entre grupos distintos durante o processo de remoções das famílias da Av. Moab Caldas e arredores, não podemos abstrair a relevância dos movimentos que ocorreram e evidenciaram as contradições características de uma sociedade marcada notadamente pelas estratégias de acúmulo de riquezas nas mãos de uma minoria historicamente privilegiada.

Outrossim, nos parece relevante apontar uma possível limitação da presente pesquisa relacionada ao número de participantes das entrevistas que em uma situação mais adequada poderia representar um número maior de pessoas envolvidas. Entretanto, como bem delineado no capítulo da metodologia, não foram poucas as dificuldades para encontrar as pessoas que sofreram os desalojamentos forçados, uma vez que se dispersaram não apenas pela capital, mas também para outros municípios, e praticamente foi possível encontrá-las justamente pela proximidade do pesquisador com o campo de pesquisa. Como mencionado no trabalho, buscamos também o poder público através do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB) para fins tentar encontrar mais moradores, mas restou infrutífera nossa tentativa sob o argumento do poder público de que não poderia repassar informações pessoais das famílias desalojadas. Arguimos ao representante da pasta que se tratava de uma pesquisa acadêmica com fins científicos, e que as pessoas não seriam identificadas no trabalho, e mesmo assim, não obtivemos sucesso.

Todavia, o nosso nível de proximidade com o objeto de pesquisa por anos nos possibilitou um grau importante de informações e observações, bem como a constatação da recorrência das respostas nos conduziu ao entendimento pela suficiência do número de entrevistas.

Por derradeiro, reiteramos, para além da contribuição teórica do presente trabalho no que tange às dinâmicas internas dos movimentos populares de luta contra a violação de direitos, como variáveis de influência das condições de mobilização e engajamento, o nosso interesse em enfrentar uma

das faces mais estratégicas e consolidantes da manutenção das desigualdades: a invisibilização das violências estatais contra os oprimidos.

Nessa senda, entendemos como papel fundante da academia a necessária disposição para a produção de conhecimento dentro dos marcos da compreensão acerca da necessidade do avanço civilizatório em direção a uma sociedade e Estado que atuem na medida necessária para uma inclusão efetiva do cidadão na plenitude de seus direitos. Para o amplo desempenho da academia nesse papel é preciso avançar para além dos muros da Universidade em um movimento marcado pela perenidade da ação que coloque lado a lado os espaços acadêmicos e as camadas da população mais vulnerável dentro de uma lógica de aprendizado recíproco e construtivo. Essa articulação possivelmente representará um avanço para todos, comumente o pensar sobre uma outra forma de sociedade na qual os direitos não sejam apenas um discurso formal do establishment, mas um efetivo dado da realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. S. de; FERREIRA, I. G. **Conflitos sociais urbanos no início do século XXI**: Jornadas de Junho e remoções para megaeventos no município do Rio de Janeiro. In: Revista Mundo Livre, Campos dos Goytacazes, v. 3, n. 1, p. 19-32, jan/jul 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/39934/23008>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>. Acesso em: 17 abr. 2021.

ARAUJO, Gabrielle Oliveira de. **Conflitos urbanos e a Copa 2014: a luta do Comitê da Copa de Porto Alegre pelo direito à moradia**. Enfoques, v. 13, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/188/174>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 7. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, C. Chave por Chave: sem casa nova, ninguém arreda o pé. **Pública, Agência de Jornalismo Informativo**, 5 fev. 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/02/chave-por-chave-porto-alegre-copa-2014/>. Acesso em: 4 out. 2021.

BOGADO, D. **Memória popular**: dispositivo de luta pelo direito à habitação: os casos da comunidade Vila Autódromo (Rio de Janeiro) e bairro 6 de Maio (Amadora). Centro de Estudos Geográficos: Finisterra, 2020, pp. 127-140. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/19481>. Acesso em: 3 set. 2021.

BLOCO DE LUTA E COMITÊ POPULAR DA COPA NA VILA CRUZEIRO. Porto Alegre: Catarse Coletivo de Comunicação, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FS_f_sRUX9I. Acesso em: 15 jul 2022.

BRUM, M. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, n. 29, jan/jun, 2013, pp. 179-207. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256740008.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DAMASCENO, M. O. **Entre ruínas e resistências**: (r)emoções em Porto Alegre de 2013 a 2015. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/180102>. Acesso em: 23 ago. 2021.

ENTRESONHOS. Direção: Calvin Da Cas Furtado. Produção: Calvin Da Cas Furtado, Ronaldo Souza. Porto Alegre, Instituto Cultural Padre Josimo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8NWkw-jgVwc>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019. **Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em: 3 out. 2021.

GALIZA, H. R. dos S.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. da. **Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro**: do século XIX ao XXI. In: Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/888/1/MD007%20-%20GALIZA%20Helena%2c%20VAZ%20Lilian%2c%20SILVA%20Maria%20LAis%20-%20grandes%20eventos%20obras%20e%20remocoes%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro%20do%20seculo%20xix%20ao%20xxi.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GARCIA, D. Quase metade dos domicílios brasileiros não têm acesso a rede de esgoto. **Folha de São Paulo**, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/quase-metade-dos-domicilios-brasileiros-nao-tem-acesso-a-rede-de-esgoto.shtml>. Acesso em: 3 out. 2021.

GIL, C. Z. de V.; PACIEVITCH, C.; WOBETO, D.; SANTOS, S. F. dos. O Observatório do cotidiano: memórias da Vila Dique 2015. **Revista da Extensão/UFRGS**, n. 14, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revext/article/view/92753>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GONÇALVES, R. S.; VALE, J. do. Remoções e megaeventos no Rio de Janeiro: a luta de resistência dos moradores da Vila Autódromo. EDUFMA: **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n.1, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11931>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GUTERREZ, A. dos S. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações

junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114459>. Acesso em: 4 out. 2021.

GRONDIN, M.; VIEZZER, M. **O maior genocídio da história da humanidade**: mais de 70 milhões de vítimas entre os povos originários das Américas. Toledo: GFM Gráfica e Editora, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. **IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 3 out. 2021.

LIBÂNIO, C. de A. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. Dossiê: planejamento urbano e regional: percursos e desafios. **Cad. Metrópole**, v. 18, n. 37, set/dez 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3707>. Acesso em: 21 ago. 2021.

LIMA, E. L. V. de. Por trás da vitrine de um megaevento: remoções, despejos e reassentamento de comunidades. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 13, n. 3, dez/2018, p. 253 – 275.

MAGALHÃES, A.. A “lógica da intervenção” e a questão da circulação: As remoções de favelas como forma de gerir o espaço urbano no Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos. **Tempos soc.**, v. 32, n. 2, mai/ago 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.143694>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. N. (edit.). **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. 9. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

MCCARTHY, J. **Constraints and opportunities in adopting, adapting, and inventing**. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. N. (edit.). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. 9. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.

MELO, E. S. O. de; GAFFNEY, C. Megaeventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos. **Revista Proposta**, n. 121, FASE, 2010. Disponível em:

https://www.academia.edu/4642720/Mega_eventos_esportivos_no_Brasil_uma_perspectiva_sobre_futuras_transforma%C3%A7%C3%B5es_e_conflitos_urbanos. Acesso em: 2 set. 2021.

MEINERZ, C.; ESTEVES, J.; PETRI, J. D.; ADRIANI, R. **Vila Tronco**: uma história de lutas. Porto Alegre: Centro de Assessoria Multiprofissional, Projeto Memória Popular, dez. 1991.

MESOMO, J. F. **Cotidiano em suspenso**: remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115817>. Acesso em: 4 out. 2021.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015a.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 34.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2015b.

MORRO SANTA TERESA: DA RESISTÊNCIA ÀS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA. Porto Alegre: Agência Pública, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aEziy3AKzkk>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MOTTA, L. D. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. In: Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=j6iTu18AAAAJ&citation_for_view=j6iTu18AAAAJ:UeHWp8X0CEIC. Acesso em: 20 ago. 2021.

NEGREIROS, F. A. **Uma análise do papel de líderes comunitários, a partir de seus discursos, em face da desmobilização política de suas comunidades**. Dissertação de mestrado, 2019. UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/204456>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NUNES, J. **Remoções em foco**: políticas públicas para as favelas cariocas em tempo de megaeventos. In: VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2012, São Paulo. Gestão Social: mobilizações e conexões. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/861>. Acesso em: 21 ago. 2021.

OLIVEIRA, N. S. de. A relação cidade-raça-capital no espaço urbano carioca: uma análise das remoções no período preparatório para os megaeventos

esportivos. **Geo UERJ**, n. 36, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48408>. Acesso em: 24 ago. 2021.

OS ESTRANGEIROS DA VILA TRONCO. Direção: Gabriela Féres. Produção: Gabriela Féres, Luis Carlos Silva, Marcelo Coelho de Souza e Victória Venturella. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q17yBd0-VEI>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PAIVA, L. R.; MEDEIROS, M. G. P.; ÁLVARES, L. M. C. **O paradigma neoliberal e os megaeventos: como a copa e as olimpíadas servem à produção de cidades mais excludentes no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/110/1/IU008>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PORTO ALEGRE. Lei complementar nº 636, de 13 de janeiro de LEI COMPLEMENTAR Nº 636, DE 13 DE JANEIRO DE 2010. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 13 jan. 2010. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030879.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=T EXT>. Acesso em: 4 out. 2021.

REZENDE FILHO, C. de B.; CÂMARA NETO, I. de A. **A evolução do conceito de cidadania**. Revista de Ciências Humanas da UNITAU, v. 7, n. 2, 2001.

SANTOS, W. G. dos. **Horizonte do desejo: Instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SASTRE, P. M. Vila Autódromo, a comunidade que venceu os Jogos Olímpicos. **El País**, 26 jul. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/25/politica/1469450857_996933.html. Acesso em: 20 ago. 2021.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte dela resistencia**. Discursos ocultos. Cidade do México: Edições Era, 2000.

SILVA, G. C. da, PORTELLA, A. e PEREIRA, G. da S. **O legado de megaeventos esportivos e a contextualização das remoções**. In: Revista Projetar, v. 1, n. 2, set 2017, pp. 81-91. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16651/11116>. Acesso em: 22 ago. 2021.

TERMINSKI, B. **Development-induced displacement and resettlement: causes, consequences and social-legal context**. Stuttgart: Ibidem Press, 2015.

ZOLO, D. 2005. **Libertad, propiedad e igualdad en la teoría de los derechos fundamentales**: a propósito de un ensayo de Luigi Ferrajoli. In: FERRAJOLI, L. (org.) Los fundamentos de los derechos fundamentales. Madrid: Trotta.

ANEXO I – O RETRATO DO DESCASO

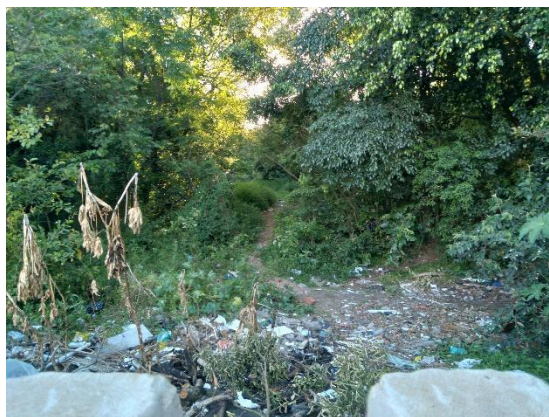
Registros fotográficos dos imóveis que foram desapropriados para construção das moradias, o que nunca se realizou

Figura 4: Imóvel na Avenida Carlos Barbosa, esquina com a Rua Niterói – Bairro Santa Tereza/Porto Alegre



Figura 5: Imóvel na Rua Mutualidade até a Rua Banco da Província – Bairro Santa Tereza/ Porto Alegre

Frente pela Rua Mutualidade



Frente pela Rua Banco da Província



Figura 6: Imóvel na Rua Cleveland esquina com a Rua Santa Cruz – Bairro Santa Tereza/Porto Alegre

Frente pela Rua Cleveland



Frente pela Rua Santa Cruz



Figura 7: Imóvel na Rua Silveiro esquina com a Rua Dona Zaida – Bairro Santa Tereza/Porto Alegre

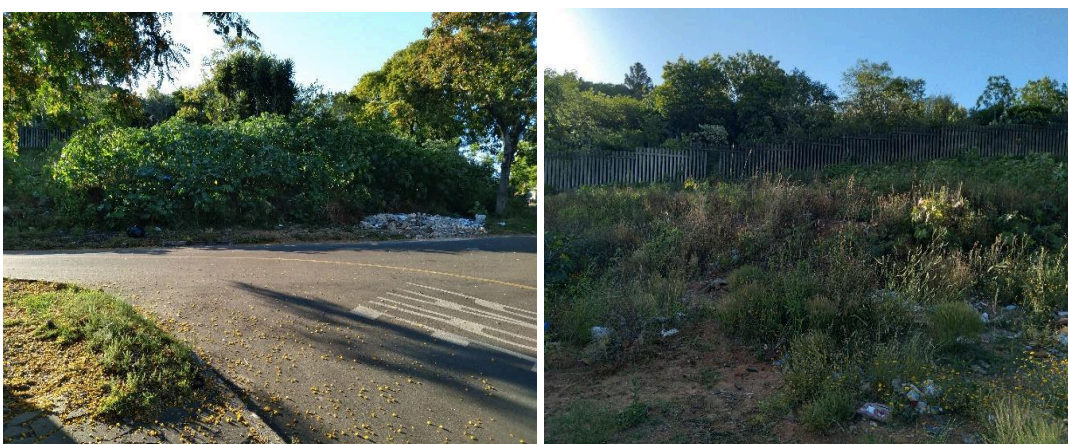




Figura 8: Imóvel na Rua Chuí – Bairro Santa Tereza/Porto Alegre





Figura 9: Imóvel na Rua Comandáí – Bairro Cristal/ Porto Alegre
Rua Comandáí esquina com a Rua Arapeí



Rua Comandaí esquina com a Rua Inhanduí

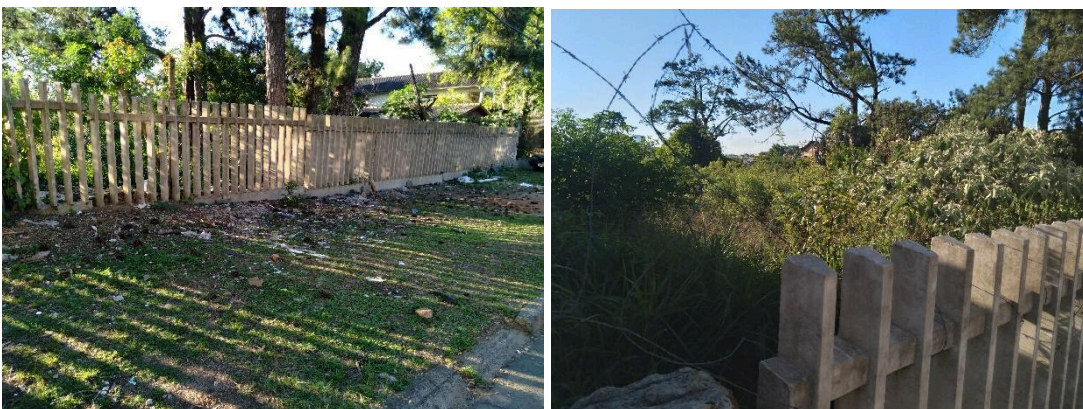


Rua Comandaí esquina com a Rua Raul Moreira



Figura 10: Imóvel na Rua Jaguari até a Rua Upamoroti – Bairro Cristal/ Porto Alegre

Frente pela Rua Jaguari



Frente pela Rua Upamoroti

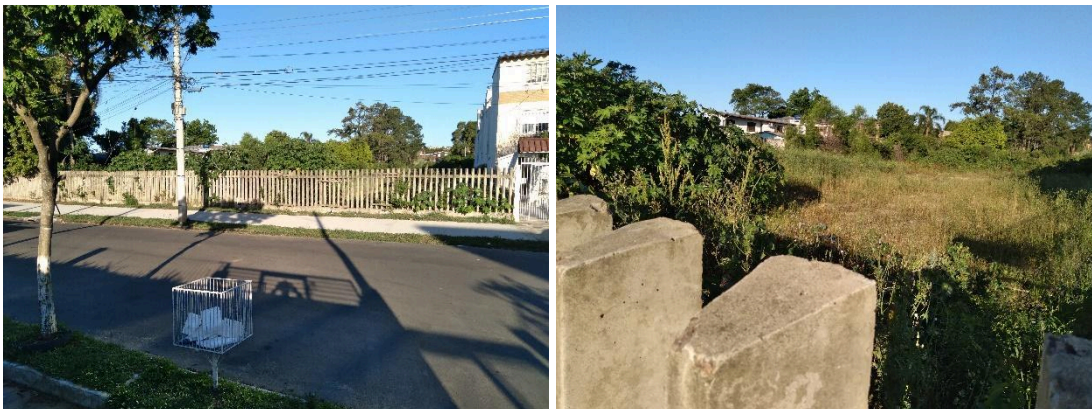


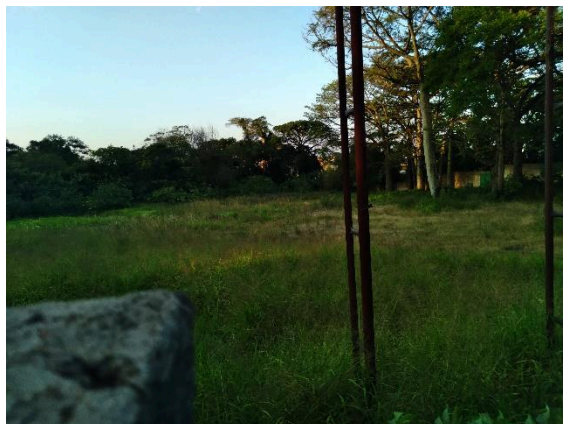
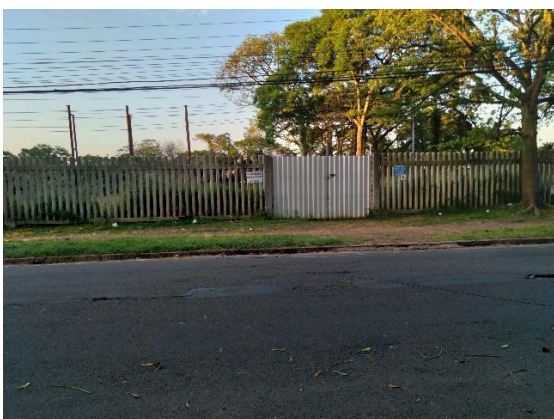
Figura 11: Imóvel na Rua Pedro Boticário – Bairro Glória/ Porto Alegre



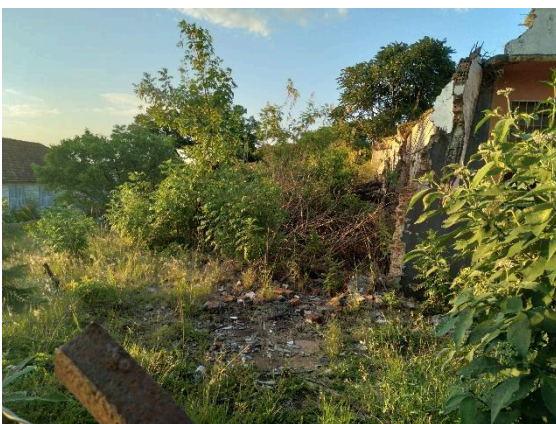


Figura 12: Imóvel na Rua Intendente Azevedo – Bairro Glória/Porto Alegre

Rua Intendente Azevedo, localidade 1



Rua Intendente Azevedo, localidade 2



ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

- 1) Qual o seu nome?
- 2) Qual a sua profissão?
- 3) Qual a sua escolaridade?
- 4) Onde você morava em 2012?
- 5) Quanto tempo morou no território?
- 6) Quantas pessoas moravam juntas? Permaneceram juntas?
- 7) O que aconteceu em 2013 e 2014?
- 8) Como ficou sabendo dos desalojamentos?
- 9) Quando você foi desalojada?
- 10) Houve reuniões? Como foi? Onde ocorriam? Quem organizava? Você teve conhecimento sobre o movimento chave por chave? Como se deu? Todos concordaram?
- 11) Você debateu a situação com as lideranças comunitárias? Com a prefeitura? E quando debateram isso? Como foi?
- 12) Você conhece outras famílias que também foram desalojadas? Tiveram alguma relação durante toda a situação vivenciada e mantém contato?
- 13) O que de negativo ou positivo te marcou durante esse processo?
- 14) O que significou para você deixar a comunidade?